

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 8 de Fevereiro de 1996 • Preço: 150\$00 (IVA incluído) • N.º 1158 • Director: Carlos Brito

REGIONALIZAR PARA DESENVOLVER

PCP apresenta novo projecto de delimitação das regiões

Com vista a favorecer o desenvolvimento, estimular o alargamento da democracia representativa e participativa e preservar a autonomia municipal, o grupo parlamentar do PCP apresentou novo projecto na AR

Pág. 11



À mercê das cheias

• Anabela Fino / Centrais

Alentejo Regionalização e desenvolvimento

• Artigo de José Soeiro Pág. 18

DROGA

O «inimigo de estimação»

• António Filipe Pág. 19

Governo PS sem dias para o desporto

• Carlos Rabaçal Pág. 21

OE suscita do PCP discordância e críticas

Pág. 32

65º aniversário Avante! faz anos

O «Avante!» apresenta-se, no próximo número, a 15 de Fevereiro, dia em que completa 65 anos, de rosto remoçado, com várias inovações gráficas e de conteúdo.

A prenda de aniversário que o nosso jornal mais ambiciona é o esforço significativo para aumentar a sua difusão. Por sua própria iniciativa a Editorial prepara desde já um reforço das remessas a enviar às organizações. Por seu lado, algumas organizações, bem como amigos e leitores do nosso jornal, preparam iniciativas no dia de aniversário e seguintes – bancas e outras formas de venda militante – que se espera venham a ser generalizadas.

Os pedidos de reforço de remessas para estas vendas especiais devem ser feitos quanto antes, para a Editorial «Avante!».

Algumas grandes nódoas

2



Realizou-se no sábado o Encontro Distrital do Algarve da JCP

RESUMO

31 Quarta-feira

A Plataforma do Ensino Superior anuncia que não vai assinar qualquer revisão salarial com o Governo até se conhecerem os objectivos temporais para esta legislatura ■ A Renault admite manter em funcionamento a fábrica de Setúbal ■ Sob fortes pressões dos EUA, a Grécia e a Turquia retiram as suas forças navais das águas próximas da ilha reivindicada por ambos os países ■ No Sri Lanka, a explosão de um camião armadilhado provoca a morte de meia centena de pessoas ■ É eleito o Governo da federação croata-muçulmana pela assembleia parlamentar, que estará em funções até à realização de eleições.

1 Quinta-feira

Carvalho da Silva, o coordenador da CGTP-IN, afirma que chegou o momento de avançar com acções de rua para impedir que os aspectos mais gravosos do Acordo de Concertação Social sejam aprovados na Assembleia da República ■ É anunciado que o Orçamento de Estado vai assumir a totalidade dos encargos com a Segurança Social ■ Depois de afastar o grupo espanhol, o Governo diz que irá lançar um novo concurso internacional de venda dos créditos públicos na Torralta ■ O mau tempo continua de norte a sul do país ■ Reunida em Lisboa, a tróica de observadores do processo de paz angolano, insiste na necessidade de um «aquartelamento atempado das forças militares da UNITA» ■ Em Itália, Antonio Macanico é indigitado como primeiro-ministro pelo presidente Oscar Scalfo.

2 Sexta-feira

António Guterres prevê que o plano de privatizações renda 380 milhões de contos para o Estado, em dois anos ■ A tensão cresce na Bósnia, com o ferimento de dois soldados americanos devido à explosão de minas e com o abate de um atirador furtivo pela Ifor ■ Em Washington, os presidentes da França e dos EUA sublinham as suas convergências de pontos de vista, nomeadamente quanto ao futuro da NATO e ao auxílio ao desenvolvimento ■ A junta militar que tomou o poder no Níger forma um Governo composto exclusivamente por civis.

3 Sábado

Realiza-se o Encontro Regional do Algarve da JCP, em Faro, com a participação de José Casanova ■ O primeiro-ministro anuncia que o IVA para a restauração deverá baixar dos 17 para os 12 por cento ■ Um acidente, que envolveu 54 automóveis, faz sete mortos e 17 feridos na autoestrada ■ A inauguração do novo seminário de Dili é marcada por incidentes entre manifestantes timorenses contra a anexação e polícias e militares indonésios ■ Os mineiros russos suspendem o seu movimento grevista face às promessas das autoridades.

advertindo Ieltsin que irão «exigir a demissão do Governo» se estas não forem cumpridas dentro de um mês ■ Devido a um violento sismo, 140 pessoas morrem na China.

4 Domingo

Os soldados portugueses estacionados na Bósnia iniciam as missões de patrulhamento da estrada entre Gorazde e Sarajevo, ao mesmo tempo que é festejada a retirada dos beligerantes das áreas que lhes não são atribuídas pelo acordo de Dayton ■ Realiza-se uma grande manifestação em Grozny para exigir a retirada das forças russas da Tchetchénia ■ Na China, devido a um violento sismo, cerca de 230 pessoas morrem e 3 700 ficam gravemente feridas ■ Em Gaza, a Jihad Islâmica ameaça de morte Yasser Arafat ■ O presidente da Guatemala, Álvaro Arzu, escapa a um atentado ■ Metade dos estados norte-americanos batem records de frio.

5 Segunda-feira

O PCP apresenta um projecto de lei sobre a regionalização, que vem dividir Portugal Continental em nove regiões administrativas ■ As declarações de rendimento e património dos políticos estão a partir de hoje ao dispor no Tribunal de Contas ■ A circulação automóvel no Porto é bloqueada devido ao despiste na auto-estrada de um camião carregado de vigas de cimento ■ Tânger Correia, o indigitado chefe da missão de Portugal na Bósnia, faz uma visita informal às autoridades sérvias ■ Enquanto a investigadora especial da ONU para os direitos humanos na ex-Jugoslávia anuncia que recolheu provas de massacres em Srebrenica, a IFOR anuncia um reforço do seu dispositivo na região de Sarajevo ■ Na Tchetchénia, tanques russos cercam os manifestantes que desde domingo exigem a retirada das forças russas e o regresso do ex-presidente separatista, Dudaiev ■ A União Europeia propõe-se apoiar Angola nas conversações com o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial.

6 Terça-feira

O Governo entrega aos partidos políticos o projecto de Orçamento de Estado que irá apresentar no Parlamento no dia 12 ■ Em Lisboa, Miguel Angel Martínez, ex-presidente da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, assume o cargo de presidente no Centro Norte-Sul ■ Mário Soares envia duas mensagens à Assembleia da República, defendendo uma lei de amnistia e a ratificação da Convenção sobre o Direito do Mar ■ A detenção de um general sérvio bósnio pelas autoridades de Sarajevo leva à suspensão de negociações entre sérvios e muçulmanos ■ Aristide passa testemunho a René Prével, o novo presidente do Haiti ■ Estudantes da Faculdade de Arquitectura de Lisboa exigem mais professores ■ Na sessão extraordinária da Assembleia Municipal do Porto sobre a situação social, PS rejeita propostas da CDU para reforço das verbas para acção social.

Os primeiros cem dias do governo do PS fizeram correr rios de tinta nos jornais, foram celebrados com debates na rádio e originaram uma profusão de imagens nas televisões.

Faz parte do novo estilo a atenção privilegiada à comunicação social e a mediatização da acção governativa como um dos traços essenciais da governação.

Mais do que o «estado de graça», o que o balanço mediático dos cem dias revela é as «boas graças» em que o Governo se encontra relativamente a grande parte da comunicação social.

Por isso mesmo, a inoperância, os atrasos, os desacertos, as escolhas erradas, as decisões negativas, as estratégias convergentes com as dos anteriores governos do PSD ficaram na sombra ou foram mesmo esquecidas e foram salientados os aspectos mais agradáveis e positivos e dado um enorme destaque ao «novo estilo dialogante», à falta de obra mais consistente.

É claro que cem dias pouco representam, para o bem e para o mal, na acção de um Governo que se propõe sê-lo por quatro anos.

Também não custa reconhecer que o Governo fez coisas positivas, embora incompletas, quando, por exemplo, suspendeu a lei das propinas, criou o parque arqueológico de Foz Côa, extinguiu algumas portagens, fez justiça a reclamações dos hemofílicos, decidiu avançar com o «rendimento mínimo garantido», embora numa escala que se deve considerar experimental.

Nada disto pode, porém, disfarçar as grandes nódoas que já assinalam e de forma indelével a presente acção governativa do PS.

A mais chocante consiste no chamado acordo de concertação social, pela hipocrisia do processo usado, em que sob a aparência de dar satisfação a uma reivindicação dos trabalhadores - as 40 horas - só a prazo concedida, o Governo pretende dar execução, desde já e com força de lei, a violentas exigências patronais, como são a «flexibilidade» e a «polivalência».

Não é de mais salientar, que a primeira, a «flexibilidade», subverte o direito ao horário de trabalho, permitindo jornadas de 10 horas e semanas de 50 horas, acabando de facto com as horas extraordinárias e dando ao patrão a faculdade de fixar discricionariamente as horas de entrada e de saída.

A segunda, a «polivalência», subverte o direito à profissão e à carreira profissional, transformando o trabalhador, como se tem dito, em «pau para toda a obra», que significa que o electricista pode ser remetido para as tarefas do var-

redor, o serralheiro para as de carregador, etc., como tentativas no sentido inverso, mas sem melhoria salarial, desde que seja essa a conveniência do patrão.

Finalmente, o propósito do Governo de dar força de lei, a estas disposições que acordou com as confederações patronais e a sempre subserviente UGT, mas que mereceram a firme oposição da central mais representativa do trabalhadores portugueses - a CGTP - que se recusou a subscrevê-las, visa subverter o direito à contratação colectiva e atira por terra a decantada política do diálogo.

Outra nódoa bem evidente é a que se traduz na cegueira com que o Governo está acatar os critérios de Maastricht e todas as exigências para a entrada na moeda única, com os graves prejuízos, que ninguém ousa negar, para o aparelho

A mais chocante consiste no chamado acordo de concertação social, pela hipocrisia do processo usado, em que sob a aparência de dar satisfação a uma reivindicação dos trabalhadores - as 40 horas - só a prazo concedida, o Governo pretende dar execução, desde já e com força de lei, a violentas exigências patronais, como são a «flexibilidade» e a «polivalência».

produtivo, a situação económica e social e à própria soberania do nosso país.

Numa altura em que esses critérios são contestados na generalidade dos países da União Europeia e em que até mesmo os mais ricos e poderosos, que os impuseram aos demais, como a Alemanha e a França, não os estão a cumprir, tendo mesmo anunciado que também não os cumprirão no ano presente, não se percebem as razões do zelo beato das declarações e da prática governamentais a este respeito.

Esses critérios marcam dura e confesadamente o Orçamento de Estado que o Governo acaba de apresentar, desde logo, através da delapidação mais acelerada do património público com um vasto programa de novas privatizações, mas seguramente também com graves reflexos na política capital que vai seguir-se, apesar

do bonito slogan «rigor com consciência social». Mas frases bonitas também os governos de Cavaco pronunciavam e de que maneira... Os resultados estão à vista.

A terceira grande nódoa que queremos, de momento, salientar é a do envio do contingente militar português para a Bósnia.

Reveste um incontornável significado político o facto de ser sob a responsabilidade de um governo PS que tropas portuguesas partem para um teatro de guerra, pela primeira vez depois das guerras coloniais, e para mais inseridas numa estratégia e ao serviço de interesses que nada têm a ver com o interesse nacional.

Falámos de, apenas, três grandes nódoas, podíamos falar de outras mais. As que escolhemos, além da sua especial gravidade, têm a característica de ameaçar alastrar continuamente, como nódoa de azeite em toalha branca, a menos que se arrepie caminho e se contrariem as tendências governamentais em curso, em qualquer delas.

Não haja ilusões a esse respeito.

Alguns membros destacados do PS, que não têm responsabilidades governativas, vieram, recentemente, a público dizer, em estilos diferentes, as mesmas duas ideias: a de que o PCP está a fazer uma oposição mais radical ao governo do PS do que fazia aos governos do PSD; e a de que PCP está a empurrar o governo PS para a direita.

É claro que a primeira não tem a mínima ponta de verdade e a segunda revela o inevitável embotamento crítico provocado pela solidariedade partidária que se manifesta, como se vê, mesmo nos espíritos mais independentes.

É uma evidência chocante que o governo PS não precisa de ser empurrado para a direita. Atente-se no seu Programa, já não queremos falar da composição, rememorem-se os grandes momentos da sua actuação, como fizemos atrás ao salientar aquelas três grandes nódoas.

Também vale a pena ouvir o que dizem as confederações patronais. A CIP falando pela boca do seu vice-presidente Nogueira Simões, opinou a propósito do «acordo» de concertação social, nas páginas do «Diabo», assim: «Foi aí que o nosso amigo, o Governo, aceitou que a flexibilidade e a polivalência, que eram as nossas condições, fossem registadas em concertação.»

É por tudo isto que o PCP, para que não houvesse dúvidas, se afirmou desde a investidura parlamentar do Governo, como oposição de esquerda. É por tudo isto também que tem esclarecido repetidamente, para que não haja ilusões, que, praticando o governo PS uma política de que frontalmente discorda, o PCP tenha qualquer obrigação de o salvar em situações de apuro parlamentar.

Manobras de Fevereiro

Como já muitas vezes aqui exemplificámos, não faltam na comunicação social «notícias» que de notícias só têm a forma e a aparência na proporção considerada necessária para esconder aquilo que verdadeiramente são: a saber, puras formas de acção e intervenção políticas congeminações para provocar determinados efeitos ou condicionamentos políticos.

É manifestamente o caso da «notícia», com honras de primeira página, do último «Expresso» intitulada «Orçamento divide PCP», em que este semanário assegurava aos seus leitores que «a bancada parlamentar comunista está dividida relativamente à posição a assumir na votação da proposta de Orçamento». E, explicando a «divisão» em termos altamente inovadores e verosímeis, o «Expresso» mais adiantava que «os mais ortodoxos, claramente maioritários, já se terão decidido pelo voto contra» enquanto «a ala moderada inclina-se para a abstenção». Depois das obrigatórias citações de «fontes» inevitavelmente anónimas, o «Expresso», não sabemos se guloso, se fantasioso ou se delirante, esclarecia ainda os seus leitores que «a ala moderada

comunista poderá englobar o número suficiente de deputados para, com a sua abstenção, permitir a aprovação da lei», sendo de reconhecer que esta preciosa informação quantitativa é muito avisada pois, sem ela, os leitores poderiam pensar que tinham estado a perder tempo com conversa de chacha sem nenhuma consequência práticas.

Três dias depois, o tema (ou seja, a operação) chegava às páginas do «Público», numa notícia que amortilhava as novas propostas do PCP sobre a regionalização debaixo da questão do voto do PCP no Orçamento e que levava como inocente título «Em caso de aliança PSD-PP, os comunistas «seguram» o Governo / PCP poderá abster-se no Orçamento».

Sobre tudo isto, que fala como um livro aberto, só nos apetece dizer três coisas:

— a primeira é que esperamos que os verdadeiros autores intelectuais destas oportunas «notícias» (sejam eles o Governo ou o Grupo Parlamentar do PS, ou ainda o Grupo Parlamentar do PSD ou do PP) sejam devidamente remunerados;

— a segunda é que se há coisa em que o Governo do PS está obviamente inte-

ressado é que as especulações, as conjecturas e o «suspense» em torno das atitudes dos partidos na votação do Orçamento abafem qualquer debate sério e alargado do conteúdo do Orçamento, das opções políticas que o comandam e, em geral, dos agudos problemas nacionais, pois é isso que lhe permitirá apresentar à opinião pública as posições de votação dos outros partidos como um mero resultado de antipáticas atitudes de mera retaliação ou rigidez tática;

— a terceira é que não percebemos tanto nervosismo nesta matéria pois certamente que PS, PSD e PP que tanto festejaram o «acordo de concertação social», que PS e PSD que são tão beatos da convergência nominal e da marcha forçada para a moeda única, que PS, PSD e PP que alegremente saudarão a anunciada fúria privatizadora do Governo PS, hão-de chegar e sobrar para aprovar o Orçamento. E se, por estranho mistério não chegassem, então o Governo do PS, como tem feito até aqui noutras matérias, ainda podia ir bater à porta da CIP e dos «mercados», pois já será tempo de lhe darem alguma coisa em vez de só receberem.

■ Vítor Dias

Por isso vencerão

Há notícias que, sabe-se bem porquê, são silenciadas pela generalidade dos Órgãos da Comunicação Social dominante. Outras há que, por motivos também sobejamente conhecidos, têm direito a destaques, repetições e festas de aniversário.

Há um grupo de cubanos que, pelas mais diversas razões, se meteu num barco e foge para Miami? Temos notícia, temos notícias.

Há milhões de cubanos que dizem «não» às ordens do imperialismo norte-americano, ousam resistir-lhe e se afirmam dispostos a, se necessário, dar a vida para defender o direito de terem opinião própria e a independência e a soberania da sua pátria? Bom: que interesse pode ter tal coisa vista assim? Exemplos desses são maus exemplos e há que escondê-los bem escondidos ou deturpá-los. Para que não alastrem.

Acontece que milhões de pessoas têm destas coisas uma opinião substancialmente diferente da opinião decretada. Em todo o Mundo. E, por isso, também nos Estados Unidos da América, onde tem vindo a desenvolver-se um forte movimento de apoio e solidariedade com Cuba, envolvendo associações e cidadãos dos mais diversos credos religiosos e opções políticas, associações e cidadãos que rejeitam frontalmente o criminoso bloqueio imposto pelos EUA a Cuba.

A propósito de tudo isto e exemplificando o que acima fica dito, eis uma notícia que não teve direito a qualquer referência nesta «nossa» Comunicação Social sempre tão bem informada, sempre tão a par de tudo... o que lhe interessa: a VI Caravana da Amizade Estados Unidos da América-Cuba, que se dirigia para a Pátria de José Martí, a fim de fazer entrega de uma ajuda concreta para a área da saúde pública (nomeadamente 250 computadores para serem postos ao serviço em diversos hospitais e centros de saúde) foi interceptada em San Diego, na fronteira com o México, pelas autoridades norte-americanas. Essas humaníssimas autoridades, imbuídas do seu profundo e tradicional apego ao respeito e à defesa dos direitos humanos, agrediram brutalmente e detiveram vários membros da Caravana da Amizade e destruíram parte dos materiais.

Quem quisesse pegar neste simples acontecimento e dar-lhe os desenvolvimentos possíveis tinha aqui pano para mangas.

Acrescento, entretanto, uma notícia de última hora: 24 horas depois da acção destruidora das autoridades norte-americanas, os apoiantes da Caravana da Amizade tinham já conseguido 100 novos computadores...

■ José Casanova

Tottagrilo

As declarações produzidas esta semana pelo ministro da Educação, Marçal Grilo, em relação ao desenvolvimento de um sistema de empréstimos para os estudantes do ensino superior custearem as suas despesas carecem, evidentemente, de comentário.

Não para exprimir qualquer observação em relação à existência de modalidades de crédito — num tempo em que os balcões dos bancos pululam, sedutores, por todas as esquinas! E muito menos para endossar qualquer reparo, por eventuais facilidades de acesso

ou por alguma bonificação de juros.

A questão é outra.

No panorama negro do ensino em Portugal, a acção social escolar constitui uma área decisiva para a democratização do ensino e para o sucesso escolar, que se encontra particularmente deprimida.

Observe-se que no ensino superior e segundo as estatísticas publicadas relativas a 1991, numa população estudantil abrangida de 119 mil alunos, apenas 10 919 obtiveram bolsa e 4 090 beneficia-

ram de alojamento. E que nesse mesmo ano o custo médio por aluno bolseiro não atingiu sequer os 14 contos por mês...

Mesmo sem serem conhecidos os números do Orçamento da Educação para o presente ano, nem o aumento de encargos decorrente do (justo) alargamento da acção social escolar aos alunos do ensino superior privado, o súbito entusiasmo que o ministro da Educação irradiou em relação ao sistema «estude agora - pague depois» faz temer o pior. E

que o urgente alargamento e elevação da acção social escolar - dando cumprimento ao artigo 74º da Constituição que estabelece o princípio da universalidade do direito ao ensino com garantia do direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar - hajam sido substituídos por um ilusório programa de ensino superior a crédito.

Depois dos propagandeados Tottaphone, Tottalink e Tottamatic, entrámos agora na época do Tottagrilo?

■ Edgar Correia

MAASTRICHT

Em apuros

Há anos que a Europa tem andado a toque de caixa dos critérios e calendário definidos para a criação da moeda única - a tal agora baptizada Euro sobre a qual, segundo São Guterres, a Europa do futuro se haverá de construir. Para reabsorver os défices orçamentais e as dívidas públicas e fazer recuar a inflação, os governos vêm impondo aos povos uma rigorosa cura de emagrecimento, em quase tudo semelhante aos famigerados «planos de ajustamento estrutural» ditados pelo FMI no 3º Mundo e no Leste. Por outro lado, as mesmas medidas e os mesmos ritmos, ao arremio das diferentes condições económico-sociais de cada país - esta é a absurda lógica de Maastricht que só pode conduzir ao desastre.

Tal política é ditada por e responde aos interesses da esfera financeira e às necessidades dos mega-tubarões transnacionais. Mas implica duríssimos custos para os trabalhadores e os povos e constitui um férreo factor de travagem para a recuperação das economias reais. Mal saídos da crise cíclica de 1990-93, após breve e frouxa retoma, já em 1995 despontou uma clara tendência para a desaceleração do crescimento e aumento do desemprego, particularmente notória em França e particularmente grave na Alemanha, a locomotiva que comanda o andamento das outras economias da Europa (quando chuvia na Alemanha, chove no resto da Europa). Ora até já a Alemanha não conseguiu em 1995 manter o seu défice orçamental na fasquia dos 3% do PIB. Hoje, a menos de 2 meses da CIG - Conferência Intergovernamental, apenas o minúsculo Luxemburgo cumpre todos os critérios monetaristas de Maastricht. Pode pois dizer-se com fundamento que Maastricht está em apuros.

Apesar da violência antilaboral e antipopular das políticas governamentais ditadas por Maastricht, apesar das solenes profissões de fé fundamentalistas para opinião pública enganar (como foi o caso já hoje ridículo da Conferência de Madrid há apenas pouco mais de 2 meses) - o voluntarismo não funciona. De então para cá, multiplicam-se os sinais de alarme e acessos de europessimismo nos ainda há pouco fanáticos de Maastricht: os hard querem-se agora soft para ver se salvam o projecto. Mas cada vez é mais claro que a convergência nominal, se serve bem os planos do Bundesbank para a consolidação do domínio incontestado do deutschemark, está a agravar as contradições entre as grandes potências europeias, particularmente no crítico eixo França/Alemanha, e ameaça trucidar a soberania dos pequenos países. E na base deste volte-face está sem dúvida a crescente desconfiança e oposição dos povos, bem expressa na grande comoção social que abalou a França em finais do ano passado, com eco e repercussões noutros países e no futuro.

Há quem, consolando-se, afirme que a Europa constrói-se de crise em crise. E sabe-se que a instabilidade é o meio ambiente próprio do desenvolvimento capitalista. Mas, de crise em crise, tornam-se cada vez mais profundas e insuportáveis as suas contradições internas e por isso mais incontrolável a instabilidade económica, financeira, social e política que elas geram. Há que não esquecer o que levou ao eclodir das 1ª e 2ª guerras mundiais em solo europeu, nem que a regressão social, para se impor, exige a regressão democrática, que aliás já está em curso sob o manto diáfano de maior «eficácia governativa» para garantir a sacrossanta «competitividade»...

Como observa Ignácio Ramonet no seu editorial de Janeiro do Le Monde Diplomatique, «por todo o lado os cidadãos interrogam-se sobre o interesse de construir a Europa sobre as ruínas do Estado-providência, sobre a regressão social, o emprego-raro, a baixa de salários; interrogam-se sobre onde está o progresso em tudo isto». Interrogam-se - e começam crescentemente a responder Não à Europa de Maastricht, que não é a sua. A exigir ter voz de decisão sobre o seu destino, através de referendos e não só. E a reclamar a construção de uma outra Europa: a Europa dos Povos, do emprego, do progresso social, da democracia, única base para a cooperação e a paz. Tal exige hoje mais do que nunca a acção decidida dos trabalhadores e dos povos e a convergência de todas as forças progressistas da Europa.

■ Carlos Aboim Inglez



Noites no Vitória

As noites do Vitória foram inauguradas, na passada sexta-feira, com a exibição do filme «Ardente Paciência», uma homenagem a Pablo Neruda do realizador chileno Antonio Skármeta, inteiramente rodado em Portugal, em 1983.

Cerca de duas centenas de camaradas e amigos, aderiram a esta iniciativa promovida dos Novos Quadros do Sector Intelectual de Lisboa, que prometem transformar o Centro Vitória, nas noites de sexta-feira, num ponto de encontro e convívio entre militantes.

Com um horário alargado, entre as 20 e as 2 da manhã, funciona naquele espaço um serviço de bar, e os organizadores contam poder desenvolver com regularidade iniciativas de carácter cultural.

Na passada sexta-feira, a projecção do filme foi antecedida de uma introdução feita por Henrique Espírito Santo, que participou como produtor executivo na rodagem da película em Portugal.

Segundo referiu, «Ardente Paciência» foi premiado em vários festivais internacionais, tendo o seu argumento (da autoria de Skármeta que usa pano de fundo a ascensão e queda de Salvador Allende) servido de base ao recente filme «O Carteiro de Pablo Neruda», o que comprova a sua actualidade.

Contudo, o facto de se tratar de uma produção alemã limitou a sua divulgação em Portugal, onde acabou por não ser visto, disse Henrique Espírito Santo que aproveitou para abordar as dificuldades da distribuição de filmes nos circuitos comerciais.

CT da Parede remodelado

Para assinalar a inauguração das obras de remodelação do Centro de Trabalho da Parede, realizou-se no passado dia 28 de Janeiro, um almoço-convívio que contou com a participação de cerca de 40 camaradas e amigos.

Esta casa do Partido no concelho de Cascais pretende ser um espaço acolhedor e aberto, oferecendo agora melhores condições de convívio e de trabalho. As obras de restauro e remodelação, há muito desejadas, só foram possíveis graças ao empenhamento dos militantes e à ajuda de muitos amigos que com a oferta desinteressada e generosa de materiais e meios financeiros, totalizaram cerca de 500 contos, indispensáveis ao projecto.

O almoço-convívio foi também um momento vivo de debate político, em que destacaram os jovens presentes, tendo sido analisadas as conclusões da reunião do Comité Central e a actual situação laboral. A intervenção feita em nome da Comissão de Freguesia sublinhou a importância que as novas instalações podem assumir no reforço da organização, aproximando mais militantes, jovens e amigos do Partido. Na ocasião foi ainda dado ênfase às medidas organizativas recentemente tomadas, e que tiveram como principal consequência a integração no trabalho partidário de jovens que se destacaram na última campanha para as legislativas, e que passaram a desempenhar tarefas como membros da comissão de freguesia.

Covilhã Estradas em mau estado

As chuvas constantes têm vindo a agravar o mau estado das estradas da Covilhã, as quais se encontram actualmente num estado «calamitoso». Em comunicado, a concelhia do PCP denuncia esta situação criticando a «inoperância da câmara», que não definiu nenhum programa de manutenção das vias do concelho.

Reunida no passado sábado, a concelhia divulgou ainda um protesto relativo «aos aumentos ridículos» das prestações sociais aprovados pelo Governo PS em 29 de Janeiro.

Os comunistas afirmam que as famílias, «principalmente as mais carenciadas, merecem um apoio mais justo e adequado à realidade económica» e que os aumentos de 120 escudos no abono de família, de 170 escudos na aleitação e de 450 escudos na assistência a terceiras pessoas é «uma tentativa de calar as justas aspirações» dos portugueses.

Também no que respeita às pensões e reformas, a concelhia sublinha que os aumentos para 1996 desiludiram já que «não foram além dos aumentos do PSD para 1995. A pensão mínima ficou-se por um aumento de 46\$70 por dia».

Defendendo uma política diferente, os comunistas continuarão a bater-se para que as pensões e reformas mínimas não sejam inferiores a 60 por cento do salários mínimo nacional, ou seja, neste momento, um valor de 32.760 escudos.

DORS reclama plano de desenvolvimento para Setúbal

A Direcção Regional de Setúbal do PCP, reunida na passada semana, pronunciou-se pela necessidade do lançamento de um novo programa integrado de desenvolvimento para o distrito. Este instrumento é considerado essencial para a promoção de «investimentos em áreas da estrutura produtiva, emprego e formação profissional, ambiente, saúde, ensino e habitação»

Constatando que a situação social e laboral continua a degradar-se, a DORS destaca o aumento do desemprego que neste momento afecta 52 mil pessoas, ou seja 16 por cento da população activa do distrito.

Ainda recentemente, o processo de privatização da Siderurgia Nacional e o encerramento da instalação de trem médio eliminou 150 postos de trabalho, pondo em causa outros 500. Na Renault permanece o perigo de rompimento das negociações entre a administração e o Governo. As empresas Plasquisa, no Barreiro e a Valmet, no Montijo, estão em processo de falência, enquanto que a Certénica-Barros, e a Sumate já encerraram.

Em perigo de fecharem as portas estão igualmente a Metalsines, a Valfrio e o Hotel Espadarte, em Sesimbra. A viabilização da Torralta é agora posta em causa pela «guerra» entre os possíveis compradores de créditos.

Os comunistas de Setúbal assinalam também problemas laborais nas empresas MSET, ENI, na Salus, na Merloni, na Ormis, na «Ponte da Dinamarca», em Sines, na Indelma, na Siemens, no sector ferroviário, CP, EMEF e Soflusa e, no sector do comércio e serviços, no Jumbo, Pão de Açúcar, Unicervi, Continente, Modelo, Grula, Makro, Aki, Internarché, Lojas Desconto Dia e Internacional Vinhos.

Por uma vida melhor

É face a esta situação que DORS volta a chamar a atenção

para o conjunto de medidas que apresentou no seu compromisso eleitoral, nas últimas legislativas, as quais, sublinha «são um contributo indispensável ao desenvolvimento económico e à melhoria da qualidade de vida das populações do distrito».

que o FEF/96 corresponda ao valor total resultante da aplicação integral da Lei das Finanças Locais e que o necessário reforço da transferência de verbas para os municípios e freguesias seja real e substancial, de modo a permitir a recuperação da capacidade financeira das autarquias».

Exigindo o avanço do processo de regionalização do país, a DORS anuncia a realização de um debate sobre a matéria que terá lugar no próximo dia 16 deste mês.

A reunião manifestou-se ainda pela abolição da portagem da Ponte 25 de Abril, e do troço de auto-estrada Palmela-Setúbal à

no PS, cujas «opções de fundo representam a continuação, em aspectos essenciais, da política do PSD».

Nesta linha, a DORS refere negativamente o chumbo do projecto das 40 horas apresentado pelo PCP e o conteúdo do acordo de concertação social que fere gravemente «direitos e legítimos interesses» dos trabalhadores.

A organização aprovou ainda um plano de actividades que preconiza o seu reforço e renovação, dando especial atenção à intervenção no seio dos trabalhadores. Sobressaem ainda como orientações o trabalho junto das populações, bem como a prepa-



Os trabalhadores da Torralta continuam com o futuro incerto (foto de arquivo)

Designadamente, o PCP reclama que o Governo permita que Setúbal beneficie dos fundos de coesão, já que o distrito é a única grande área urbana que não é contemplada com aqueles meios para projectos regionais de ambiente, apesar de ter apresentado candidaturas para os sistemas multimunicipais de abastecimento de água e de tratamento de águas residuais.

Por outro lado, a DORS reivindica que o próximo Orçamento de Estado «consagre a devolução aos municípios dos 7,3 milhões de contos que o Governo PS não devolveu o ano passado;

semelhança do que foi feito na CREL, em Alverca, na Maia e em Ermesinde, facilitando a mobilidade e a acessibilidade no interior da Área Metropolitana de Lisboa.

Governo desilude

A estrutura regional comunista apreciou ainda os resultados das presidenciais, destacando que a elevada percentagem que o candidato Jorge Sampaio recolheu no distrito, 75 por cento, exprimem bem «um inequívoco desejo de mudança», o qual é no entanto contrariado pelo Gover-

nação das eleições autárquicas de 1997 e o trabalho com a juventude. Refira-se que até final do ano decorre uma campanha de recrutamento.

O calendário político é este ano marcado pelas comemorações do 75º aniversário do PCP, pela 20ª Festa do «Avante!», 15º Congresso e 5º Congresso da JCP. Entretanto, já para o próximo sábado, está anunciado o Encontro Distrital de Quadros da ORS, e no dia 15 decorrerão o Encontro/debate «Um projecto de Futuro para Portugal» e o Encontro Distrital de Autarquias.

Stª Maria da Feira Presidente comanda bancada PSD

Depois de um longo processo que se arrasta há cerca de seis meses, o eleito da CDU na Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, Ricardo Cardoso, conseguiu que uma proposta sua, de criação de um conselho municipal de segurança, fosse apresentada à votação, no passado dia 19 de Janeiro.

Demonstrando abertura e flexibilidade, o eleito da CDU chegou mesmo a alterar o projecto de forma reunir o consenso entre as forças políticas que garantisse a aprovação.

Segundo relata um comunicado da Comissão Concelhia do

PCP, «ficou bem claro que o PSD não encontrou motivos para contrariar objectiva e cabalmente a proposta da CDU, mas também não queria votá-la favoravelmente».

Contudo, no momento em que a Mesa da Assembleia ia proceder à votação, eis que a sessão é interrompida pelo próprio presidente da Câmara que «numa atitude de autêntica ingerência na condução dos trabalhos, funcionando de facto como chefe da bancada do PSD» anuncia que ali estavam em discussão duas propostas, a da CDU, agendada para discussão, e a do PSD, que como

se verificou nem sequer tinha dado entrada na Mesa.

Para colmatar esse pormenor, os deputados do PSD, «respondendo prontamente à voz do chefe», elaboraram ali mesmo uma proposta que entrou depois na mesa, e que inviabilizou a criação de um Conselho Municipal de Segurança dos Cidadãos, propondo em contrapartida a constituição de uma comissão para estudar o caso.

Face ao que considerou ser «falta de democraticidade», o deputado municipal da CDU decidiu retirar a sua proposta e abandonar a sessão, no que foi seguido de outros eleitos.

Como sublinha a Concelhia do PCP, foi «posta em causa a dignidade do órgão municipal e dos seus membros, e criado um conflito processual de grande gravidade».

«O presidente da Câmara extravasou as suas competências, dado que o seu direito de intervir na Assembleia Municipal está condicionado à manifestação de opiniões sobre matérias concretas em debate e não na introdução de elementos perturbadores de funcionamento daquele órgão, que tem vida e funcionamento próprios», afirmam os comunistas.

PCP/Açores arranca para eleições regionais

José Decq Mota, coordenador do PCP/Açores, disse em conferência de imprensa que o principal objectivo da CDU nas próximas eleições regionais é obter uma expressão que possa contribuir para que seja feita «uma política melhor para os que estão pior».

O encontro com os jornalistas realizou-se, domingo passado, na cidade da Horta, no final das reuniões da DORAA e do Conselho Regional dos Açores do PCP, tendo participado também o deputado Paulo Valadão, José Correia, Francisco Sacoto e Leonor Dutra.

Na sua declaração, Decq Mota anunciou o início do trabalho de preparação das eleições regionais que terão lugar este ano, para as quais os comunistas partem determinados a «contribuir para que a direita deixe de estar no poder» e que para no futuro «não seja adoptada por ninguém a política económica e social da direita».

Como adiante sublinhou, os Açores, «com os recursos que têm podem ser melhor governados. Pode haver mais equilíbrio,

mais justiça nas respostas sociais, mais desenvolvimento económico, mais trabalho e maior produção».

O dirigente comunista recorreu a este propósito que o desemprego oficial ronda os 8 por cento, que as principais produções estão estagnadas, numa região que apresenta o custo de vida mais alto do país.

Sem resposta continuam problemas fundamentais relacionados com o futuro dos Açores, designadamente no que toca à cobertura dos custos gerados pela insularidade, adaptações do sistema fiscal, regras de funcionamento do Orçamento regional ou as medidas indispensáveis de apoio às empresas.

Na base de tudo isto está, na opinião do PCP, «uma política inadequada, contrária às reali-

dades regionais, distante dos interesses dos trabalhadores (...) pautada por princípios ideológicos que assentam na ideia da concentração da riqueza, do domínio da sociedade e do controlo da capacidade colectiva de transformação solidária».

Concorrer em todos os círculos

CDU/Açores conta apresentar candidaturas em todos os círculos eleitorais, colocando como objectivo crescer eleitoralmente e constituir um grupo parlamentar. Para tanto, pretende reconfirmar o mandato conquistado na Ilha das Flores e recuperar o deputado em S. Miguel, eleito na 3ª legislatura.

Neste sentido, os órgãos regionais do PCP aprovaram um vasto plano de actividades, do qual se destaca o lançamento, no próximo dia 1 de Março, do ciclo de iniciativas sob a desig-

nação comum «Em diálogo com os Açorianos», no âmbito do qual serão promovidos sessões e debates.

Os comunistas querem envolver as instituições e organizações sociais, económicas, culturais e desportivas para «as ouvir atentamente». Nesse diálogo com os cidadãos participarão responsáveis nacionais da CDU, deputados europeus e da República e individualidades de reconhecido mérito em áreas temáticas essenciais.

Igualdade de critérios

Pronunciando-se a favor da proposta de transferência do Orçamento do Estado feita no Governo Regional, no seu projecto de orçamento regional, o PCP aguarda a confirmação dos números exigindo, no entanto, a plena identidade de critérios das transferências feitas para os Açores e para a Região Autónoma da Madeira.

De facto, a proposta regional prevê a transferência de um montante de 20,5 milhões de contos, que representa 50 por cento do serviço de dívida pública do ano orçamentado, critério que há muito é seguido em relação à Madeira.

Mais à frente, José Decq Mota deu conta que «a pronta reacção regional às medidas centralizadoras tomadas pela Administração da RTP fizeram travar, por agora, pelo menos, certos aspectos da ofensiva contra a RTP/A».

O dirigente considerou ser «muito urgente» a discussão e votação na AR do projecto de lei do PCP sobre o serviço público de televisão nas Regiões Autónomas, já que permitirá clarificar a questão e abrir caminho à definitiva consagração na lei da existência de dois canais públicos, um regional e outro nacional.

Eleitos autárquicos do Porto fazem balanço do mandato

A meio do mandato autárquico, cerca de uma centena de eleitos do PCP e da CDU do distrito do Porto realizaram no sábado um balanço da sua actividade e definiram linhas de orientação da CDU até às próximas eleições.

Os participantes anotaram que muitas das expectativas de melhoria de vida das populações criadas pelo PSD e PS em eleições anteriores, têm sido defraudadas.

Permanecem por resolver muitos dos problemas do distrito, como a falta de distribuição de água ao domicílio, entre muitas outras estruturas básicas. Atrasados estão também grandes projectos intermunicipais, caso da LIPOR II, do Metro de Superfície e o Programa de Erradicação de Barracas.

Por outro lado, os eleitos da CDU fazem um balanço positivo da sua acção, apesar de se encontrarem em minoria e desempenharem um conjunto restrito de lugares executivos.

Protagonizando por vezes a única oposição, a CDU desempenha um papel imprescindível de porta-voz das aspirações populares. Com o horizonte das próximas eleições autárquicas de 97, a CDU parte para este trabalho convicta que vai ser possível uma profunda alteração na composição dos próximos órgãos autárquicos.

A reunião manifestou ainda apoio às linhas que enformam o projecto de lei do PCP de criação das regiões administrativas, e reafirmou a vontade para que 1996 seja o ano da sua institucionalização.

Tráfico de droga impune em Quarteira

Perante a passividade das autoridades face ao tráfico de droga, os comerciantes de Quarteira subscreveram recentemente um abaixo-assinado dirigido ao Governador Civil de Faro, o qual foi também entregue ao Grupo Parlamentar do PCP que, através do deputado António Filipe, já apresentou um pedido de esclarecimento ao Governo.

No requerimento, o deputado, citando os signatários, refere que desde há um ano atrás, que traficantes de droga se concentram num bar instalado no centro comercial Paula Bela, na Rua Vasco da Gama, em Quarteira, actuando impunemente apesar das múltiplas e sucessivas denúncias feitas junto da GNR.

Para os comerciantes de Quarteira, a situação tornou-se «absolutamente insustentável», afirmando que «a sobrançeria e violência verbal e física manifestada pelos traficantes e seus colaboradores é de tal ordem que os comerciantes, residentes e transeuntes não ousam sequer protestar ou recriminar tais actividades, receosos de qualquer retaliação. A simples circulação de peões na via pública e no centro comercial começou a tornar-se perigosa, não sendo raros os assaltos por esticção e junto das caixas de multibanco».

Os comerciantes sentem que a «solvência e estabilidade» dos estabelecimentos comerciais está ameaçada assim como os postos de trabalho existentes naquela zona.

No seu requerimento, o deputado António Filipe interroga o Governo, através do Ministério da Administração Interna, sobre quais as medidas que foram tomadas na sequência da exposição feita pelos comerciantes ao Governador Civil de Faro.

CCRA precisa direcção competente

Para a DORAL do PCP, importa que, até à instituição das Regiões Administrativas, «a CCRA seja presidida por alguém que efectivamente a dirija com competência técnica e isenção política, de forma a que, entre outros aspectos, a gestão dos fundos do 2º Quadro Comunitário de Apoio, possam ser aplicados no apoio às autarquias, na dinamização da actividade produtiva regional, na criação de postos de trabalho, no combate das assimetrias que o Algarve apresenta».

Esta medida de posição surge na sequência de recentes críticas do deputado José Apolinário, responsável pela Federação distrital do PS, à actuação da CCRA, dirigida por David Assoreira.

Os comunistas afirmam que não é novidade para ninguém que a acção daquela direcção da Comissão de Coordenação Regional do Algarve causou graves prejuízos à região, tendo imperado «a arrogância, o secretismo, o favoritismo político, no quadro de uma gestão atravessada ainda por fumos de corrupção».

Contudo, recorda o comunicado da DORAL, «também se sabe que o Partido Socialista, maioritário nas autarquias do Algarve, pouco ou nada fez para contapor a esta situação, quando pela influência regional que disfrutava bastante mais poderia ter feito».

Deste modo, o PCP considera que as recentes declarações «pecam por tardias e procuram sobretudo esconder as guerras internas motivadas pela corrida ao poder em que o PS está envolvido e a incapacidade que tem revelado para apresentar uma solução credível para por cobro à escandalosa e prejudicial situação em que este órgão se encontra desde 1 de Outubro».



A CDU/Açores pretende crescer nas próximas eleições regionais (foto de arquivo)

75.º Aniversário do PCP assinalado com comício em Aveiro

A realização de um comício distrital com a participação do secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, no dia 23 de Março em Aveiro, constitui uma das notas mais salientes do plano de Actividade da Direcção da Organização Regional de Aveiro (DORAV), aprovado na sua reunião de 27 de Janeiro.

Este comício, que terá como cenário o Centro de Cultura e Congressos de Aveiro (ex-Fábrica Campos), será o ponto mais alto de um conjunto amplo e diversificado de acções que vão assinalar o 75º aniversário do PCP. Com especial incidência no mês de Março, estão já previstas dezenas de iniciativas, onde se incluem debates, colóquios, exposições, convívios e sessões públicas, nos principais concelhos do distrito.

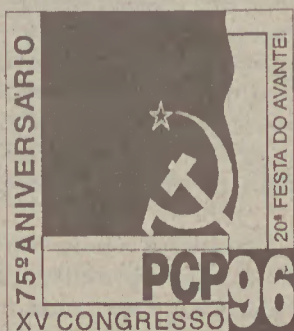
A evocação do 6 de Março de 1921 deverá ser, para a DORAV e para as organizações e militantes do distrito, um momento privi-

legiado para afirmar e reforçar o papel e a intervenção de um PCP convicto e confiante no futuro.

Para além de apelar à iniciativa das organizações concelhias, a DORAV do PCP tem agendadas várias reuniões distritais para o primeiro semestre deste ano, que contam com a participação de dirigentes nacionais. A primeira das quais tem lugar no próximo sábado, com a presença de Domingos Abrantes e será dedicada aos problemas dos trabalhadores.

Seguem-se, em 9 de Março, uma reunião dedicada à Regionalização, com Luís Sá, uma dedicada à Juventude, em 30 do mesmo mês, com José Casanova, e, em 18 de Abril, um outro encontro com Luís Sá para debater os problemas das autarquias.

No segundo semestre, a organização estará sobretudo orientada para a preparação do 15º Congresso do PCP, que se realizará no final do ano, e da 20ª edição da Festa do «Avante!».



Quadros debatem Segurança Social

Dificuldades financeiras resultam de má gestão

Decorreu no passado sábado, no centro de trabalho Vitória, uma Encontro Nacional de Quadros sobre Segurança Social, que abordou os problemas da Segurança Social e o propósito anunciado pelo Governo de proceder a uma profunda alteração do sistema.

A consciência de que a Segurança Social é um direito fundamental de todos os portugueses e que representa, igualmente, o seu mais importante património social - que foi erguido pelo trabalho e sacrifícios de gerações sucessivas de trabalhadores - está longe de constituir uma realidade generalizada. E muitos portugueses desconhecem igualmente o sentido e objectivos da ofensiva neoliberal contra o direito à segurança social e contra o sistema público que suporta a sua concretização, que poderosos interesses económicos puseram em movimento.

Entre os objectivos do Encontro referem-se o aprofundamento da análise do Partido em relação aos problemas da Segurança Social e aos planos governamentais para a sua reforma; a consideração das questões relativas à dinamização da intervenção e da luta em torno dos problemas da Segurança Social e ao desenvolvimento de um muito vasto movimento de opinião com vista à sua defesa e reforço; e o debate da realização de uma iniciativa nacional do Partido sobre esta matéria, que terá lugar em 15 de Junho próximo.

Distantes da Europa

Na intervenção de abertura dos trabalhos, Edgar Correia, da Comissão Política, salientou a «contradição existente entre a evolução das modalidades cobertas pelo nosso sistema de Segurança Social e o nível, extremamente exíguo, das prestações sociais», e que elas se encontram «a grande distância das que vigoram na generalidade dos países da Comunidade Europeia».

Apesar de ser esta a característica e a debilidade fundamental da nossa Segurança Social, o sistema aparece hoje a ser posto em causa através de uma vasta operação e ofensiva que procura «demonstrar» duas coisas. A primeira, que «o sistema está em falência financeira ou que virá a estar em falência dentro de poucos anos por causa do seu amadurecimento (pois estão a chegar à idade de reforma beneficiários com uma vida contributiva mais longa, com pensões médias mais elevadas, portanto); por causa da elevação da esperança de vida; e também por causa da alteração da relação entre o número de contribuintes e o número de beneficiários do sistema». A segunda linha da ofensiva parte dessa pretensa «demonstra-

ção» da falência ou da próxima falência do sistema público de segurança social «para sustentar a necessidade da sua liquidação e da sua substituição por outro sistema, em que basicamente está associado um processo de desresponsabilização do Estado no que respeita à sua incumbência de garantir o direito (universal!) à segurança social, com um processo de natureza privatizadora da Segurança Social».

Depois de ter referido as recomendações do Banco Mundial para os governos dos diversos países no que respeita à «liquidação dos sistemas de segurança social predominantemente públicos» e às linhas fundamentais para a sua privatização (teoria dos «três pilares»), salientou que essas orientações nada têm de inocente, pois visam transformar os descontos para a Segurança Social numa fonte de poupança forçada de fabulosas proporções gerida pelos grandes colossos do capital financeiro transnacional.

Tendo chamado a atenção para notícias vindas recentemente a público, referentes a declarações de membros do actual governo que apontam «para a possibilidade de redução das reformas que o actual sistema público de Segurança Social proporciona, com a descida do máximo actual de 80 por cento (da média das remunerações dos 10 melhores dos últimos 15 anos) para 60 por cento apenas», bem como «para o chamado plafonamento das pensões» e «para o aumento da idade da reforma dos 65 para os 67 anos», alertou para a



Várias dezenas de quadros ligados a diversos sectores de actividade analisaram os problemas da Segurança Social

quebra de direitos em formação que isso constituiria e para o perigo do abaixamento da resposta do sistema público às necessidades das pessoas ser utilizada para facilitar a concretização dos esquemas privatizadores da Segurança Social.

Depois ainda de ter enfatizado «que o nosso sistema não está numa situação de falência», sustentou que «as dificuldades financeiras que tem atravessado resultam não do esgotamento do "modelo", mas da maneira como o sistema de há muito vem sendo mal gerido». A este respeito, referiu «as centenas de milhões de contos de dívidas das empresas que os sucessivos governos foram facilitando», a «enorme evasão contributiva que leva a que só chegue ao sistema uma parte do que devia chegar» e, o que é «ainda mais grave», a «falta de transferência para o Orçamento da Segurança Social, por parte do Estado, das verbas que este está legalmente obrigado para suportar o regime não contributivo ou fracamente contributivo», ascendendo «essas dívidas à astronómica verba de mil

e duzentos milhões de contos só entre 1985 e 1994».

Descontos financiam OE

Em relação a este último aspecto fez ainda referência de que ele significa que «os descontos feitos para a Segurança Social e que são feitos sobre o valor do trabalho dos trabalhadores têm estado na prática a financiar os sucessivos Orçamentos do Estado», assumindo assim, objectivamente, o carácter de um «imposto suplementar» apenas suportado por quem vive do seu trabalho. E deixou no ar a interrogação «se vai o governo do PS, ou não, inverter esta situação, de o Orçamento da Segurança Social ser financiador do Orçamento do Estado, tal como taxativamente afirmou ser seu propósito e compromisso».

Tendo anotado criticamente algumas das ideias que o «lobby das seguradoras» e que alguns técnicos têm adiantado em relação ao que designou constituir uma «reforma liquidadora da Segurança Social», contrapôs a necessidade de uma política de sentido intei-

ramente oposto e enunciou as principais propostas do PCP para «uma reforma democrática da Segurança Social» que não só não ponha em causa o direito à segurança social e o seu carácter universal como o concretize «num nível muito mais elevado». Isso passa «pela defesa e pelo reforço do sistema público de Segurança Social e não pela sua objectiva liquidação», e, em relação ao financiamento do sistema, «além da boa cobrança das dívidas e do combate à evasão contributiva», pela «necessidade de alargar a base de financiamento da Segurança Social, por forma a que deixe de incidir exclusivamente sobre o emprego e os salários, passando a incidir, nomeadamente, sobre o valor acrescentado das empresas e sobre as operações especulativas».

Terminou com a referência à necessidade de elevação da informação e do debate sobre os problemas da Segurança Social, e ao indispensável desenvolvimento de um muito vasto e diversificado movimento de opinião, em torno da defesa e do reforço da Segurança Social.

CAMARADAS FALECIDOS

António Abrantes Ferreira

Faleceu, no passado sábado, vítima de um acidente de viação, António Abrantes Ferreira, que contava 69 anos de idade. Membro do Partido desde a clandestinidade, fez parte do Movimento Nacional Democrático e interveio activamente em toda a luta antifascista, que motivou a sua prisão pela PIDE.

Depois do 25 de Abril, foi eleito em vários mandatos para a Assembleia de Freguesia de São João de Brito, em Lisboa. Era irmão do camarada Domingos Abrantes, membro da Comissão Política e do Secretariado do PCP.

António Farinho Faneco

Faleceu, com 79 anos de idade, António Farinho Faneco, natural de Brinches, no concelho de Serpa. Militante do Partido desde a clandestinidade, era muito estimado na freguesia do Feijó, onde estava organizado.

Armando Dias da Ascensão e João Marques Ascensão

Faleceram Armando Dias da Ascensão, de 80 anos de idade, membro da Organização Local do Porto do Tejo, no concelho de Vila Velha de Rodão, e seu filho, João Marques da Ascensão, 2º secretário da Assembleia de Freguesia de V.V. de Rodão, eleito pela CDU. Ambos faleceram no hospital de distrital de Castelo Branco, vítimas de doença prolongada.

Guilherme Miranda de Carvalho

Faleceu, no passado dia 20 de Janeiro, Guilherme Gonçalves Miranda de Carvalho, que contava 35

anos e estava organizado na Zona Ocidental de Lisboa, na Freguesia da Lapa.

Joaquim Soares

Faleceu, no passado dia 31 de Janeiro, com 82 anos de idade, Joaquim Soares. Membro do Partido desde muito antes do 25 de Abril, desempenhou várias tarefas, tendo sido preso pela PIDE. Depois do 25 de Abril teve actividade no antigo Centro de trabalho de Anibal Cunha e no da Boavista, no Porto. Ultimamente, militava activamente na Comissão de Freguesia de Aldoar, na cidade do Porto.

José Salvador

Faleceu, no passado domingo, com 77 anos de idade, José Salvador. Membro do Partido desde 1937, participou no Socorro Vermelho e no Movimento Nacional Democrático.

Como representante dos trabalhadores, integrou a Comissão da Candidatura de Arlindo Vicente à Presidência da República.

Depois do 25 de Abril e até à sua morte desempenhou tarefas na Comissão de Freguesia de Cedofeita. Foi ainda dirigente sindical dos Barbeiros e integrou os Corpos gerentes da Associação de Moradores da ex-Escola Académica.

Júlio dos Santos

Faleceu, com 76 anos de idade, José Júlio dos Santos «Rabaça», natural de Silves, organizado na freguesia do Feijó.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Alentejo

Regionalizar sem clientelismos

O Organismo Inter-regional do Alentejo divulgou uma nota congratulando-se com as reacções positivas à proposta regionalização do Alentejo, aprovada no recente encontro de quadros comunistas. Como excepção, o organismo apenas regista a «lamentável» reacção da federação de Beja do PS.

Sublinhando que está «consciente das diferenças de opinião sobre matéria tão complexa e contraditória», o OIRA do PCP reafirma «total abertura dos comunistas para considerar todos os contributos que de forma fundamentada possam contribuir para uma solução de grande consenso».

Contudo, ressalva que «a área e modelo de regionalização a criar e instituir não podem assentar em tacticismos e manobristismos e muito menos em ambições de natureza pessoal ou clientelar». Se assim fosse, prossegue a nota, «é uma evidência que o melhor que servia ao PCP não

era uma só região para o Alentejo mas duas, três ou mesmo quatro (Baixo Alentejo, Alentejo Central, Nordeste Alentejano e Litoral) pois esta seria a forma de ter um maior número de eleitos e ter mesmo com grandes probabilidades a maioria absoluta em algumas delas».

O OIRA do PCP salientou ainda a importância da realização no próximo dia 30 de Março, de um Congresso extraordinário sobre o Alentejo, dedicado à regionalização. Os comunistas consideram que esta iniciativa irá contribuir para «uma avaliação responsável e em profundidade sobre as soluções possíveis não só quanto à área como quanto ao modelo de regionalização a criar e instituir no Alentejo».

Nesta linha, o OIRA manifesta desde já o empenho dos comunistas em «contribuir para essa reflexão colectiva» exortando os seus militantes e organizações a prosseguir «a mais ampla consulta e recolha de opiniões».

Stº Tirso Encerramentos, falências e baixos salários

O centro de emprego de Stº Tirso registou, num ano, um aumento de 11,5 por cento, o que representa no concelho perto de 7 mil desempregados. Contudo, segundo a organização local do Partido, a realidade ultrapassa em muito os números oficiais.

As estatísticas não contam aqueles que frequentam cursos de formação e os jovens à procura do primeiro emprego, assim como ficam de fora aqueles que estão desempregados há muito tempo, nomeadamente mulheres que desistiram de se inscrever nos centros e que já não têm direito a subsídio.

Em conferência de imprensa recentemente realizada, a concelhia de Stº Tirso denunciou que as denominadas reestruturadas de empresa estão em geral associadas a diminuições de postos de trabalho, com especial incidências nos sectores têxtil e vestuário, metalurgia e metalomecânica, empresas químicas e de transportes.

Os comunistas alertam para a crise na metalurgia e metalomecânica, nomeadamente na área da Trofa, onde há um decréscimo acentuado do número de postos de trabalho na Máquinas Pinheiro e Mida. Salários em atraso surgem com gravidade nas empresas Ferundi e EFI, agora paralisadas, enquanto outras unidades, como a Fundição Ribeira, já encerraram.

A crise no têxtil

O sector têxtil enfrenta uma situação não menos difícil, com 18 empresas paralisadas ou encerradas e três mil postos de trabalho suprimidos ou em vias disso. Acresce que quatro empresas (Baiona, Têxtil da Lamela, A. Correia da Silva e Empresa Fabril Tirsense) passam por processos especiais de recuperação, tendo ao seu serviço perto de 1600 trabalhadores.

O desemprego espreita ainda os trabalhadores da Abel Alves Figueiredo, que tem um pedido de falência em tribunal, o qual caso venha a concretizar-se extinguirá 400 postos de trabalho. Ainda recentemente, o deputado comunista José Calçada manifestou a sua solidariedade aos trabalhadores desta unidade, comprometendo-se a apresentar um requerimento na Mesa da AR sobre a situação.

Estes casos somados a muitos outros que alastram no sector do vestuário e indústria química demonstram bem que a crise no Vale do Ave não está ultrapassada.

Contrariando a famigerada

tese que os baixos salários geram competitividade, o PCP salienta que são precisamente os sectores têxtil e do vestuário que pagam pior aos seus trabalhadores. Com médias salariais de 56,1 contos e de 61 contos mensais, os têxteis e vestuário fazem com que o concelho de Santo Tirso tenha uma média de remunerações muito abaixo do País, o que é visível nos índices de poder de compra recentemente divulgados pelo INE.

Considerando um índice 100 como média nacional, verifica-se que Santo Tirso atinge apenas um nível de 62,77, o que está mesmo abaixo da média da região norte, de 81,87, nos índices de poder de compra.

É um claro exemplo de que não existe relação directa entre o aumento de salários e a diminuição do emprego, como habitualmente patrões e governo tentam fazer crer para justificarem a manutenção de remunerações baixas.

Na conferência de imprensa, a concelhia divulgou ainda um calendário de iniciativas, em que sobressai uma acção de propaganda e esclarecimento junto dos trabalhadores das maiores empresas do concelho sobre o horário de trabalho; diversas iniciativas comemorativas do 75º aniversário do PCP; e o anúncio para Maio da 4ª Assembleia da Organização.

Contra a flexibilização e a polivalência Sindicatos de Lisboa marcam jornada de luta em Março

A CGTP manifesta-se empenhada em desenvolver desde já iniciativas para impedir que sejam contemplados na lei os aspectos mais gravosos do acordo de concertação social

Durante o plenário de membros de organizações representativas dos trabalhadores do distrito de Lisboa, realizado dia 1 com a presença de várias dezenas de representantes de CTs e sindicatos, foi decidido promover na primeira quinzena de Março uma jornada de luta pelas 40 horas semanais, sem flexibilização nem polivalência, e em defesa do emprego, dos direitos e de melhores salários.

A semelhança de Lisboa, também noutros distritos o movimento sindical unitário está a desencadear acções de esclarecimento - nomeadamente reuniões de activistas e plenários de mobilizar os trabalhadores para a luta contra os aspectos mais gravosos do acordo de concertação social.

No encontro de ORTs de Lisboa participou o coordenador da CGTP-IN, que afirmou ter chegado o momento de os trabalhadores «irem para o terreno», de modo a impedir que aspectos mais gravosos do acordo de concertação social sejam transformados em lei na Assembleia da República.

Lançando duras críticas ao Governo, Carvalho da Silva frisou que as regras contidas no Acordo, enquanto não forem tornadas lei, não podem ser impostas em nenhuma empresa ou sector.

Apresentando os motivos que levaram a CGTP a não subscrever o acordo, o dirigente sindical centrou os seus ataques, sobretudo, no facto de, a pretexto da instituição das 40 horas semanais, o patronato tentar impor, por lei e com a cobertura do Governo, os princípios da flexibilidade dos horários e da polivalência de funções e categorias profissionais.

Carvalho da Silva considerou a assinatura do documento uma «cedência inaceitável do Governo», que permitiu aos patrões alcançar «o que nunca haviam conseguido» anteriormente. «Esta cedência ao patronato é um indicador muito negativo», assinalou o coordenador da CGTP, citado pela agência Lusa, dizendo assistir-se a uma demonstração «da fragilidade do poder político

em relação ao poder económico».

Destacando que os trabalhadores não querem que «este Governo seja o executivo da CIP» (Confederação da Indústria Portuguesa), Carvalho da Silva criticou ainda a iniciativa do patronato de pedir publicamente a alteração do referencial de aumentos salariais constante do acordo. «Isto cheira a burla», comentou o coordenador da Inter, reafirmando que «foi justo a CGTP não assinar o acordo», na medida em que isso será útil no combate a travar para impedir que o seu conteúdo ganhe a forma de lei.

processo mereceu igualmente a crítica de Carvalho da Silva, que recordou que desde a primeira hora a CGTP defende que se deve recusar que a redução do horário de trabalho de 40 horas semanais dependa da aceitação das regras da flexibilização e da polivalência. A redução do horário sem contrapartidas constou, aliás, de um entendimento entre a CGTP e a UGT, obtido a 7 de Novembro passado.

«Vêm aí novos ataques»

Comentando para o «Avante!» as consequências que viriam para os trabalhadores da eventual transformação em lei das normas mais graves do acordo de concertação social de curto prazo, José Ernesto Cartaxo sublinhou a importância de avançar desde já com o esclarecimento e a mobilização para a luta, na sequência da discussão feita no Conselho Nacional da CGTP, nos passados dias 2 e 3.

Admitindo que a primeira quinzena de Março, referida no encontro de ORTs de Lis-

boa, possa ser o período de confluência de muitas iniciativas de maior impacte público, o responsável pelo pelouro da acção reivindicativa na Comissão Executiva da CGTP alertou para a ameaça de novos golpes, já em preparação pelo patronato, quando for iniciada a discussão sobre a «concertação estratégica». A propósito referiu, com preocupação, o facto de as Grandes Opções do Plano incluírem novo propósito de introduzir alterações à legislação laboral.

«Não vão criar emprego»

A flexibilidade e a polivalência «não vão criar mais emprego, pelo contrário, vão limitar o acesso ao mercado de trabalho e acelerar a exploração dos trabalhadores nas empresas, com a retirada de direitos, bem como afectar a vida familiar dos mesmos, com a não obrigatoriedade do descanso semanal ao domingo», afirma a Comissão Executiva da União dos Sindicatos do Distrito de Évora. Reunida no último dia de Janeiro,

esta estrutura manifestou o seu apoio à decisão da CGTP de não subscrever o acordo de concertação social e declarou-se «disposta a mobilizar todo o movimento sindical no distrito e os trabalhadores na luta pelo direito à redução do horário de trabalho para as 40 horas, direito ao pagamento de horas suplementares e ao descanso semanal ao domingo e defesa da qualificação e das carreiras profissionais».

«Não podem ser lei»

Num folheto para ampla distribuição aos trabalhadores, a CGTP defende que «a flexibilidade e a polivalência não podem ser lei». O documento, integrado no trabalho de esclarecimento acerca das consequências da eventual aplicação do acordo de concertação social de curto prazo, refere que «os patrões

alimentam, desde há anos, a ambição de ver inscritas na lei a flexibilidade dos horários e a polivalência das funções profissionais» e que, «o Governo, pelos vistos, está disposto a fazer-lhes a vontade, impondo por via legislativa o que eles nunca conseguiram através da negociação colectiva».

Autarcas reúnem no Barreiro

Mais de centena e meia de militantes participaram no passado sábado num encontro concelhio sobre as autarquias do Barreiro. A iniciativa, que decorreu no auditório do Centro de Trabalho Local foi aberta por José Paleta, responsável concelhio, que salientou a grande participação dos eleitos da CDU nos diversos órgãos autárquicos do concelho.



Como foi afirmado a certa altura, o encontro marcou «o pontapé de saída para as eleições autárquicas», para as quais existe o objectivo de conquistar de novo a maioria absoluta na Câmara e reforçar os resultados em todas as freguesias.

Intervindo na sessão, Pedro Canário, presidente da Câmara do Barreiro, salientou que a meio do mandato se verifica uma situação que permite

à autarquia desenvolver com grande dinâmica um conjunto de obras que orçam acima de um milhão de contos.

Na opinião deste autarca, o Barreiro está a modernizar-se e a superar a crise que remonta aos anos 80. Constatando que os agentes económicos estão a ganhar confiança, afirmar que «o Barreiro está a renascer e com o Barreiro a renascer está renascendo o PCP e a CDU».

Helder Madeira fez depois o balanço global do trabalho desenvolvido pelos órgãos deliberativos salientando a melhor cooperação que hoje existe entre a Câmara e a Assembleia Municipal.

O Encontro aprovou uma resolução que expressa a preocupação dos comunistas pela ausência e constante adiamento de obras da

responsabilidade do Poder Central. A recente decisão do Governo que exclui o Barreiro do Plano de Reconversão Urbana, foi mesmo alvo de uma Carta aberta, em que se denuncia mais esta injustiça à população do concelho.

Os autarcas exigiram ainda a concessão de subsídios justos e indemnizações compensatórias aos transportes colectivos do Barreiro, integrados nos serviços do município.

GOVERNO RECUSA PRT PARA AS IPSS

Desde 1985 que vigora para as instituições particulares de solidariedade social uma Portaria Regulamentadora de Trabalho que o pessoal das IPSS considera desactualizada e por cuja substituição tem lutado de várias formas. Na semana passada, o secretário de Estado do Trabalho comunicou à Fenprof que não é sua intenção fazer publicar nova PRT para aquelas instituições, o que foi recebido «com estupefação e espanto» pela Federação Nacional dos Professores.

Num comunicado de imprensa, a Fenprof manifesta o seu «mais veemente protesto», recordando que, «após um longo processo de luta dos trabalhadores do sector, o Governo anterior nomeou uma comissão técnica em 1994 para elaborar um projecto de PRT para as IPSS»; o projecto foi enviado ao Governo em Setembro de 1995, mas o anterior executivo não accionou os mecanismos legais para a sua publicação; inicialmente, o Governo do PS dispunha-se a resolver a questão.

Os trabalhadores das IPSS, abrangidos apenas pela lei do salário mínimo nacional, deverão agora «equacionar as formas de luta que acharem mais convenientes para que urgentemente seja publicada nova regulamentação de trabalho, que dignifique as funções que exercem nas áreas da educação, saúde e segurança social», refere a nota do Secretariado Nacional da Fenprof.

REGIÕES POBRES

A Confederação Europeia de Sindicatos realizou em Lisboa, segunda e terça-feira, um debate sobre a participação dos sindicatos nos comités de acompanhamento dos quadros comunitários de apoio nas regiões de Objectivo 1 da União Europeia, conceito que abrange todas as regiões onde o PIB *per capita* é inferior a 75 por cento da média comunitária. O território português é considerado na sua totalidade uma região de Objectivo 1, tal como a Irlanda e a Grécia.

Com esta iniciativa, que reuniu cerca de 50 participantes em representação de organizações sindicais dos 11 países onde há Instituto Social Europeu, a CES encerrou um conjunto de debates sobre as regiões mais pobres da União Europeia e decidiu realizar seminários inter-regionais para aprofundar temas de interesse comum. Como acção imediata a nível comunitário, a CES pretende contribuir para o relatório que a Comissão Europeia está a elaborar sobre a coesão.

Enquanto em Portugal apenas está previsto que os sindicatos participem em órgãos consultivos que poderão emitir pareceres sobre os relatórios de execução do Quadro Comunitário de Apoio, a CES defende a participação sindical nas comissões de acompanhamento (que reúnem os responsáveis nacionais pela execução dos programas operacionais e os responsáveis comunitários pelo respectivo acompanhamento), refere uma nota da CGTP sobre o evento.

SINDICATOS CHINESES

Esteve em Portugal, a convite da CGTP-IN, uma delegação da Federação Geral dos Sindicatos da China, que integrava o director-adjunto do respectivo departamento internacional, Fu Xushan, e o responsável neste departamento pelas relações com Portugal, Liu Naili. A delegação esteve no País de 27 de Janeiro a 1 de Fevereiro e, segundo uma nota do departamento de informação da *Inter*, o seu programa de contactos incluiu reuniões de trabalho com a Comissão Executiva da CGTP, a União dos Sindicatos de Setúbal, a Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas, e a União dos Sindicatos de Évora. A delegação foi também recebida na Câmara Municipal de Évora.

A central portuguesa aceitou o convite feito pela sua congénere chinesa, para que uma delegação da CGTP visite a República Popular da China no corrente ano.

MÉDICOS REÚNEM

Sábado, em Coimbra, reúne o órgão máximo da Federação Nacional dos Médicos, para fazer o ponto da situação das negociações com o Ministério da Saúde sobre as reivindicações da classe. O dirigente sindical Mário Jorge Neves disse à Lusa que a ministra da Saúde afirmou estar já muito próxima a apresentação de uma proposta concreta sobre a alteração da lei de gestão hospitalar no intuito de institucionalizar a eleição do director clínico. Estará também a ser ultimada a saída de um diploma que garante o prolongamento da relação de emprego aos novos especialistas que concluíram o respectivo internato da especialidade a 31 de Dezembro de 1995.

O conjunto de reivindicações apresentado à ministra a 20 de Novembro contempla a revalorização técnica e salarial das carreiras médicas e a definição do enquadramento legal das convenções (contratos entre médicos e Estado). Faz também parte das reivindicações a definição global de saídas profissionais para os estratos mais jovens dos médicos, bem como a alteração da legislação sobre gestão hospitalar e regime de instalação das Administrações Regionais de Saúde.

Com autorização da IGT Brisa triplica trabalho temporário

Há hoje cerca de 800 trabalhadores, contratados em regime de aluguer de mão-de-obra à empresa Psicoemprego, a prestar serviço nos vários centros de assistência e manutenção da Brisa Auto-Estradas de Portugal, o que representa quase três vezes mais que em 1993 - denunciou na semana passada a Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços, que acusa a cúpula da Inspeção Geral do Trabalho de autorizar este aumento do trabalho temporário «contrariando abusivamente as disposições legais que regem a matéria».

A federação cita o decreto-lei

358/89, o qual determina que «o recurso a esta forma de contratação é para satisfação de necessidades de mão-de-obra pontuais, imprevistas ou de curta duração, não podendo, esta forma de contratação, prejudicar a contratação de trabalhadores para o próprio quadro da empresa utilizadora», que «a duração deste tipo de trabalho não poderá exceder seis meses» e que «é proibida a sucessão de trabalhadores temporários no mesmo posto de trabalho quando tenha sido atingida a duração máxima».

A Brisa, que aluga trabalhadores exclusivamente à Psicoemprego Trabalho Temporário, ocupava neste regime, em 1993,

137 portageiros que trabalhavam 4 horas diárias de 2ª a 6ª feira e 135 que trabalhavam 16 horas ao fim-de-semana, num total de 272 pessoas - refere a Fepces, num comunicado que fez chegar à nossa redacção.

«Hoje, a cúpula da Inspeção Geral do Trabalho, por eventuais interesses de favor ou outros, ainda não descortinados, contrariando não só a lei, como compromissos assumidos com a Fepces na redução deste tipo de contratação e passagem para o quadro efectivo da Brisa dos trabalhadores afectados, autoriza que este serviço, em regime de mão-de-obra alugada, tenha uma existência de cerca de 800

trabalhadores» - protesta a federação, que solicitou uma reunião urgente com o inspector-geral da IGT e vai entregar à ministra do Emprego um *dossier* sobre o assunto.

Comércio de Lisboa

A associação patronal recusou todas as propostas apresentadas pelo Sindicato do Comércio, Escritórios e Serviços de Lisboa (CESL) para a revisão da contratação colectiva do comércio retalhista do distrito, inclusivamente no que toca à tabela salarial, que não é alterada desde Fevereiro de 1994.

O sindicato, numa nota distribuída segunda-feira à comunicação social, recorda que tem apresentado anualmente propostas para a revisão do CCTV deste sector, que abrange cerca de 15 mil trabalhadores, mas a União dos Comerciantes tem mostrado «constantemente evasivas e indisponibilidades para apresentar contrapropostas credíveis», avançando este ano com o valor zero para a actualização salarial.

O CESL reclama aumentos de 5 por cento para 1994 e 1995; e de 9,5 por cento para 1996. Propõe ainda a criação de um subsídio de refeição no valor de 300 escudos.



Quinze mil trabalhadores do comércio retalhista de Lisboa não vêm a sua tabela salarial actualizada há dois anos (foto de arquivo)

Mobilidade na Bonança dá uma semana gratuita

Aos trabalhadores da Companhia de Seguros Bonança, transferidos para o Banco Comercial Português no quadro da mobilidade requerida por uma gestão de grupo na sequência da privatização, foi exigida a aceitação de cláusulas de exclusividade e de isenção de horários de trabalho. Esta exigência não teve contrapartidas monetárias, o que significa que aqueles funcionários passaram a trabalhar, em média, mais uma semana por mês, a troco de salários ligeiramente superiores aos que ganhavam na Bonança.

Esta situação foi denunciada pela comissão de trabalhadores da seguradora, num comunicado recente em que, fazendo o balanço dos «modelos organizativos ensaiados nestes tempos de pré e pós-privatizações», se afirma que «ao longo destes anos sempre se exigiu maior disponibilidade, adesão, apoio, entusiasmo, sacrifícios, sem equacionarem sequer qualquer contrapartida» para o pessoal.

A inserção da Bonança no universo do BCP (em que se integrou também o BPA) «não trouxe, pelo menos até ao momento presente, melhores frutos», e «embora assu-

mindando novas formas, o enfoque continua a situar-se na exigência de mais disponibilidade, inteira adesão, entrega total, e o ênfase subiu de tom».

A CT julga «incontornável» que a gestão de grupo implicasse a mobilidade dos trabalhadores da Bonança e admite mesmo que poderia trazer oportunidades de carreira que a seguradora sempre negou. Foi assim que entendeu

intervir nesta matéria com o objectivo central de salvaguardar a plenitude dos direitos adquiridos e o respeito pela opção dos trabalhadores o que, no essencial, foi conseguido - refere o comunicado, baseando nos dados disponíveis.

Entre as questões em aberto, a CT coloca, além da justa compensação pela isenção de horário, a falta de diálogo nas transferências para a Ocidental e a Servibanco.

Seguros

Está marcada para hoje mais uma reunião de negociações entre a Associação Portuguesa de Seguradoras e os sindicatos, para revisão da tabela salarial. Na reunião de 31 de Janeiro, a APS propôs aumentos de 4,25 por cento, sem fundamentação económica, enquanto os sindicatos baixaram a sua proposta comum para 5 por cento.

Casino da Póvoa A Sopete não cumpriu

O Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Hotelaria do Norte acusou a Sopete, concessionária do Casino da Póvoa de Varzim, de não honrar os compromissos assumidos com os trabalhadores.

Em comunicado enviado dia 1 à Agência Lusa, o sindicato refere que «a administração da empresa não honrou os compromissos assumidos no decorrer da greve, iniciada a 26 de Janeiro e suspensa passadas algumas horas, depois de ter aceite reintegrar os trabalhadores suspensos» por alegadas irregularidades.

Naquele dia, revela o sindicato, o director de jogo permaneceu junto do piquete de greve para informar os funcionários de que o conflito estava ultrapassado e para os desmobilizar do protesto, declarando então que a empresa «garantia» a reintegração de 13

trabalhadores, após a entrega da resposta à nota de culpa.

De acordo com o sindicato, os trabalhadores entregaram segunda-feira a resposta à nota de culpa, mas a empresa mantém ilegalmente as suspensões.

A comissão de trabalhadores do casino, perante esta situação, decidiu solicitar uma audiência urgente aos grupos parlamentares do PS, PSD, PP e PCP e à Comissão Parlamentar dos Direitos, Liberdades e Garantias, sugerindo a sua intervenção urgente - adiantou o sindicato.

A denúncia do comportamento dos patrões do Casino da Póvoa foi feita novamente na passada segunda-feira, numa conferência de imprensa em que foi detalhadamente abordado todo o processo iniciado com a suspensão de 16 funcionários.

Governo tem pouca sensibilidade para os problemas

Vidreiros da MP Roldão exigem respostas concretas

Um novo plenário de trabalhadores está marcado para a próxima segunda-feira

A luta que os trabalhadores da Manuel Pereira Roldão têm desenvolvido pela viabilização da empresa e a manutenção dos postos de trabalho «merecia do Governo mais sensibilidade para os problemas» que ali se vivem, protesta-se numa moção aprovada por unanimidade, em plenário realizado dia 31 de Janeiro, e divulgada pelo Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira, cuja direcção também subscreve o conteúdo do documento.

As iniciativas do sindicato para que sejam implementados apoios urgentes à empresa, o Governo, nomeadamente na pessoa do secretário de Estado da Indústria, tem reagido com «respostas contraditórias que se arrastam em evasivas e que se traduzem em resultados nulos». Enquanto «não se vislumbra vontade política, como era justo e necessário, para a implementação de medidas sociais de apoio, que garantam alternativas de emprego», é dado a conhecer o projecto de viabilização da MP Roldão, o qual «aponta para uma redução significativa do número de trabalhadores».

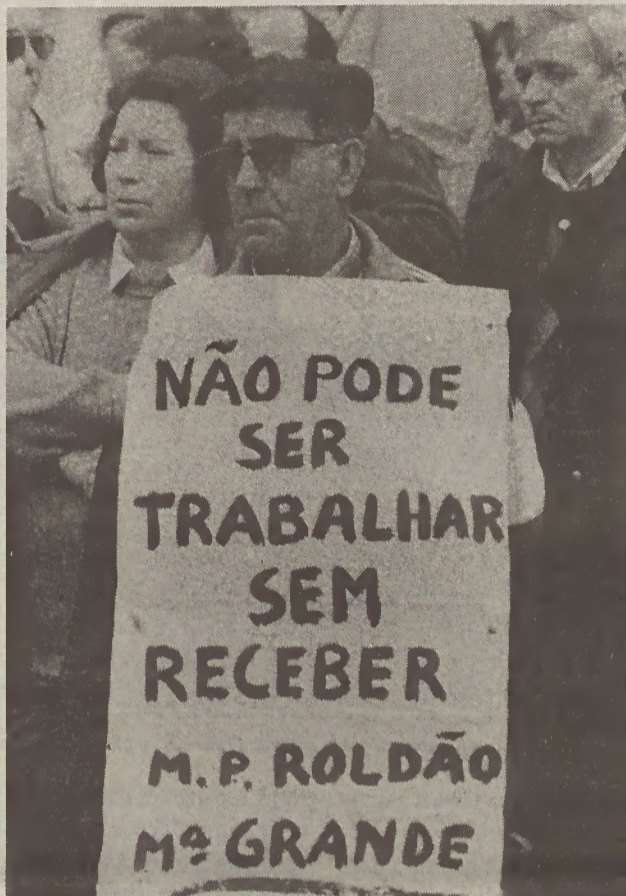
Neste contexto, o plenário de trabalhadores e o STIV exigem ao Governo que «responda agora com a eficácia necessária

que conduza à resolução dos graves problemas que enfrentamos». Na moção, reclama-se a abertura «imediata» de uma linha de crédito à exportação, «como solução imprescindível para obstar ao avolumar do drama dos salários em atraso», e manifesta-se «frontal oposição» à redução de efectivos sem estarem asseguradas alternativas de emprego, pelo que o Governo deve garantir «a implementação de medidas sociais de apoio que objectivem a manutenção de todos os postos de trabalho e dos salários numa fase de transição, no âmbito global da reestruturação do sector cristaleiro».

No plenário de dia 31 foi decidido «aguardar respostas concretas» até à próxima segunda-feira, quando os trabalhadores voltarão a reunir.

Torraltá

O anúncio da intenção de vender a **Casinos Hotéis de Tróia**, empresa detida maioritariamente pela Torraltá, é «mais uma manobra tendenciosa e oportunista, visando gerar ainda maior confusão que proporcione concretizar na prática objectivos e estratégias inconfessáveis mas possíveis de imaginar», acusam a Comissão de Trabalhadores e a



Comissão Sindical da Torraltá, notando que a nova administração da CHT a pretende vender quando «os problemas desta empresa poderão estar resolvidos a curto prazo».

A atitude dos administradores é considerada ainda mais estranha por a venda da CHT não ser legalmente permitida a breve prazo. Os representantes dos trabalhadores «lamentam e repudi-

am» este comportamento da administração, sublinham que «a área de jogo de Tróia (podendo não ser exclusividade de ninguém em particular) é, no entanto, considerada por todos como de grande importância na perspectiva do desenvolvimento global da Torraltá/Tróia» e alertam para a «necessidade urgente de pôr fim ao impasse na viabilização da empresa».

Greve na Siderurgia da Maia

Os trabalhadores da fábrica da Maia da Siderurgia Nacional-Produtos Longos estiveram em greve na segunda e na terça-feira, protestando contra o anunciado despedimento de meia centena de pessoas.

O Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgica e Metalomecânica do Distrito do Porto, em comunicado de imprensa, acusa os novos patrões da SN-Longos (o consórcio Lusosider, dominado pela multinacional italiana Riva) de ter tomado conta da empresa «com objectivos bem definidos e que se resumem à conquista de novas fatias do mercado internacional do aço».

A administração, afirma o sindicato, «foge ao diálogo e, pela via da imposição, procura ilegalmente alterar substancialmente as relações de trabalho, pretendendo deslocar trabalhadores dos seus postos de trabalho, colocando-os sem ocupação efectiva e substituindo-os por outros de categorias profissionais diferentes, no pressuposto de conseguir impor a polivalência e criar arbitrariamente categorias profissionais não previstas no acordo de empresa». Entretanto, segundo o sindicato, continua a ser prática da empresa o recurso ao aluguer de mão-de-obra.

A paralisação foi antecedida de um plenário, no dia 1, à entrada da fábrica.

As graves consequências da reprivatização da Siderurgia Nacional, tanto para os trabalhadores do grupo, como para a economia do País, levaram as estruturas representativas do pessoal da SN a convocar para a corrente semana uma série de plenários nas empresas (SN-Longos, SN-Planos e SN-Serviços, com instalações na Maia e no Seixal), acompanhados de acções dirigidas à opinião pública.

Reformados

Reclamando o pagamento dos complementos de reforma, decidiram-se deslocar-se ontem às administrações da Quimigal e do IPE os reformados da **Mompur** e da **Equimetal**, anunciou o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas do Sul.

Salários em atraso nos hotéis Matur e Atlantis

Os 60 trabalhadores que asseguram a manutenção do Complexo Turístico Matur e do Hotel Atlantis, em Machico, decidiram, em plenário realizado dia 1, marcar uma greve por tempo indeterminado a partir de anteontem.

Os trabalhadores reclamam à Interhotel e à Grão-Pará o pagamento dos salários de Dezembro do ano passado e de Janeiro deste ano, bem como de 50 por cento do 13º mês de 1994. O presidente do Sindicato da Hotelaria, Leonel Nunes, disse à Lusa que os valores em dívida para com os trabalhadores ascendem a 12 mil contos.

Alegando que as obras de ampliação do aeroporto do Funchal penalizam a operacionalidade daquelas duas unidades turísticas, as administrações das referidas empresas já dispensaram mais de duas centenas de funcionários, restando apenas aqueles 60 funcionários que têm vindo a assegurar a manutenção das instalações.

Bordadeiras

O Sindicato dos Bordados da Madeira considera ser fun-

damental que a proposta de atribuição de subsídio de desemprego às bordadeiras de casa seja discutida e aprovada na Assembleia da República antes da discussão do Orçamento.

Numa carta endereçada a todos os grupos parlamentares da Madeira, o sindicato manifesta o seu apoio a esta medida, aprovada por unanimidade na Assembleia Regional, que propõe que as bordadeiras de casa da Região recebam um subsídio de desemprego na ordem dos dez mil escudos mensais.

Refere que este era um direito há muito tempo reivindicado, como forma de colmatar a situação de crise por que tem passado o sector dos bordados, deixando sem trabalho muitas mulheres bordadeiras que não têm outro meio de subsistência.

O sindicato, refere a Lusa, sublinha que é urgente que estas trabalhadoras comecem a receber o subsídio o mais rápido possível, pois ele constituirá uma «tábua de salvação» das bordadeiras.

Estaco pára duas horas por dia pelos salários em dívida

Os trabalhadores das Cerâmicas Estaco, de Coimbra, iniciaram segunda-feira uma série de paralisações de duas horas diárias durante toda a semana, como forma de protesto contra o atraso no pagamento de vencimentos.

A medida, decidida quarta-feira da semana passada em plenário nas instalações da empresa, é acompanhada da concentração dos trabalhadores junto da entrada principal e dos escritórios da fábrica durante os períodos de greve.

Após esta semana de luta, a situação e as eventuais respostas da administração às exigências dos trabalhadores vão ser analisadas em plenário marcado para dia 12, segunda-feira, e no qual serão equacionadas outras formas de luta, pelo que disse à Agência Lusa o coordenador da União de Sindicatos de Coimbra.

Ao plenário da semana passada seguiu-se uma concen-

tração de cerca de três centenas de trabalhadores junto ao portão principal da fábrica, na zona industrial da Pedrulha, e uma interrupção do trânsito na Estrada Nacional nº 1, durante cerca de dez minutos.

Segundo António Moreira, coordenador da USC/CGTP-IN, o impedimento da circulação automóvel constituiu uma forma de protesto de "carácter simbólico", durante o qual os trabalhadores explicaram aos automobilistas as razões da medida, que têm sobretudo a ver com a falta de pagamento do subsídio de Natal e dos salários referentes a Janeiro, bem como os atrasos sistemáticos que se têm verificado desde Outubro nos pagamentos ao pessoal.

Fisel foi ao mercado

Os trabalhadores da empresa têxtil Fisel, de Seia, mani-

festaram-se dia 31 de Janeiro nesta cidade, reclamando o pagamento de salários em atraso.

A manifestação ocorreu uma semana após a assembleia de credores da Fisel e coincidiu com o mercado semanal de Seia.

Carlos João, dirigente do Sindicato dos Têxteis da Beira Alta, referiu à Agência Lusa existirem «sérias preocupações» face ao futuro da empresa, uma vez que esta tem uma dívida de seis milhões de contos à Segurança Social, quatro dos quais foram perdoados em assembleia de credores.

Tem já sete meses de salários por pagar aos seus cerca de 600 trabalhadores, havendo receios de se registarem atrasos no pagamento do mês de Janeiro.

Citando uma informação do presidente da Câmara de Seia, a agência adiantou que o Conselho de Ministros da passada

quinta-feira iria aprovar uma resolução que permitiria à empresa retomar o funcionamento.

A revelação foi feita com base num ofício remetido às representações sindicais da Fisel pelo secretário de Estado adjunto do primeiro-ministro, onde se dizia que a resolução seria aprovada «nas condições definidas pela Assembleia de Credores realizada em Seia no passado dia 18». Esta exigiu que fossem pagos pelo menos dois meses de salários, enquanto que a restante dívida seria liquidada num período de dez anos.

Esta perspectiva é reprovada por Carlos João, dirigente do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis da Beira Alta, que considerou ser «imoral que os trabalhadores sejam sempre os sacrificados e venham a receber o dinheiro quando já estão eventualmente na reforma».

Cheias evidenciam fragilidades do País Urge repensar o Ordenamento do Território

A necessidade de uma "nova concepção e atitude" em matéria de ordenamento do território, no respeito pelos valores ambientais, foi defendida pelo Grupo Parlamentar do PCP como uma mudança indispensável capaz de suprir a ausência de uma política integrada de planeamento e de operar as transformações que garantam um modelo de desenvolvimento equilibrado.

A questão veio a lume na semana transacta por via das recentes cheias que afectaram vários pontos do País, uma situação que a deputada comunista Luísa Mesquita bem conhece, já que foi o distrito de Santarém, pelo qual foi eleita, um dos que mais sofreu as consequências das persistentes chuvas e intempéries que têm marcado este Inverno.

Na sua declaração política, Luísa Mesquita pôs sobretudo a descoberto aquilo que considerou serem "as debilidades de um país que enfrenta a natureza com as mesmas infra-estruturas de há dezenas de anos atrás", remetendo o quotidiano das populações para a aleatoriedade de ciclos que se repetem, ora de seca, ora de muita água.

"Há um mês que as populações, os bombeiros, o poder local - assinalou a propósito - se desdobram em intervenções imediatas em zonas urbanas e rurais inundadas, em socorro de populações isoladas durante semanas, em parques habitacionais degradados e prestes a ruir, na rede viária nacional e municipal, em pontes, diques e aquedutos, como se, inesperadamente, a natureza nos traísse no seu percurso de Inverno."

Contabilizados os prejuízos - que não diferem dos sofridos em Aveiro ou no Porto, em Vila Real ou em Lisboa -, é, pois, chegada a hora, no entender da parlamentar comunista, de acabar com as incúrias, suprir debilidades, em suma, adoptar as medidas de intervenção que garantam



Na maior parte dos casos não é a natureza mas sim a incúria e a irresponsabilidade que estão na origem de calamidades como as cheias

no futuro "um coabitar simultaneamente harmonioso e preventivo com a natureza e as suas rebeldias".

Desde logo, apontou, pela adopção de medidas prioritárias e soluções por parte do Governo que, em estreita colaboração com o poder

local, reparem os danos ocorridos nas infra-estruturas básicas e respondam aos apelos das populações atingidas.

Mas também, enfatizou Luísa Mesquita, pelo incremento de medidas de fundo abrangendo questões essenciais e tão urgentes como a

regularização das bacias hidrográficas, a manutenção dos antigos e a construção de novos sistemas de defesa e drenagem, a gestão das linhas de água e a definição de um verdadeiro Sistema Nacional de Protecção Civil.

Medidas estas que não

podem ser dissociadas, foi ainda Luísa Mesquita a lembrar-lo, de um correcto ordenamento do território que elimine as assimetrias regionais, travando, por exemplo, o declínio do mundo rural, a desertificação do interior ou a destruição da orla costeira.

Em causa dificuldades acrescidas nas pescas Saída da crise exige nova política

O Governo vai regulamentar o regime jurídico do contrato individual de trabalho dos pescadores, anunciou faz hoje oito dias no Parlamento o Ministro da Agricultura e Pescas. Era a resposta de Gomes da Silva a uma proposta feita nesse mesmo sentido pela formação comunista e por si materializada em projecto de lei entregue na Mesa da Assembleia da República no próprio dia em que se debateram as consequências para as pescas portuguesas decorrentes da integração plena de Portugal na Política Comum de Pescas.

Também na consideração de que a pesca artesanal constitui um vector estratégico para o desenvolvimento da nossa pesca no futuro houve uma clara aproximação do Governo às teses defendidas pelo Grupo comunista, do mesmo modo que foi compartilhada a opinião de que importa defender as nossas 12 milhas do acesso de outras frotas. Neste capítulo, pese embora as suas afirmações de princípio, comprovada ficou, porém, a insanável contradição do Governo em conciliar esta defesa com o facto de a integração plena do nosso país na Política Comum de Pescas, conforme prevê o Tratado, abrir a perspectiva do acesso de outras frotas à zona das nossas 12 milhas, no mínimo, já daqui a seis anos.

Ora é justamente aqui que está o cerne do problema, uma vez que, como assinalou no

debate o deputado Lino de Carvalho, é nesta zona territorial que funciona a nossa pesca artesanal, que operam 4/5 dos cerca de 34 mil pescadores portugueses, bem como cerca de dez mil embarcações, sendo igualmente daí que vem 83 por cento dos desembarques de toda a produção nacional de pescado.

Não se compreende, pois - e esta foi uma questão central para a qual a bancada do PCP chamou a atenção sem que tivesse obtido resposta -, como é que o Governo aceitou a plena integração na Política Comum de Pescas sem ter previamente assegurado o reconhecimento das nossas especificidades, sem ter garantido de forma permanente o não acesso das frotas comunitárias à nossa zona das 12 milhas, abrindo simultaneamente desde já as 200 milhas da nossa Zona Económica Exclusiva

(ZEE), sem sequer, como observou Lino de Carvalho, "ter feito qualquer estudo sobre as consequências para as pescas portuguesas do fim do regime específico de que beneficiávamos, sem ter definido uma política nacional de apoio às nossas frotas, sem ter encetado negociações bilaterais com outros países que nos pudessem garantir pesqueiros alternativos".

Uma posição incompreensível que o deputado Lino de Carvalho tornou extensível à postura assumida no Parlamento Europeu pelos deputados do PSD e do PP que, com a oposição dos deputados comunistas, aprovaram o Relatório que veio confirmar a referida plena integração de Portugal e da Espanha, sem que tivessem sido introduzidas alterações capazes de defender os interesses das pescas e dos pescadores portugueses.

Lino de Carvalho acusou concretamente os "populares" de apresentarem posições distintas sobre esta matéria, uma para consumo interno, outra para consumo externo, acrescentando que o PP serve-se em Portugal de iniciativas que visam apenas fins mediáticos mas, no exterior, acaba por votar favoravelmente documentos em que a posição portuguesa sai fragilizada.

Explicitadas por Lino de Carvalho foram ainda as propostas do PCP com vista a inverter a actual política nacional de pescas, já anunciadas na última edição do "Avante!", de entre as quais se destacam a renegociação

das principais linhas em que assenta a Política Comum de Pescas, a defesa e ocupação das nossas 12 milhas exclusivamente pela frota portuguesa mesmo para além de 2002, uma política de renovação da frota e não uma

política de abates, negociações bilaterais para a defesa e obtenção de novas posições de pesca, a valorização do pescado na primeira venda, a formação profissional dos pescadores e a garantia de trabalho com direitos.

Segurança dos cidadãos em projecto do PCP A aposta na prevenção

A problemática da segurança voltou ontem a estar em foco no Parlamento. Em debate, mais precisamente, um projecto de lei da autoria do Grupo comunista que prevê a criação dos Conselhos Municipais de Segurança dos Cidadãos e que volta a plenário, em reapresentação, depois de em 1992 ter suscitado um vivo interesse junto de várias entidades e autarquias de todo o País.

Num momento em que se multiplicam as formas de insegurança e em que se acentuam fenómenos racistas e xenófobos, esta iniciativa legislativa afigura-se da maior importância, sendo de admitir - era essa pelo menos a informação que circulava em meios parlamentares, segundo apurámos à hora do fecho da nossa edição, face ao que foram no passado as posições assumidas pelo PS - que venha a merecer a aprovação da Câmara.

Sumariamente, como define o preâmbulo do diploma, trata-se da criação de uma estrutura de nível local, com carácter consultivo,

vocacionada para a abordagem das questões de segurança e tranquilidade públicas, a quem competirá a missão de pareceres e de assegurar a cooperação do poder local com as diversas autoridades que de alguma maneira intervêm neste domínio.

Na sua génese, o projecto de lei do PCP assenta na concepção de que a segurança não é uma questão exclusiva dos profissionais da Polícia, defendendo, nesse pressuposto, que o êxito da sua missão é indissociável da capacidade de prevenção, tanto mais eficaz quanto nela intervenham as comunidades locais, as autarquias, as escolas e as populações.

Ao procurar assegurar o direito efectivo das populações à segurança; garantindo a ordem e tranquilidade pública, o projecto do PCP parte do princípio de que a prevenção da criminalidade e a sua eficaz repressão só são possíveis com a "adopção de adequadas medidas de polícia e através da colaboração mútua entre a Polícia e os cidadãos".

PCP materializa em projecto de lei Criação e instituição das Regiões

O Grupo Parlamentar do PCP formalizou a sua proposta de criação e instituição das regiões administrativas. Materializada em projecto de lei, após debate interno nas organizações do Partido, a proposta prevê nove agrupamentos que se constituem como áreas de partida num processo que privilegia a vontade das populações, garantindo às assembleias municipais a última palavra na definição final das regiões.

Apresentada publicamente segunda-feira em conferência de imprensa, a estrutura do projecto assenta concretamente em agrupamentos de distritos e na criação da Região Metropolitana de Lisboa e da Península de Setúbal, proposta esta que é diversa da apresentada em anteriores Legislativas, a qual, recorde-se, tinha como áreas de partida os distritos do Continente.

Contrariamente às tendências centralizadoras impostas por

sucessivos governos, sobretudo na última década - traduzidas num grande fortalecimento das Comissões de Coordenação Regional (com concentração de serviços apenas em cinco "capitais" de distrito e consequente esvaziamento de funções noutras cidades) e na sua crescente ingerência no Poder Local - a proposta comunista defende a repartição de serviços e órgãos regionais por vários centros e a criação de delegações regionais, com isso pre-

tendendo contribuir para o melhor ordenamento do território e uma melhor repartição de recursos, devolvendo simultaneamente a muitos centros a importância administrativa que lhes foi retirada.

Ultrapassar bloqueios

Inteiramente disponível para "considerar as propostas de outros partidos", como frisou aos jornalistas o deputado Luís Sá, que estava acompanhado por João Amaral, António Filipe, Odete Santos e ainda por presidentes de Câmara e vereadores comunistas de vários pontos do País, o Grupo Parlamentar do PCP entende simultaneamente que este processo não se pode eternizar ficando

pela "inconclusiva discussão de gabinete em torno da natureza da área das regiões".

Tanto mais que a Lei Fundamental distingue claramente o processo de criação do processo de instituição em concreto, o que quer dizer que "só o primeiro tem de ser simultâneo". Por outras palavras, como fizeram notar os parlamentares comunistas, "a instituição de cada Região em concreto dependerá do apuramento regional no processo de consulta às Assembleias Municipais", podendo, por conseguinte, proceder-se à "instituição daquela Região onde o consenso das assembleias municipais tenha sido obtido mais rapidamente, deixando para momento posterior a criação daquelas onde o processo de consulta não se tiver concluído".

Daí que, conforme foi sublinhado, entre os mecanismos essenciais que viabilizem o processo de Regionalização, a proposta do PCP estabeleça como seus garantes a adopção de "um ponto de referência" conhecido das populações (o caso do distrito, da aglomeração de distritos ou área metropolitana) como área regional de partida. Adoptado esse "ponto de referência", não há razões, no entender dos deputados comunistas, para que a Regionalização não avance imediatamente, sobretudo nos casos em que o ponto de partida é, também, o ponto de chegada, como acontecerá designadamente com o Algarve.

As áreas de partida

As Regiões previstas no projecto comunista assentam nos distritos, nuns casos, em agrupamentos de distritos, noutros casos, e ainda na criação da Região Metropolitana de Lisboa e da Península de Setúbal.

Na sua concepção de Região, o projecto não determina, por outro lado, a sede ou capital regional, estando aberto ao princípio de uma descentralização dos principais órgãos, serviços e delegações regionais a distribuir pelos principais núcleos urbanos existentes em cada região.

Afirmando-se como um ponto de partida de um processo onde a última palavra cabe às populações e à deliberação das assembleias municipais, a proposta do PCP define os seguintes agrupamentos:

Trás-os-Montes e Alto Douro (constituído pelos actuais distritos de Bragança e Vila Real); **Minho** (Braga e Viana do Castelo); **Porto e Douro Litoral** (correspondente ao actual distrito do Porto); **Beira Litoral** (Aveiro, Viseu e Coimbra); **Beira Interior** (Guarda e Castelo Branco); **Alta Estremadura, Oeste e Ribatejo** (distritos de Leiria e Santarém e municípios não integrados na Região Metropolitana de Lisboa e Península de Setúbal); **Região Metropolitana de Lisboa e da Península de Setúbal** (municípios integrados na actual «Área Metropolitana de Lisboa»); **Algarve** (correspondente ao actual distrito de Faro).

Última palavra às populações

A possibilidade da intervenção popular na definição das áreas das regiões, designadamente através do voto das assembleias municipais, por meio de "propostas de fusão ou cisão das áreas de partida ou da mudança de áreas municipais contíguas de uma região para outra", constitui outro dos mecanismos previstos no articulado do diploma do PCP com vista a viabilizar o processo de Regionalização.

Realçado no decorrer da conferência foi ainda o facto de esta proposta de "áreas de partida" estar indissociavelmente ligada à obrigatoriedade de consulta às assembleias muni-

cipais, o que significa que estas terão a palavra final na configuração das Regiões, isto é, se o entenderem, poderão chegar a outra proposta de agrupamento de distritos, seja pela não inclusão de municípios, seja pela sua inserção.

A este respeito foram citados concretamente como problemas que devem merecer uma melhor resposta através da intervenção das populações os casos dos municípios do Douro, os distritos de Leiria e Viseu, a situação da Península de Setúbal, a designação da Região constituída a partir dos distritos de Leiria, Santarém e municípios do Norte do distrito de Lisboa, e o estatuto da Área Metropolitana do Porto.



O Algarve constitui uma das áreas de partida onde a Regionalização pode avançar imediatamente logo que seja aprovada a criação das Regiões Administrativas

Privatização da Siderurgia Nacional O PS a desindustrializar

O Grupo Parlamentar do PCP voltou a alertar para as consequências negativas resultantes do processo de privatização da Siderurgia Nacional, chamando a atenção, designadamente, para a questão da desindustrialização num sector considerado estratégico e para o agravamento do desemprego.

Levada a plenário na passada semana pelo deputado comunista Ruben de Carvalho, na habitual sessão de perguntas ao Governo das sextas-feiras, esta matéria acabou por evidenciar a inexistência de qualquer vontade por parte do Governo no sentido de inverter a tendência de desindustrialização do País em curso há pelo menos uma década.

Lembrado por Ruben de Carvalho foi concretamente o facto de o processo de desmembramento e privatização e a consequente entrada de capitais estrangeiros "não visarem a reconversão industrial da empresa", mas, pelo

contrário, como a experiência tem demonstrado, o "puro aproveitamento do mercado até agora abastecido pela produção nacional da Siderurgia em benefício da produção siderúrgica estrangeira".

O parlamentar comunista não hesitou mesmo em considerar que a situação tem "recortes obscuros" - veja-se a entrada no negócio de privatização da empresa galega MEGASA, sem envergadura técnica e financeira para o fazer -, que exigem, do seu ponto de vista, uma total clarificação.

Tanto assim é que o próprio secretário de Estado - cujas respostas, no geral, estiveram aquém de satisfazer cabalmente os esclarecimentos pedidos - acabou por anunciar ter mandado efectuar uma auditoria ao modo como o processo de privatização tem vindo a ser conduzido.

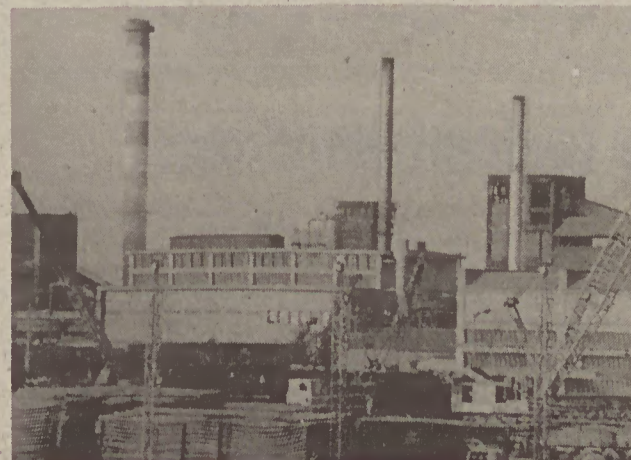
Questionado por Ruben de Carvalho, ainda a este respeito, foi a recente decisão de encerramento do trem médio em funcionamento na unidade do Seixal, decisão esta

que considera «completamente incompreensível».

Porquê? Por um lado, explicou o deputado do PCP, porque toda a produção do trem médio era consumida pelo mercado nacional e não há produto em armazém; por outro - e este aspecto torna a decisão ainda mais incompreensível -, o tipo de produção do trem médio (vigas em I e vigas em L) terá proximamente uma intensificada pro-

cura devido a obras como a EXPO 98, o alargamento da Ponte 25 de Abril ou a construção da nova Ponte sobre o Tejo.

"Encerra-se uma unidade industrial estratégica, lança-se no desemprego 200 trabalhadores altamente especializados. Já não são sinais de desindustrialização. É o Governo PS a desindustrializar e a agravar o desemprego", concluiu Ruben de Carvalho.



Privatização da Siderurgia Nacional: um processo chelo de contornos obscuros

Código do Processo Civil

A Assembleia da República aprovou uma proposta governamental que adia a entrada em vigor das alterações aprovadas na anterior Legislatura ao Código do Processo Civil. Com esta mudança de data (a sua entrada em vigor estava inicialmente prevista para o próximo dia 1 de Março), evitadas são para já novas dificuldades à máquina judiciária, importando agora proceder a uma reflexão mais profunda e a um novo debate sobre a revisão do processo civil.

Esta é, aliás, a posição defendida pela formação comunista, que no decorrer do debate fez questão de sublinhar pela voz da deputada Odete Santos a importância do adiamento agora aprovado face ao previsível acréscimo de problemas no aparelho judiciário, ele próprio já tão acochado nos últimos anos, lembrou, "por reformas que teima-

ram em fazer orelhas moucas a críticas e sugestões".

"A própria organização judiciária já tão remendada, sustentada pelo labor dos operadores judiciários, trabalhando muitas vezes na linha próxima da ruptura, necessita que em torno dela se faça algum debate", referiu a deputada do PCP, dando como exemplo de questões a repensar as "custas judiciais e aquilo que nas mesmas representa impedimento ao exercício do Direito".

Desses impedimentos falou também Odete Santos, trazendo a lume, concretamente, o facto de o Código do Processo Civil ainda em vigor, pese embora os protestos contra os atropelos à verdade material, nunca ter dado do seu ponto de vista "cumprimento a um direito fundamental do cidadão: o direito ao Direito e o direito ao acesso aos Tribunais sem condicionamentos resultantes da situação económica".

Encontro Regional do Algarve Para o reforço e a dinamização da JCP na região

O Encontro Regional do Algarve da JCP, realizado no sábado, constituiu um «espaço aberto, de discussão franca e séria, com o objectivo de tomar o pulso à vida juvenil, à acção da JCP e às iniciativas de preparação do V Congresso». A iniciativa, efectuada no novo centro de trabalho de Faro e em que participaram algumas dezenas de jovens, contou com a presença de Manuel Gouveia, membro da Direcção Nacional da JCP, e de José Casanova, da Comissão Política do PCP.

Como se pode ler no manifesto aprovado durante a iniciativa, a derrota do PSD nas eleições legislativas e a sua confirmação nas presidenciais fechou «um capítulo catastrófico para a juventude portuguesa, sujeita, durante uma década, a uma política de direita que lançou o caos na vida dos jovens.

Os jovens portugueses deixaram clara a necessidade e a vontade de mudança. No entanto, o Governo PS não dá provas de vontade de dar sequência a esse desejo». Escondendo-se atrás de frases como «nós dialogamos», começa a «frustrar milhares de jovens que anseiam pelo ataque aos problemas que enegrecem o futuro do país». São exemplos disso o crescimento do desemprego juvenil, «a "paixão" esquecida pelo ensino, e a inexistência de uma luz ao fundo do túnel das injustiças sociais, de modo a garantir

o acesso à habitação, à saúde, à cultura e ao desporto». Basta



lembrar a mudança de nome das propinas para taxas e não a sua anulação ou a atitude do Ministério da Educação em não consultar os estudantes na reformulação do acesso ao

Ensino Superior.

Sempre atentos à realidade juvenil, vivendo seu o dia-a-dia nas escolas e nos locais de trabalho e contribuindo nas campanhas eleitorais com as experiências recolhidas para a afirmação de uma política alternativa para a juventude, os comunistas promoveram este encontro como preparação do V Congresso da JCP. Como sequência, a ORAL vai organizar reuniões nos seus colecti-

vos, bem como debates sobre toxicod dependência, marginalidade e criminalidade, racismo, ecologia e o ideal comunista. O convívio e a cultura não serão esquecidos, com a realização

de exposições, de um concurso literário, festas, jantares e concertos. Foram também apontadas medidas para o reforço da organização de forma a aumentar a sua influência e intervenção no movimento juvenil da região, através de «uma acção dinâmica, reivindicativa e coerente». Uma campanha de recrutamento com o objectivo de alcançar 75 novos militantes e uma campanha de fundos

serão acções a concretizar antes do Congresso de Maio. A longo prazo, irão ser criados colectivos em Tavira, Lagos, Messines, Monchique e Quarteira.

José Casanova Política de direita camuflada de diálogo

«O Governo de Guterres prossegue, de facto, a política de direita com a agravante de o fazer em nome da esquerda e de, camuflado com o blá, blá, blá do "diálogo", da "modernidade" e da "solidariedade", ir por vezes mais longe do que foi a direita.» Foi com estas palavras que José Casanova, membro da Comissão Política do PCP, abordou o novo quadro político nacional na sua intervenção no encontro da ORAL da JCP.

Prosseguindo, apontou como exemplo o caso das 40 horas: «Embalada na flexibilização e na polivalência, esta questão constituiu um dos mais graves e violentos ataques aos direitos dos

trabalhadores. Este é um velho sonho do grande patronato, um sonho que, apesar de ter estado dez anos no poder, a direita não teve coragem de concretizar, mas que Guterres "despachou" ao fim de três meses.»

Quanto à educação, Casanova sublinhou o que foi expresso pelos jovens comunistas afirmando que «as muitas indefinições, imprecisões e insinuações produzidas indiciam a intenção do Governo de prosseguir, no essencial, a política de Cavaço Silva, constituindo uma visível marcha atrás em relação às promessas feitas na campanha eleitoral».

Debate sobre toxicod dependência

«Os Problemas da Toxicod dependência» vão ser debatidos em Silves, no próximo sábado, numa iniciativa promovida pela JCP, que contará com a participação do Dr. João Goulão, coordenador dos Centros de Apoio à Toxicod dependência do sul do país, Dr. Amílcar Martins e Marco Jóia, membro da Direcção Regional da JCP.

Este debate visa abrir um amplo espaço de discussão sobre a questão da droga e sensibilizar os jovens para este problema que, nos últimos anos, desestabilizou e destruiu dezenas de milhares de famílias portuguesas, profundamente afectadas pela presença, abandono ou

morte de um toxicod dependente.

O debate realiza-se no âmbito da preparação do V Congresso da JCP e constitui uma forma de encontrar propostas de resolução desta questão, numa alternativa às medidas dos «nossos governantes, que apenas procuram escamotear os problemas».

Privatização da água em Castelo Branco

A CDU tem dinamizado a luta contra a decisão da Câmara de Castelo Branco de entregar a gestão e exploração do sistema de abastecimento de água do Concelho a uma empresa privada, argumentando que «tal decisão não teve em conta a opinião dos consumidores, que já hoje pagam à autarquia a água mais cara do País, tornando os SM de Castelo Branco altamente rentáveis, como facilmente se comprova pelo lucro obtido de 173 mil contos». A CDU acusa que «tal decisão não foi antecedida duma audição dos representantes das populações, os eleitos das autarquias» e adverte que «a empresa privada que vier a obter a concessão» pretenderá «obter exclusivamente o lucro e a rentabilidade, o que acarretará maiores custos aos consumidores» e que a autarquia «perderá o controle sobre a qualidade da água que passaremos a consumir». A CDU já promoveu um debate sobre o tema onde participaram diversas Juntas de Freguesia, que estão crescentemente mobilizadas para contestar a decisão em Assembleia Municipal.

Homenagem a Batista dos Reis

No próximo sábado, realiza-se em Grândola uma homenagem ao dr. Manuel Batista dos Reis, figura antifascista falecida há quatro anos, acto que começará com uma dissertação, às 16 horas, no Auditório da Câmara Municipal sobre o fascismo e a figura do homenageado, seguindo-se uma romagem à sua campa. Manuel Batista dos Reis nasceu em 1908, em 1932 formou-se em Medicina em Lisboa, ano em que sofreu a primeira prisão por participar na ajuda à fuga de Miguel Russel para o exterior. Combateu nas Brigadas Internacionais na Guerra Civil de Espanha em defesa do Governo Republicano, altura em que decidiu aderir ao PCP. Em 1937, foi seriamente ferido por um estilhaço de obus, mais tarde, com a vitória dos fascistas, foi internado num campo de concentração pelo governo socialista de Leon Blum, no regresso a Portugal é preso pela PIDE e enviado para o Tarrafal, onde tem importante acção como médico. Amnistiado em 1946, faz parte do MUD em Grândola e em todas as lutas políticas que se seguiram até ao 25 de Abril. Membro da Comissão Concelhia de Grândola do PCP, aí permaneceu até à data da sua morte, com 83 anos.

Debate em Setúbal sobre tropas na Bósnia

A Comissão Para a Paz e Cooperação de Setúbal e o Núcleo da URAP - União de Resistentes Antifascistas Portugueses promoveu no passado dia 1 no auditório da Biblioteca Municipal uma sessão de debate subordinado ao tema «Tropas portuguesas na Bósnia - Porquê». Domingos

Lopes e o brigadeiro Pezarat Correia foram convidados pelas estruturas promotoras para intervir, seguindo-se animado debate e troca de ideias, onde ganhou relevo o ponto de vista de que os compromissos resultantes da participação de Portugal na NATO não justificam a presença de militares portugueses na Bósnia.

Contestada eficácia de Comissário para a Emigração

A Frente Anti-Racista considera em comunicado que «a falta de articulação das políticas para a imigração, que está na origem das dificuldades de integração dos imigrantes» no nosso país, «difícilmente será superada apenas com a criação da figura institucional de um Alto Comissário», cujas competências, aliás, não são conhecidas. «Estamos convencidos», diz o comunicado, «que o recuo na promessa da criação de uma Secretaria de Estado da Imigração, proposta pelo Partido Socialista durante a campanha eleitoral, diminui o alcance do que seria justo atingir quanto à salvaguarda dos direitos fundamentais dos cidadãos imigrantes na sociedade portuguesa».

A Frente Anti-Racista assinala que «a ausência de uma política coerente e correcta de imigração, que para além de não salvaguardar os valores culturais próprios daqueles cidadãos, não articula os diversos direitos, designadamente nos domínios do emprego e formação profissional, na saúde, segurança social e educação, distorce a problemática da imigração e remete para os domínios da mera intervenção policial aquilo que são as naturais dificuldades de integração daqueles cidadãos na sociedade portuguesa».

Obras ilegais de um vereador do PS

A Coordenadora da CDU da Marinha Grande acusa a gestão socialista da Câmara de «inadmissíveis práticas de favorecimento pessoal» ao vereador do PS Armando Constâncio, que realizou «obras de ampliação na sua residência sem alvará de licenciamento» e, mais tarde, de «fraude de viciação de documentos e utilização abusiva do carimbo municipal» para sancionar a entrega posterior e apressada desses documentos. A CDU pede explicações ao executivo camarário e afirma: «Não se pode aceitar sem o mais vivo repúdio que elementos que se apresentaram ao eleitorado em 1993 como campeões da transparência e do combate à corrupção e ao clientelismo, que injustamente insinuavam e afirmavam irregularidades na gestão de Barros Duarte, fazendo a mais baixa intriga», admitam comportamentos destes.

A Europa contra a droga

A 2ª Conferência Europeia sobre o futuro do combate à toxicod dependência na Europa, realizada em Paris de 1 a 3 de Fevereiro, reuniu representantes de 18 países do velho continente - entre os quais o eurodeputado comunista Honório Novo -, que aprovaram um apelo à mobilização de toda a sociedade para fazer face a este verdadeiro flagelo da Humanidade.

Pela sua importância, embora passível de controvérsia, transcreve-se o essencial do documento aprovado, na certeza de que, como afirmam os seus subscritores, «o momento é de cooperação».

«O abuso de drogas não é uma questão conjuntural e passageira, antes está enraizada no seio da evolução das nossas sociedades. Com a incessante renovação de substâncias e modas de consumo, com a extensão dos consumos a todas as camadas sociais, com as crises sociais que aprofundam as depressões, temos que reinventar e desenvolver os meios de lhe fazer frente. Não nos podemos continuar a dar por satisfeitos com políticas simplistas e ultrapassadas.

«A Europa deve empenhar-se activamente nesta via.

«Uma política contra a droga na Europa deve ser global e integrar-se numa política social de envergadura. Não pode ter como objectivo a supressão das drogas nem continuar a dar prioridade às acções judiciais e policiais.

«Que dizer a respeito da pena de morte ainda em vigor em 26 países como punição das infracções relacionadas com a droga? Associamo-nos à Amnistia Internacional na denúncia enérgica desta prática.

«Devemos deixar de confundir o controlo das drogas e a luta contra o tráfico de drogas com a repressão dos consumidores.

«Recusar a autodestruição e a dependência provocadas pelo uso nocivo de drogas é antes do mais promover valores humanos de solidariedade e de saúde, não é ficar entrincheirados atrás de um interdito legal.

«Assim, nós pretendemos construir uma política contra a droga na Europa assente em:

- uma cidadania europeia baseada na responsabilidade e liberdade individual e colectiva;
- uma minimização dos riscos

que exige em primeiro lugar a educação preventiva e o reconhecimento dos consumidores como parceiros de saúde pública;
- um dispositivo de cuidados de saúde de qualidade para os fármaco-dependentes, acessível e diversificado, aberto às inovações.

«Os objectivos das políticas públicas e das Organizações Não Governamentais na Europa devem ser redefinidos e conjugados neste sentido, através de um amplo esforço de diálogo e concertação. Disso depende a credibilidade das sociedades democráticas e das instituições sociais.

«A abordagem do problema dos toxicod dependentes não pode continuar a estar centrada no produto, mas nas pessoas e nas suas relações sociais, apoiando-se nos laços de solidariedade existentes nas comunidades a que pertencem.

«Os principais desafios de uma política anti-droga na Europa encontram-se, hoje, nos bairros sociais degradados, na insegurança e na miséria; nas periferias, na rua e nas prisões.

«A prisão dos toxicod dependentes pelo uso de drogas deve ser definitivamente excluída. Múltiplas alternativas podem ser desenvolvidas para não agravar ainda mais a desinserção social dos toxicod dependentes e

para definir objectivos comuns às acções preventivas, terapêuticas e de segurança pública.

«Deve ser dada particular atenção às populações emigradas e às minorias étnicas, de forma a adaptar as acções comunitárias e os serviços de cuidados na sua direcção. O racismo é a forma de exclusão mais perigosa e deve ser plenamente combatido. Numerosos toxicod dependentes fazem parte de

populações confrontadas com problemas de sobrevivência: melhorar as condições de saúde e de vida dos consumidores de drogas deve ser uma prioridade.

«Isso exige uma política decidida de saúde pública apostada em diminuir os riscos e os prejuízos ligados ao abuso de drogas, em particular a SIDA, mas também as hepatites virais que se tornaram em toda a Europa uma das ameaças mais graves.

«Isso exige também uma política de abertura de todas as instituições face aos grupos e aos indivíduos marginalizados, de forma a torná-los verdadeiros parceiros de prevenção e, numa palavra, verdadeiros cidadãos.

(...) «O momento não é de ficar escondido atrás de fronteiras nem de sacudir responsabilidades para o vizinho do lado. O momento é de cooperação (...)



O combate à droga diz respeito a toda a sociedade

Perguntas e respostas da Comissão

Benefícios antecipados

O acordo de associação entre a Comunidade e o Reino de Marrocos, assinado em 15 de Novembro último, vai começar a ser aplicado - e a beneficiar alguns produtos marroquinos - mesmo antes da sua entrada em vigor. A confirmação foi feita pelo vice-presidente Marin, em nome da Comissão, numa resposta a uma questão do deputado Honório Novo sobre a matéria.

Informa Marin que, embora a efectiva entrada em vigor do acordo esteja dependente da sua ratificação por todos os parlamentos dos Estados-membros e de Marrocos, e após parecer favorável do Parlamento Europeu, o Conselho decidiu atalhar caminho para facilitar a vida aos produtos marroquinos. Por proposta da Comissão, o Conselho adoptou, em 21 de Dezembro, um regulamento que prevê a «aplicação de determinadas disposições do acordo».

A medida, esclarece a Comissão, «diz respeito aos produtos agrícolas exportados pelo Reino de Marrocos que, desde o Uruguay Round, estão sujeitos ao sistema de preços de entrada, por um lado, bem como às flores cortadas e às conservas de sardinhas para os quais o resultado da negociação prevê uma aplicação antecipada, por outro».

Deste modo, no respeitante à primeira categoria de produtos, Marrocos «beneficiará da aplicação de preços de entrada convencionais inferiores aos preços previstos para a oferta comunitária no âmbito do Uruguay Round, a fim de que este país possa exportar para a Comunidade os fluxos tradicionais de determinados produtos, tais como os tomates e os citrinos».

Um benefício antecipado que bem pode resultar em prejuízos acrescidos para Portugal.

Entretanto, continua por responder uma questão levantada pelo mesmo eurodeputado, respeitante às incidências na agricultura do já citado acordo com Marrocos. Trata-se de saber se, naquele âmbito, foram ou não negociadas pelo Governo português contrapartidas destinadas a apoiar certos produtos agrícolas portugueses e, em caso afirmativo, quais os produtos que as vão receber e de que montante. Pergunta simples, como se vê. A resposta é que tarda.

Privatização da Setenave

Que se passa com a privatização da Setenave? Esta a questão colocada pelo deputado Sérgio Ribeiro à Comissão Europeia, ainda à espera de resposta.

Segundo o eurodeputado comunista, o complexo processo de privatização dos estaleiros navais portugueses parece estar a entrar em nova fase. Com efeito, depois da passagem para o Grupo Mello dos estaleiros da Lisnave e da criação do consórcio Lisnave, Sopotina e capitais noruegueses para a exploração da Setenave, estar-se-á perante a completa privatização destes estaleiros, por ajuste directo, sem concurso público e internacional como é exigido, desaparecendo a Solisnor e com transferência directa para a Lisnave, assim se consolidando o domínio do Grupo Mello na área da construção e reparação navais em Portugal, juntando-se a Mitrena à Margueira.

Sendo os trabalhadores deste sector, e as suas estruturas sindicais e de empresa, os primeiros e principais atingidos por este tipo de «recuperação monopolística», e correndo o rumor de que a Comissão teria promovido recentemente um encontro em Bruxelas, com a participação de representantes do Governo português e do Grupo Mello, colocam-se à Comissão as seguintes questões: Essa reunião realizou-se? Em caso afirmativo, com que motivações, como decorreu e quais os resultados?

Aguarda-se a resposta.

Matadouros sem normas

Não existem normas comunitárias que exijam o encerramento de velhas unidades de abate (vulgo matadouros). A afirmação é do comissário Fischler, que em nome da Comissão respondeu a questões levantadas pelo deputado Joaquim Miranda a propósito da situação dos matadouros em Portugal.

Recorda o eurodeputado que «todo o processo de reformulação da Rede de Matadouros nacional foi feito argumentando a existência de directivas e orientações comunitárias», que afinal parecem não existir.

Segundo o comissário, o que está definido são «as condições sanitárias em matéria de produção e colocação de carnes frescas no mercado» que, tendo em vista a realização do mercado interno, foram aplicadas igualmente aos mercados nacionais. Ou deveriam ter sido, já que - refere o comissário - foi tido em consideração «o facto de determinados estabelecimentos não se encontrarem em condições de obedecer a todos os novos requisitos em 1 de Janeiro de 1993 (!)». Assim, para evitar «encerramentos abruptos», foi aceite o princípio de concessão, pelos Estados-membros,

de derrogações limitadas e temporárias de normas sanitárias». As derrogações foram limitadas a 31 de Dezembro de 1995, embora prevendo que as autoridades pudessem conceder pontualmente um prazo adicional, desde que fosse feita prova do começo da transformação das instalações «em conformidade com as exigências da directiva», mas que não foi possível satisfazer os prazos estabelecidos.

Para evitar qualquer distorção da concorrência, a Comissão decidiu proceder «a uma inspecção das unidades de abate nos Estados-membros». Os resultados, promete o comissário Fischler, «serão enviados aos Estados-membros de modo a que quaisquer medidas necessárias possam ser tomadas o mais rapidamente possível».

O que a Comissão não diz é se tal inspecção já foi feita em Portugal, e com que resultados.

No futuro se vê

As orientações comunitárias em matéria de rotulagem de produtos comunitários agro-pecuários de qualidade levaram à proibição do uso do nome de vilas, cidades ou divisões administrativas em marcas de produtos. Em Portugal, no entanto, a empresa multinacional FARM continua a comercializar azeite com a marca «Vila Flor» - nome da vila e do concelho de Trás-os-Montes onde é embalado o seu produto -, apesar da referida empresa há muito ter deixado de utilizar o azeite da Cooperativa de Olivicultores de Vila Flor.

O deputado Joaquim Miranda questionou a Comissão sobre a matéria e descobriu, através do comissário Fischler, que esse é um problema de futuro.

Diz o comissário que, se por um lado, a directiva recusa ou pode vir a declarar a nulidade do registo de marcas «que sejam susceptíveis de enganar o público, por exemplo, no que respeita à proveniência geográfica do produto ou do serviço» - como é o caso -, por outro lado, pode-se pôr a hipótese, no futuro, «de um agrupamento de produtores de Vila Flor pedir o registo deste nome geográfico enquanto designação de origem protegida ou indicação geográfica protegida», o que, a suceder, conduziria «a um conflito com a marca «Vila Flor»».

Os meios para sanar conflitos estão previstos na directiva. O que não está previsto, aparentemente, é o desrespeito da directiva.

Níger

O vice-governador do Banco central dos Estados de África ocidental, Boukary Adji, foi designado pela Junta militar para o cargo de primeiro-ministro. De banqueiro a chefe de governo, o novo primeiro-ministro, guindado ao poder pelos golpistas, prepara desde já as negociações com o FMI e o Banco Mundial para um programa de ajustamento estrutural.

Polónia

O presidente polaco, Alexandre Kwasniewski, nomeou para o lugar de primeiro-ministro Włodzimierz Cimoszewicz, em substituição de Jozef Oleksy, demissionário. Antigo membro da Juventude comunista, estudou nos Estados Unidos e foi ministro da Justiça em 1995. É um dos fundadores da Aliança de Esquerda, maioritária na Dieta (parlamento polaco).

Ucrânia

Os mineiros da Ucrânia iniciaram dia 1 deste mês uma greve ilimitada, pelo pagamento dos salários, em atraso há já vários meses. Os mineiros condenam a política governamental de crescente recurso ao carvão de importação, enquanto as reservas ucranianas são imensas. A Organização Internacional da Energia e Minas apoia esta greve.

Cuba

O governo americano impediu a passagem para Cuba de uma caravana de ajuda humanitária que transportava 300 computadores. A caravana, constituída por três dezenas de veículos, foi organizada por uma fundação americana de carácter religioso, com sede em Nova Iorque, e pelos Pastores pela Paz. Estas duas organizações, que já há vários anos se opõem ao embargo decretado por Washington contra Cuba, organizaram entretanto uma série de expedições de solidariedade.

Japão

O desemprego atingiu, em 1995, o seu ponto mais alto no Japão, desde 1953, o ano em foram feitas as primeiras estatísticas sobre o desemprego no país. Em Dezembro passado, 2,11 milhões de pessoas encontravam-se oficialmente à procura de emprego. Em apenas um ano o número de desempregados aumentou de mais 340.000 pessoas, o que corresponde a um acréscimo de 19%. Note-se que basta ter trabalhado uma hora na semana anterior ao inquérito para não ser considerado como desempregado.

Palestina

Yasser Arafat anunciou que o Conselho Nacional

Rússia

Mineiros contra Ieltsin

A contestação à política de Ieltsin - tanto no plano socioeconómico como político - tende a crescer por todo o país. Uma realidade que confirma o sentido do voto popular nas eleições legislativas de Dezembro, que deu a primazia aos comunistas russos, e que poderá vir a ter reflexos determinantes nas eleições presidenciais previstas para Junho.

Quinhentos mil mineiros aderiram a uma greve geral, que ainda se manterá em alguns sectores, e que tem como reivindicações fundamentais: o cumprimento por parte do governo do contrato colectivo de trabalho de 1995, o que envolve o pagamento de salários em atraso, que em alguns casos já é de mais de

seis meses, a conclusão de um novo contrato colectivo de trabalho para 1996 e a elaboração de um programa para a modernização da indústria mineira.

Nalgumas regiões mineiras, nomeadamente em Borkuta, no norte do país, os trabalhadores avançam também com reivindicações abertamente políticas, contra a política do governo de Ieltsin, e exigindo mesmo a sua demissão.

A greve, anunciada para 1 de Fevereiro, envolveu um pouco menos de 90 por cento das empresas mineiras do país, levando à paralisação de 130 minas.

O movimento teve o seu início no Extremo Oriente e foi alastrando ao resto do país, da Sibéria ao Círculo Polar Ártico.

A greve já afecta 3.500 instituições em cerca de metade das 89 regiões da Rússia, atingindo em parti-

cular as reservas de carvão nas centrais eléctricas.

O governo russo comprometeu-se entretanto a pagar até 1 de Março os salários de Dezembro e Janeiro, sendo de prever que, caso esta promessa - que corresponde apenas a parte das reivindicações dos mineiros - não seja cumprida, a luta poderá vir a assumir um carácter marcadamente político.

Tchetchénia

Dezenas de milhares de manifestantes em Grozny

Dezenas de milhares de manifestantes concentraram-se, domingo passado, no centro de Grozny, capital da Tchetchénia, ocupada militarmente pelas forças russas, exigindo a sua retirada.

Foi a mais importante manifestação desde o início da intervenção militar russa, em 11 de Dezembro de 1994. Também na Rússia se têm realizado manifestações contra esta guerra e a questão da Tchetchénia é hoje um dos problemas candentes,

catalisador de profundo descontentamento popular com a política de Ieltsin.

Ao longo destes catorze meses, morreram pelo menos 30 mil pessoas, na sua grande maioria população civil. Aldeias, vilas e cidades foram devastadas e as infra-estruturas destruídas.

As forças russas controlam a capital e os principais eixos de comunicação do país, e o governo russo tentou dar credibilidade a um poder político, através

de eleições boicotadas por grande parte de população e denunciadas como fraudulentas.

A aposta de Ieltsin tem sido na força. Actualmente, segundo declarações de responsáveis militares russos, admite-se a possibilidade de negociações para a retirada das tropas russas e a definição de um estatuto especial para o território. Mas os interlocutores seriam o contestado governo tchetcheno, saído dum processo eleitoral unilateralmente imposto por Moscovo.

Tudo indica que estas promessas, como as tentativas de negociação com os mineiros em greve, se inserem num esforço de melhorar a imagem do actual presidente, na perspectiva das presidenciais de Junho.



A tortura de Sarah

Um milhão e meio de mulheres asiáticas que trabalham temporariamente no estrangeiro, em particular nos países do Golfo, são alvo de múltiplos abusos, denuncia-se em relatório da Organização Internacional de Trabalho (OIT).

Uma denúncia que nos leva a relembrar a impensável situação imposta à jovem filipina Sarah Balagan, salava da morte por um amplo movimento internacional, mas entretanto condenada a um ano de prisão acompanhado de sistemáticos castigos corporais, por ter morto o seu violador.

OMS

Mortalidade materna está a aumentar

Perto de 600.000 mulheres morrem, todos os anos, de complicações na gravidez ou no parto, 99 por cento das quais em países em vias de desenvolvimento, disse a Organização Mundial de Saúde (OMS).

Um novo estudo da OMS, que registou um aumento de 80.000 nos casos de mortalidade maternal no Mundo - fenómeno muito difícil de quantificar - estimou o total de mortes maternas em 585.000 por ano.

A maioria das mortes (55 por cento) regista-se na Ásia, continente que conta 61 por cento dos nascimentos de todo o Mundo.

Mas 40 por cento das mulheres que morrem grávidas ou durante o parto são africanas, apesar de África representar apenas 20 por cento dos nascimentos mundiais.

Em contrapartida, os países desenvolvidos registam 11 por cento dos nascimentos e menos de um por cento das mortes maternas.

O risco de morte relacionado com a gravidez é assim 100 vezes mais elevado na África subsaariana do que na Europa, de acordo com a OMS.

Nos países em vias de desenvolvimento, os riscos vão de menos de 200 mortes maternas por cada 100.000 nados vivos na América Latina a mais de 870 em África. As taxas mais elevadas registam-se na África Oriental e Ocidental.

As taxas mais baixas foram registadas na Noruega com seis mortes por cada 100.000 crianças vivas.

No outro extremo, os piores resultados encontraram-se na Serra Leoa, 1.800 mortos por 100.000 nascimentos vivos, e no Afeganistão (1.700 por 100.000).

"A mortalidade maternal é um indicador particularmente apreciável da desigualdade" e um reflexo do estatuto da mulher e do acesso aos cuidados de saúde, considerou Susan Holck do programa de saúde reprodutiva da OMS.

PCP saúda Congresso do DKP

Realizou-se em Dortmund, a 3 e 4 de Fevereiro, o 13º Congresso Nacional do Partido Comunista Alemão (DKP).

O PCP esteve representado pelo camarada João Armando, membro do Comité Central.

Na mensagem enviada ao Congresso, o CC do PCP dá particular destaque à apreciação da actual situação internacional, sublinhando: "Na sequência do desaparecimento da URSS e dos regimes socialistas do leste da Europa, a situação mundial continua marcada pela ofensiva do imperialismo e do grande capital contra a soberania dos povos e os direitos e as conquistas dos trabalhadores. É todavia já visível um ascenso da resistência das massas populares que, na Europa, se tem expressado por crescente oposição popular à «construção europeia» moldada pelos critérios de Maastricht e contra os ataques às conquistas sociais e laborais alcançadas pela luta de gerações. O capitalismo não pode dar satisfação aos graves problemas que a Humanidade defronta,

antes agrava intoleravelmente a situação dos trabalhadores e dos povos. Por isso cresce a exigência de verdadeiras alternativas de progresso social e se revalorizam os valores e ideais do socialismo."

Neste quadro, o CC do PCP destaca a importância da mobilização das forças progressistas e da solidariedade internacionalista.

"Se é crucial a organização e mobilização para a luta das forças progressistas dentro de cada país - afirma-se na mensagem - igualmente se exige o fortalecimento dos laços de solidariedade internacionalista de todas as forças do progresso social. Na Europa, em particular, tal é imprescindível na luta contra o desemprego, pela redução do horário de trabalho, em defesa dos serviços públicos sociais e seu fortalecimento, por uma Europa de paz, progresso social e cooperação, garantindo a cada povo o seu direito inalienável à independência e soberania nacionais".

Movimento pacifista contra simulação nuclear

O fim da série de ensaios nucleares realizados pela França no Pacífico - um programa que foi alvo de protestos dos movimentos pacifistas por todo o mundo - não significa o fim da corrida aos armamentos nucleares.

Propondo-se embora assinar o Tratado de interdição total dos ensaios, em debate em Genebra desde 24 de Janeiro, Paris passará entretanto ao programa PALEN (programa de adaptação à limitação das experiências nucleares), que tem por objectivo desenvolver a simulação, e que não só permite a manutenção do actual arsenal como a concepção de novas armas.

É contra esta perspectiva que o Movimento da Paz em França dirige hoje a sua luta. Desde já está marcado para 29 de Março um colóquio a realizar em Bordéus, a que se deverá seguir uma manifestação, em 31 do próximo mês.

O Movimento da Paz considera que, a seguir este caminho, o governo francês "perpetua a

arma nuclear no século XXI e volta as costas aos objectivos do Tratado de interdição total dos ensaios nucleares". O movimento faz ainda notar que esta política garante às grandes potências o seu "avanço tecnológico" e simultaneamente representa um imenso desperdício de recursos.

Um alerta contra esta evolução tinha já sido lançado em Genebra, a 24 de Janeiro, pelo representante da Índia, ao afirmar que o Tratado de interdição das experiências nucleares não deve levar "aos ensaios em laboratório pelos que dispõem dos meios para isso".

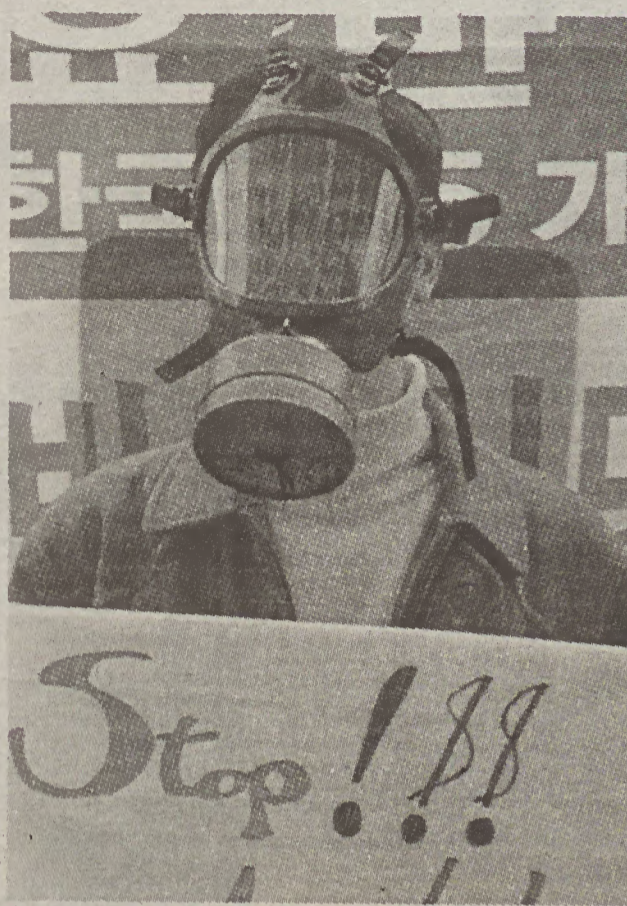
O perigo do nuclear regressa assim às preocupações prioritárias do movimento pacifista.

Num encontro realizado em

fins de Janeiro, em França, e que reuniu cerca de 150 organizações que se batem contra os ensaios nucleares, investigadores de diferentes ramos da ciência questionaram-se sobre o conceito de segurança e os perigos da arma nuclear.

Neste encontro, a série de ensaios nucleares no Pacífico foi denunciada como um contributo para o aumento "dos riscos de proliferação nuclear, quando o stock mundial de plutónio é mal controlado". Uma vez mais se realçou que "as despesas militares são um fardo que reduz as taxas de crescimento das economias nacionais".

Na Assembleia Nacional francesa, Alain Bouquet, presidente do grupo comunista, defendeu "uma política de segurança livre das armas nucleares, que devem ser banidas pela humanidade tal como as armas químicas e bacteriológicas" e sublinhou que a luta "pelo desarmamento e a paz é mais necessária que nunca".



Em Seul, na Coreia do Sul, jovem manifestante contra os ensaios nucleares

Palestiniano (CNP) deverá reunir a 12 de Abril em Gaza, para proceder às emendas da Carta Palestiniana.

O presidente do CNP, Salim al Zanoun, defendeu entretanto que esta reunião se realize depois de Abril, "quando estivermos certos de que os israelitas aplicaram devidamente os acordos respeitantes a Hebron e outros sectores".

Roménia

Os 4.500 operários da fábrica de automóveis Rodae de Craiova, no sul da Roménia, criada em associação com o grupo sul-coreano Daewoo, fizeram "uma greve de aviso" e ameaçam com uma "greve ilimitada" a fim de obterem um aumento de salários.

Os grevistas exigem igualmente que os assalariados formados na Coreia do Sul recebam uma compensação diária de 18 dólares, como prevê a lei romena, e não apenas de sete dólares.

"Não se trata de formação, mas de exploração", disse o dirigente sindical Marian Mlici, indicando que os 660 empregados formados na Coreia do Sul estavam obrigados a trabalhar 54 horas por semana e a fazer horas suplementares "muito mal pagas".

Rodae foi criada em Outubro de 1994, quando o grupo sul-coreano Daewoo se associou aos construtores de automóveis romenos Olcit, tomando uma participação de 51 por cento no capital dessa sociedade.

A sociedade começou em Janeiro a produção e pretende lançar este mês de Fevereiro os primeiros dos 30 mil veículos que conta fabricar em 1996. Com um investimento de 154 milhões de dólares, o gigante sul-coreano é o mais importante investidor estrangeiro na Roménia.

Bélgica

O ex-vice-Primeiro-Ministro e Ministro da Defesa belga Guy Coeme e sete outras personalidades políticas compareceram hoje perante o Supremo Tribunal em Bruxelas num caso de financiamento ilegal do Partido Socialista belga.

Os factos imputados aos acusados remontam, em alguns casos, a mais de 10 anos e referem-se às práticas fraudulentas do instituto de sondagens Inusop que teriam permitido o financiamento de sondagens e campanhas eleitorais a um grande número de eleitos do PS. Willy Claes foi citado no caso Inusop, tendo sido alvo de um pedido de levantamento da imunidade parlamentar.

Claes foi obrigado a demitir-se em Outubro último do seu posto de Secretário-Geral da NATO por envolvimento no caso de subornos pagos ao Partido Socialista pela venda de helicópteros Agusta ao exército belga quando era Ministro da Economia.

França

Chirac defende "pilar europeu" da NATO

Na recepção oferecida pela embaixada francesa em Washington, no quadro da sua visita aos Estados Unidos, Jacques Chirac exprimiu com particular clareza a lógica de blocos defendida pelo governo francês.

Chirac preconiza uma adaptação da Aliança Atlântica às realidades actuais, através da sua organização em "dois pilares". "Um pilar americano e um pilar europeu ligados por uma aliança sem reservas (...) um sistema em que a Europa possa

assumir, a par dos Estados Unidos, as suas responsabilidades próprias a nível mundial e no continente europeu".

Na sua intervenção perante as duas Câmaras do Congresso dos Estados Unidos, o presidente francês defendeu uma "parceria renovada" entre a Europa e os EUA, nomeadamente através da adopção de uma "carta transatlântica" que marcaria, para o próximo século, "a vitalidade da Aliança Atlântica".

Uma proposta que vai de

alguma forma ao arripio das ideias americanas sobre possíveis reformas da NATO que, na perspectiva de Washington, nunca deverão pôr em causa a sua estrutura integrada.

Um jogo de poderes que não é novo.

Anteriormente os dirigentes franceses consideravam que caberia à União Europeia Ocidental (UEO) corporizar a "identidade europeia" no domínio da defesa. A UEO deveria transformar-se em instrumento da defesa comum europeia, a

fim de vir a constituir o pilar europeu da NATO.

Hoje, Paris propõe uma estratégia de criação, a partir de dentro, do pilar europeu da NATO. Na verdade, intenta assumir o protagonismo, e mesmo a liderança, no quadro europeu da Defesa, estando a liderança económica claramente nas mãos da Alemanha. Como se afirma no jornal dos comunistas franceses, "L'Humanité", "face ao poder do marco, o Eliseu avança com o poder da bomba". É nesta linha que se insere a

proposta francesa de pôr em debate o "alargamento" da dissuasão nuclear francesa aos seus parceiros na NATO.

Nesta perspectiva, toda a sucessão de ensaios nucleares, que agora terminou, ganha um sentido bem diverso do de "defender a França" ou as "crianças francesas".

É mesmo de uma questão de poderes que se trata. Poderes em confronto - com Bona, Washington e Londres a apostar em posições diversas. Unidos embora no essencial.

África em Notícias

Burundi

Cerca de 4.600 refugiados hutus ruandeses do campo de Ntamba, no nordeste do Burundi, foram repatriados pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR).

Cerca de 6.000 outros refugiados de Ntamba chegaram durante o mesmo período de tempo à Tanzânia onde ficaram provisoriamente instalados num local de trânsito à espera de serem conduzidos para um novo acampamento em construção.

No domingo, em Ntamba, restavam apenas mil pessoas, segundo o ACNUR, que serão encaminhadas para as suas comunas de origem.

Os refugiados são burundeses hutus que tiveram que fugir do seu país para o Ruanda por causa de massacres interétnicos. Depois do genocídio dos tutsis e dos

hutus moderados em 1994, no Ruanda, retomaram o caminho do exílio, acabando como refugiados no seu país de origem.

A operação de repatriamento dos refugiados de Ntamba pelo ACNUR seguiu-se a confrontos entre o exército burundês, dominado pelos tutsis, e milícias extremistas hutus.

Os confrontos foram registados, em meados de Janeiro, próximo de Ntamba e levaram à fuga maciça dos refugiados para a Tanzânia.

Guiné

A revolta militar que ensanguentou sexta-feira e sábado a cidade de Conacri e destruiu grande parte do Palácio Presidencial, fez cerca de 50 mortos e uma centena de feridos.

Muitas questões continuam, entretanto, em aberto quanto ao acordo de cinco pon-

tos firmado sábado entre os amotinados e o presidente Lansana Conté, acordo que permitiu a este último manter-se no poder.

O presidente da Guiné-Conacri revelou apenas parcialmente o conteúdo do acordo, durante uma reunião com um milhar de militares no quartel de Samory, onde reside.

O presidente, que tem a patente de general, disse que vai constituir a sua equipa para a Defesa a partir de segunda-feira para estudar os problemas do exército, nomeadamente os que se prendem com o vencimento dos militares e que esteve na origem do levantamento.

Na sua comunicação, o presidente da Guiné-Conacri declarou, sem dar pormenores, que as reivindicações dos militares assentam em cinco pontos "todos práticos e realizáveis".

O aumento do vencimento dos militares e a demissão do ministro da Defesa

são, segundo fontes locais, duas das reivindicações apresentadas pelos militares.

Angola

O processo de paz em Angola continua a registar sensíveis atrasos.

No final da conferência anual da Unita, no Bailundo, Savimbi comprometeu-se a acantonar 20.000 efectivos até Fevereiro.

Entretanto, o número de efectivos acantonados não chega aos dois milhares. Nos últimos dias, o ritmo de acantonamento sofreu uma notória progressão.

A Comissão de verificação das Nações Unidas em Angola, UNAVEM, vai continuar a apoiar as operações de acantonamento nas quatro áreas previstas, com transportes e meios logísticos.

O Conselho de Segurança da ONU deverá tomar uma decisão hoje, dia 8, sobre a prorrogação ou não do mandato da UNAVEM.

Texto
Anabela Fino

Fotos
Jorge Caria

Ao sabor da seca À mercê das cheias

Tempos houve em que o ano se dividia claramente em quatro estações, aprendidas na escola com o memorizar de datas previamente marcadas no calendário e interiorizadas por ditados populares prometendo "em Abril águas mil", por mais que a Primavera insistisse em começar em Março. Nessa altura, todos achavam natural que no Verão estiasse e no Inverno invernasse, que as folhas caíssem no Outono e as flores desabrochassem na Primavera, como natural era que nos dias de frio e chuva se sonhasse com o sol, ou num verão mais abrasador se sentisse a falta da água, fonte da vida. Um dia, aparentemente, tudo mudou. As estações do ano tornaram-se um anacronismo e os homens, convencidos de que dominavam o mundo e sem darem conta de ter perdido o norte, passaram a viver ao sabor da seca e à mercê das cheias.



As populações mais carenciadas são as que mais sofrem as consequências da falta de planeamento

Parece um absurdo que após vários anos de seca que deixaram uma boa parte do país literalmente a morrer de sede - numa situação que com toda a propriedade foi classificada de catastrófica -, a chegada das chuvas na sua altura própria tenha conduzido uma boa parte do mesmo país a uma situação de calamidade.

No curto espaço da passagem do Outono ao Inverno as imagens da nossa desorientação sofreram uma reviravolta de cento e oitenta graus: as terras estioladas pela seca ficaram alagadas, o gado que não morreu de sede foi arrastado nas enchurradas, os rios há muito desaparecidos galgaram as margens, aos enormes prejuízos da seca vieram somar-se os enormes prejuízos da chuva.

Que país é este em que vivemos, que passamos quase sem transição do susto da desertificação galopante ao receio da fúria das águas que tudo arrastam na sua passagem?

O que está mal? Foi o tempo que perdeu o rumo, ou os homens que perderam o norte?

A resposta pode encontrar-se consultando a vasta documentação sobre



A beleza da paisagem esconde o drama de quem vive ao sabor das intempéries



As águas procuram os leitos que os homens destruíram

a «situação de calamidade» que se vive no país desde que (enfim!) começou a chover.

Ponha-se de lado, não por falta de solidariedade com as populações afectadas ou porque não se reconheça a sua importância, o imenso rol dos prejuízos a exigir, sem dúvida, a imediata intervenção dos poderes públicos, e atente-se nos relatórios técnicos que procuram ir à raiz do problema. Está tudo lá: o crescimento desordenado do território, a ganância de lucro fácil, a irresponsabilidade político-administrativa, as obras de fachada, a incúria.

O tempo tem as costas largas; os governantes aprendem cedo a sacudir a água do capote.

Veja-se, a título de exemplo, o que diz o relatório técnico apresentado pela Câmara Municipal de Alpiarça sobre a situação vivida naquele concelho, que «não é, nem o pode ser, considerado como uma ilha isolada na situação de destruição e de calamidade» que se verificou em várias regiões do país.

O relatório resume da seguinte forma o ocorrido:

- 1 - Verificou-se uma forte pluviosidade causadora de fortes caudais, com uma forte acção erosiva;
- 2 - Verificou-se a submersão de extensas áreas agrícolas e respectivas vias de comunicação;
- 3 - Verificou-se a deterioração e degradação das vias de comunicação em áreas rurais e urbanas.

Desta síntese retira-se alguns ensinamentos para o futuro, como o próprio documento refere:

1 - Situação Preventiva - Um ensinamento do que se devia ou deveria ter feito previamente para a minimização dos efeitos causados por intempéries;

2 - Situação de Ocasão - Um ensinamento de que os custos de intervenção após causa, leva-nos a ter sempre presente de que mais vale prevenir (apesar dos custos que a tal devemos imputar), que remediar (os

cheias

custos que daí advêm são certamente maiores).

Parece elementar, mas a avaliar pela situação que se vive no país lícito se toma concluir que se está ainda muito longe de aprender com a lição.

As causas

Atribuir as causas das cheias e suas dramáticas consequências aos agentes atmosféricos é, no caso vertente, muito mais do que uma redundância. Se é óbvio que há cheias porque chove com intensidade, já não é óbvio que a chuva, mesmo sendo abundante, tenha que ser uma fatalidade.

Voltando ao relatório técnico tomado por exemplo, a parte respeitante às «causas da situação» é particularmente clara ao imputar «uma substancial quota parte» das mesmas ao ser humano.

A fundamentação nem sequer é difícil, pois se considerarmos:

1 - que estas chuvadas ocorreram após um período de seca prolongado, precedidas de um período de chuvadas normais;

2 - que estas chuvadas se podem considerar centenárias, o que lhes confere uma intensidade anormal forte, durante períodos de duração curtos;

3 - que se verificou em conjunto alguma acção forte do vento - soprou por vezes em rajadas;

4 - que aquando da pluviosidade forte os terrenos já se encontravam saturados, pelas chuvas anteriormente caídas;

5 - que se verificou uma situação de cheia, nos principais cursos de água receptores das linhas de água do interior (do Concelho, nomeadamente rio Tejo e Vala de Aliparça), o que motiva um atraso no escoamento a montante;

6 - a inexistência de uma adequada e sistemática limpeza não só das linhas de água, como também de valetas e outras secções de vazão (aquedutos e outras obras de drenagem);

7 - alguns erros cometidos pela alteração das condições topográficas existentes nos terrenos, motivados pelas terraplanagens de propriedades para fins agrícolas;

8 - que com tais trabalhos se fecharam alguns leitos normais de escoamento de águas, sem execução de valas adequadas para escoamento dos terrenos;

9 - a existência de leitos de drenagem, com secção já por natureza insuficiente para este tipo de chuvadas, atulhados de materiais diversos;

10 - a inexistência, em alguns traçados das vias de comunicação, de obras de drenagem ou de secção menos correcta.



Remediar é bem mais oneroso do que prevenir

Se considerarmos tudo isto, como faz o relatório da Câmara de Alparça, e o mais que a cada situação particular se pode aplicar, então encontraremos também causas para que este tipo de problemas surja de uma forma mais dramática.

E assim chegamos à destruição das vias de comunicação, ao desmoronamento de terras e conseqüente derrocada de construções, ao aumento significativo dos buracos das vias já em mau estado de conservação, à degradação dos edifícios velhos sem conservação, à inundaçao de habitações, à perda de culturas, etc., etc., e até, lamentavelmente, à perda de vidas humanas.

Não vale a pena sacudir a água do capote. Quando os solos deixam de poder absover as águas, estas começam por procurar um escoamento superficial, seguida de uma procura do seu leito principal de drenagem. Se os homens lhe levantaram obstáculos sem lhe criar alternativas, a destruição torna-se inevitável.

A deputada comunista Luísa Mesquita, em declaração política proferida na Assembleia da República (de que reproduzimos alguns excertos em separado) pôs o dedo na ferida ao afirmar que «o Governo não poderá alhear-se, como os anteriores, de questões tão urgentes como a regularização das bacias hidrográficas, dos rios e seus afluentes, a manutenção dos antigos e a construção de novos sistemas de defesa e drenagem, a gestão das linhas de água e a definição de um verdadeiro Sistema Nacional de Protecção Civil, dotado de meios e eficácia, capaz de garantir às populações prevenção, orientação e socorro, quando necessário». E sobretudo ao desejar «que não seja necessário esperar mais alguns anos para, perante uma situação idêntica, pensar e repensar o Ordenamento do Território».

É urgente uma nova política

* excertos da intervenção da deputada Luísa Mesquita na Assembleia da República

(...) Revista a história da ausência de água, surge de Norte a Sul do país, de forma natural, o Inverno e com ele as chuvas, as cheias, as intempéries.

No entanto, o que é menos natural porque estamos no terminus do século XX, é a calamidade, a tragédia, resultantes, em parte, das debilidades de um país que enfrenta a natureza com as mesmas infra-estruturas de há dezenas de anos.

(...) Contabilizam-se os prejuízos, evidenciam-se algumas causas, as mais óbvias, silenciam-se, no entanto, as mais importantes.

(...) O relatório da Comissão Interministerial sobre os prejuízos causados refere a morte de 10 pessoas e quase um milhar e meio de desalojados, referindo os distritos de Aveiro, Porto, Vila Real, Lisboa e Santarém como os mais atingidos. Se a este relatório, apresentado ao Conselho de Ministros, apensarmos algumas reflexões, a radiografia do país é deveras preocupante.

(...) E se falarmos da eficácia das intervenções imediatas, quando as situações assim o exigiam, mais uma vez o resultado do exame é preocupante. Não fossem as populações anónimas, os bombeiros e o Poder Local, fazendo o possível e o impossível, fazendo crer às vezes, pelo seu empenhamento, que talvez haja um Serviço Nacional de Protecção Civil, que talvez haja serviços hidráulicos eficazes, que talvez haja meios para prevenir e remediar, e estaríamos hoje e aqui com uma radiografia bem mais catastrófica.

(...) Mas se este é o figurino do passado mais ou menos recente, com reflexos negativos no momento presente, urge tomar medidas para que o amanhã seja de todo diferente.

(...) É neste espaço que se enquadra a urgência do Ordenamento do Território, com especial atenção aos grandes meios humanos, ao litoral e ao interior do País, em estreita colaboração com os municípios.

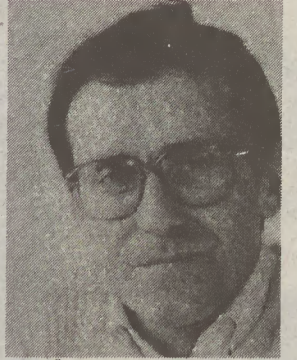
Hoje, a grande cidade de Norte a Sul do País reflecte a falta de uma política integrada de planeamento.

Hoje, o declínio do mundo rural e a desertificação do interior estão a mutar, de forma irreversível, a paisagem física e humana.

Hoje, a orla costeira do Minho ao Algarve desaparece e o mar destrói as insuficientes defesas frontais consumindo zonas desprotegidas.

É necessário e urgente uma política que assuma uma nova concepção e atitude nos domínios do planeamento, ordenamento e política de solos, com prioridade pelas questões ambientais.

Alentejo regionalização e desenvolvimento



JOSÉ SOEIRO
Membro
da Comissão Política

VINTE ANOS depois, a organização democrática do Estado continua incompleta. Constituindo uma grave inconstitucionalidade por omissão, inaceitável num Estado de Direito Democrático, as regiões administrativas, importante pilar do edifício da Administração Pública democrática que a Constituição da República consagra, continuam por criar e instituir.

Responsáveis por tão escandalosa situação são exactamente aqueles que mais discursam demagogicamente sobre o Estado de Direito, a descentralização e o inalienável direito das populações à participação.

Constituindo entre si as mais diferentes maiorias para governar nos últimos 19 anos, mas claramente sem vontade política de regionalizar o País, PS, PSD e CDS/PP sempre intervieram como um travão ao desenvolvimento do processo da regionalização apesar de nunca terem ousado propor a sua eliminação da Lei Fundamental nas sucessivas revisões constitucionais que cozinham entre si. Se eram conhecidas as posições de Mário Soares contrárias à regionalização já certamente terá sido com alguma surpresa que alguns assistiram ao arrancar da máscara por parte do PSD ao assumir, primeiro em declarações do seu chefe Cavaco e depois no decurso da última campanha eleitoral, a sua verdadeira posição anti-regiões que hipocritamente escondeu ao País durante anos e que chegou mesmo a arvorar como uma das suas principais bandeiras políticas.

Ao contrário do PS, PSD e CDS/PP, o PCP, de forma coerente e empenhada, tem desenvolvido, ao longo destes 19 anos, as mais distintas iniciativas, nas instituições e fora delas, no sentido de vencer resistências e boicotes e de assegurar a criação e instituição das regiões administrativas tal como estão hoje configuradas na Constituição da República.

Uma regionalização que contribua para o desenvolvimento regional, que assegure uma efectiva descentralização do poder central para as regiões e cujas atribuições sejam exercidas com total respeito pela autonomia dos municípios e sem limitação das atribuições e poderes próprios destes e do associativismo intermunicipal. Uma regionalização que aprofunde a democracia participada porque lutamos, que contribua para uma maior proximidade do poder aos cidadãos e que permita por parte destes um maior e mais eficaz controlo democrático sobre aqueles que o exercem.

Uma regionalização que, correspondendo a necessidades de desenvolvimento económico, social e cultural, seja definida e querida pelas populações, construída com a sua participação através dos mecanismos constitucionalmente estabelecidos, tal como o PCP consagra de forma exemplar no seu projecto de lei sobre o «Processo de Criação e Instituição das Regiões Administrativas».

Pelo conjunto de projectos de lei que tem apresentado de forma sistemática ao longo de sucessivas legislaturas na Assembleia da República, pela promoção e participação em múltiplas iniciativas sobre a regionalização realizadas por todo o País, o PCP tem dado um contributo essencial para que as Regiões Administrativas possam ser uma realidade em Portugal.

Tal empenho não deve entretanto levar à ideia de haver por parte do PCP qualquer tipo de ilusão quanto ao verdadeiro papel a desempenhar pelas regiões administrativas para o desenvolvimento regional.

Naturalmente, não é obrigatório haver regiões para haver desenvolvimento embora este seja obrigatoriamente regional. De igual modo podem haver regiões para haver desenvolvimento. Desde logo, é necessário ter presente que se trata de regiões administrativas e não de regiões autónomas e como tal sem poder legislativo. Regiões que estão portanto impossibilitadas de decidir sobre as políticas estruturantes para o desenvolvimento.

O Alentejo é uma região agrícola onde se concentra 47% da superfície agrícola útil do País. É sabido que 1% das explorações agrícolas do Alentejo ocupam 80% dessa mesma superfície. É reconhecido que um dos estrangulamentos fundamentais ao

desenvolvimento do Alentejo, que tem conduzido à desertificação, ao envelhecimento, à estagnação económica e ao desemprego em massa, é a estrutura da posse e do uso da terra e a política agrícola que tem sido perfilhada por sucessivos governos. É uma evidência que o desenvolvimento do Alentejo exige, entre outras medidas estruturantes, a implemen-

tação de uma nova, moderna e diversificada agricultura o que, a par de uma correcta e racional utilização dos solos e da água e da definição das fileiras agro-alimentares a fomentar, coloca desde logo a necessidade de uma profunda alteração das estruturas fundiárias existentes, de uma nova reforma agrária, que garanta o acesso à terra a trabalhadores e pequenos agricultores. A região administrativa não tem poder para alterar esta realidade. Só o poder central dispõe dos mecanismos e dos meios para o fazer. Quanto a isto, é necessário não alimentar qualquer ilusão que apenas serviria para defraudar as populações e desresponsabilizar o poder central como o procuram fazer o PS e o PSD quando responsabilizam as autarquias pelo desenvolvimento que eles através do poder central não asseguram por manifesta falta de vontade política.

Entretanto seria um grave erro subestimar a importância das regiões administrativas e o papel que as mesmas podem e devem desempenhar na direcção de importantes serviços públicos e áreas de intervenção como sejam a educação, o ensino e formação profissional; a cultura física e o desporto; a cultura e o património; o ambiente, os recursos hídricos e a conservação da natureza; a saúde; o turismo; as obras públicas, o equipamento social e as vias de comunicação; a protecção civil e outras, para além das tarefas de coordenação e apoio aos Municípios, da elaboração de planos regionais de desenvolvimento integrado e da participação na elaboração dos planos de desenvolvimento económico e social de médio prazo e no plano anual que contém as orientações fundamentais dos planos sectoriais e regionais.

Criar e instituir as regiões administrativas é, além de tudo o

proposta do Partido que clarificasse a área e o modelo concreto da região a criar no Alentejo.

Procedendo numa 1ª fase a uma ampla consulta entre as suas organizações, sistematizando os argumentos em defesa de uma ou mais regiões no Alentejo, aprofundando a validade de uns e de outros de forma aberta e serena, sem crispções nem exaltações, contrariando qualquer tendência para cristalizar soluções, o Partido aprovou em 12 de Fevereiro de 1994, no Encontro de Quadros do Alentejo realizado em Beja e que contou com a presença e participação de 250 quadros de todo o Alentejo, uma importante resolução sobre regionalização onde se declara que «O Encontro, avaliando a identidade cultural que caracteriza os distritos de Beja, Évora, Portalegre e os 4 concelhos do Sul de Setúbal, identidade indispensável à criação e garante da efectiva solidariedade social e atendendo à complementaridade e outros factores de coesão económica existente e à possibilidade de integração das diversas componentes do desenvolvimento, numa perspectiva de optimização, potencialização e racionalização dos recursos económicos, financeiros e humanos disponíveis, admite como inclinação, e garante de um desenvolvimento integrado e sustentado, que a solução possa vir a ser a criação e instituição de uma só região administrativa para todo o Alentejo. Em tal hipótese, deverá ficar garantido que a região a criar seja polinucleada, com distribuição dos serviços por vários centros urbanos e sem hegemonia de um centro à custa do eventual esvaziamento dos restantes.»

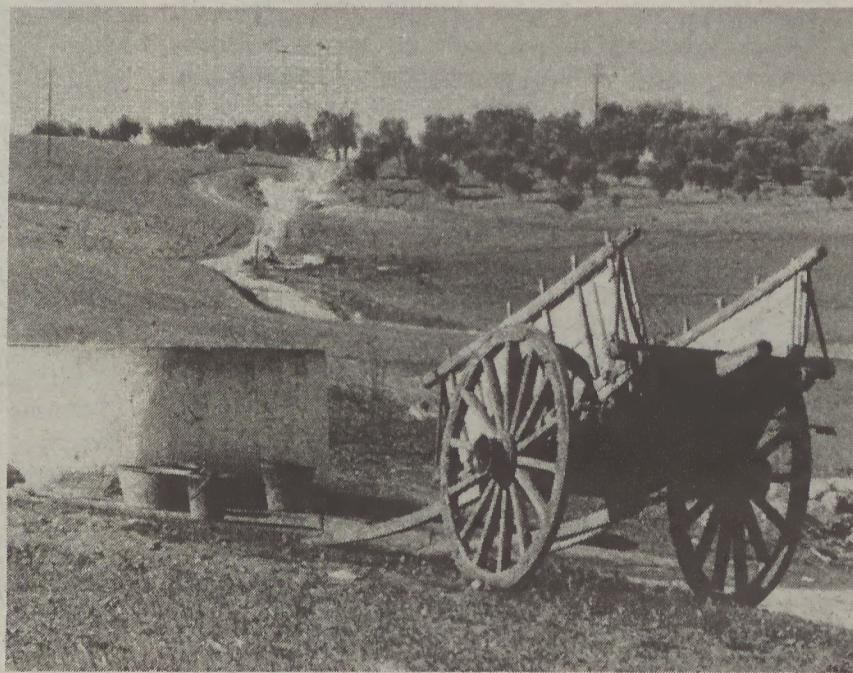
Abriu-se então uma nova fase de reflexão que teve o seu ponto alto no Encontro de Quadros do Alentejo, realizado em Évora em 10 de Janeiro de 1995 onde se considerou de grande importância, tendo presentes as opiniões até então recolhidas e claramente maioritárias à ideia de uma só região para o Alentejo, avançar-se com a elaboração de uma proposta do Partido para a distribuição concreta de serviços numa só região Alentejo e alargar-se o debate sobre a regionalização às organizações económicas, sociais e culturais da região.

É a culminar esta rica e interessante experiência que o Encontro de Quadros do Alentejo realizado no passado dia 20 de Janeiro em Santiago do Cacém, com a participação de 247 quadros de todo o Alentejo se pronunciou com convicção pela criação de uma única Região Administrativa para o Alentejo e pela realização de eleições para a mesma o mais tardar em 1997.

Como se salienta na resolução «O Encontro, no sentido de permitir o aprofundamento indispensável quanto ao modelo de região e criar e instituir no Alentejo, aprovou uma «Base de Discussão para a Distribuição de Serviços numa Região Alentejo Polinucleada» a qual deve ser considerada como um contributo e ponto de partida para a procura de uma solução equilibrada e que reúna o mais amplo consenso pois é a unidade de todos os alentejanos o melhor garante de que a Região Alentejo será uma realidade.»

Cabe agora a todas as organizações e membros do Partido, de acordo com a resolução aprovada, desenvolver «um amplo, franco e sério debate sobre toda a problemática da regionalização e da importância de uma só Região para o Alentejo, reafirmando a total abertura dos comunistas alentejanos a todas as opiniões, críticas e sugestões que contribuam para que a regionalização não continue por mais tempo adiada.

A regionalização não deve ser alvo de manobristas e tacticismos partidários assentes em apelos irracionais, e argumentos emocionais que nada têm de objectivo ou fundamentado. A regionalização exige da parte de todos uma atitude serena, responsável e de Estado por forma a assegurar o êxito de um processo naturalmente complexo e com contradições.»



que já se referiu e para o caso do Alentejo, pôr termo ao arbítrio, ao clientelismo e tráfico de influências bem como aos critérios de lógica partidária promovidos pela política de direita através da actuação da Comissão de Coordenação Regional do Alentejo e cujos resultados estão bem patentes na ausência de um plano de desenvolvimento integrado para o Alentejo, na centralização injustificada e condenável de serviços em Évora à custa do esvaziamento dos mesmos em Beja e Portalegre e no aprofundar de assimetrias que uma correcta política regional podia e devia contrariar.

A regionalização pode e deve ser um importante factor de contenção em relação à descarada discriminação de que o Alentejo tem sido alvo face às outras regiões do País e de que é exemplo significativo a distorcida distribuição dos fundos comunitários.

É tendo presente o exposto que, a partir de 1993, se decidiu avançar no Alentejo para uma nova etapa, a de responder à pergunta: Alentejo: que regionalização?, por forma a definir uma

■ António Filipe

Políticas de combate à droga

Do «inimigo público» ao «inimigo de estimação»

O chocante suicídio de três jovens que, em Lisboa, se lançaram do Viaduto Duarte Pacheco sobre a Avenida de Ceuta, por causas que – ao que tudo indica – se devem sobretudo ao consumo de drogas e à confusão e desespero que dele decorrem, foi mais um testemunho dramático daquele que é hoje um dos mais temíveis flagelos com que as sociedades contemporâneas se confrontam e contra o qual é indispensável definir e executar políticas mais concretas e eficazes.

Chamar vivamente a atenção para a gravidade social que os consumo e tráfico de drogas assumem no nosso país está longe de ser uma atitude alarmista. Muito pior seria, sem sombra de dúvida, optar pelo silêncio ou por visões falsamente optimistas sobre um fenómeno cuja gravidade e cujo agravamento não podem responsabilmente ser ignorados.

É um facto inquestionável que a droga é hoje em dia uma das maiores preocupações para a generalidade dos cidadãos, sendo também evidente que tal preocupação é inteiramente justificada.

Apesar de não existirem dados seguros sobre a real dimensão da toxicod dependência, não é preciso frequentar os chamados hipermercados da droga para ter uma ideia da sua gravidade. Basta andar na rua. Basta saber da insegurança em que se vive perante a marginalidade crescente que decorre do consumo e tráfico de drogas. Sabe-se que não há dia que passa em que não haja mortes provocadas pela droga, seja por overdoses, seja por suicídio, seja por ataques cardíacos. Sabe-se da impunidade com que o tráfico de drogas se processa em locais públicos de forma muitas vezes assumida e até arrogante. Sabe-se das listas de espera de longos meses para obter uma consulta num centro de atendimento de toxicod dependentes. Conhecem-se os casos de autêntica espoliação e mesmo de charlatanice praticados sob o rótulo de pseudoclinicas ou comunidades terapêuticas que prometem tratamentos infalíveis e que, perante a inércia do Estado, ainda se apresentam como virtuosas criações da sociedade civil. E sobretudo não há ninguém que não conte entre os seus familiares, amigos, ou conhecidos, alguém que não sinta na sua própria vida as consequências dramáticas da toxicod dependência.

Minimizar a gravidade

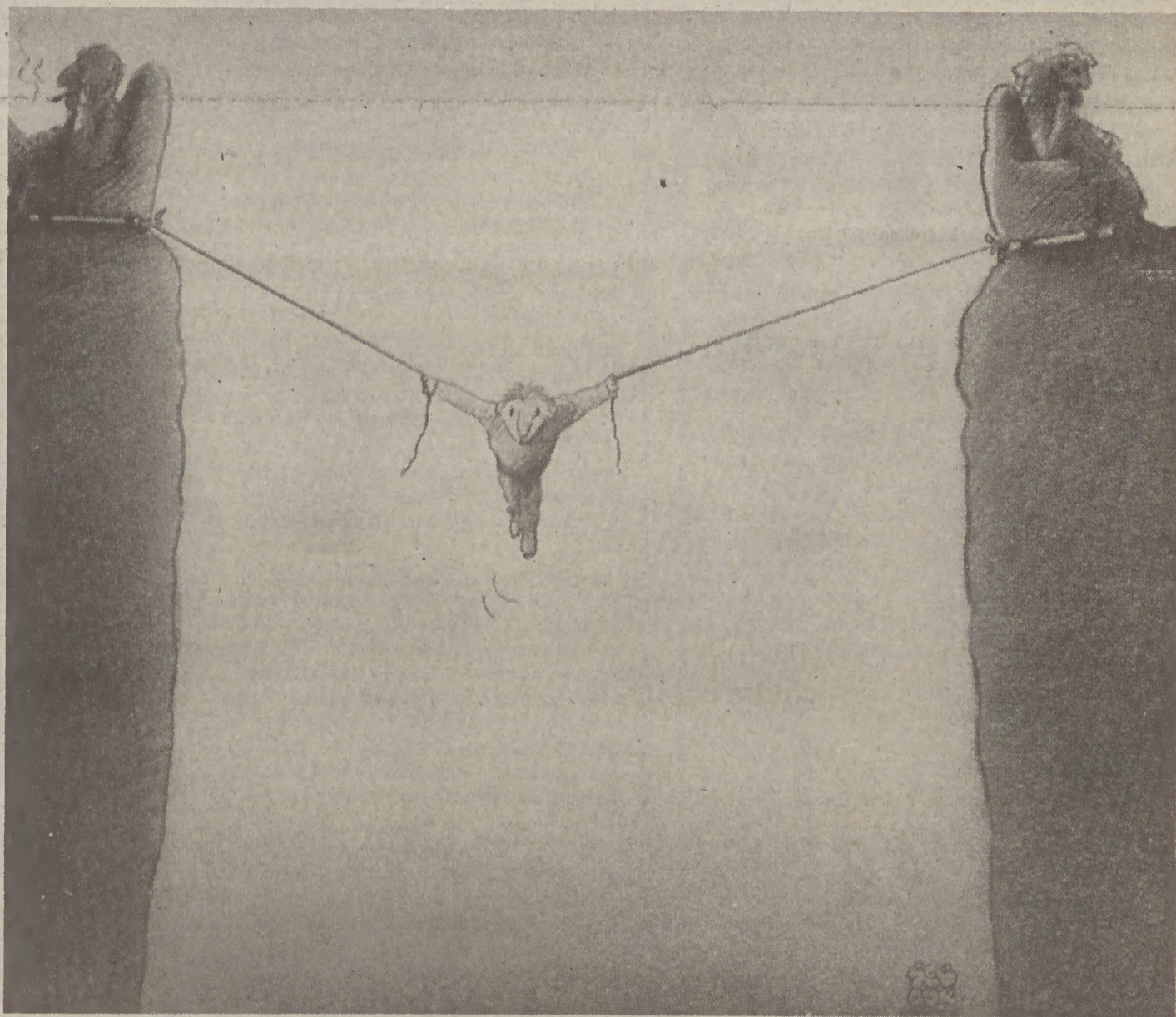
Nos últimos anos, os responsáveis ao nível governamental minimizaram a gravidade deste problema, com afirmações injustificadamente optimistas acerca de uma suposta contenção do crescimento do consumo de drogas. Tais afirmações, que os mais reputados especialistas categoricamente desmentem, visavam sobretudo criar a ilusão de que as políticas governamentais de combate à droga eram eficazes e estavam a produzir resultados visíveis. Quando a verdade é que essas políticas se caracterizavam sobretudo por uma forte presença mediática em tons promissórios a contrastar com uma manifesta insuficiência de intervenção real. Em todos os anos se prometiam os mesmos centros de atendimento para o ano seguinte, em todas as semanas europeias contra a droga se proclamava a contenção do fenómeno, e periodicamente, lá se alteravam nominalmente as fórmulas e estruturas do Projecto Vida reconhecendo o fracasso – por de mais evidente – das fórmulas e estruturas anteriores. Entretanto, o tráfico continuou a processar-se com larga margem de impunidade a todos os níveis; os centros de atendimento tão prometidos continuaram por abrir, continuaram a faltar os meios e a coordenação no combate à droga.

Foi neste quadro e perante uma forte e justa pressão da opinião pública que, na última campanha eleitoral para as legislativas, o actual Primeiro-Ministro fez questão de eleger a droga como inimigo público número um do futuro do Partido Socialista. Tal proclamação, assente aliás em duras críticas ao governo do PSD, criou naturais expectativas e responsabilidades que não podem deixar de ser assumidas. E se é verdade que os cento e tal dias decorridos desde a posse do actual Governo são ainda escassos para avaliar do cumprimento das promessas em matéria de combate à droga, não pode deixar de ser dito que o que foi feito e anunciado de concreto até ao momento fica muito aquém do que as expectativas criadas antes das eleições permitiriam supor.

Porém, para além das proclamações e boas intenções sempre repetidas no programa do Governo e nas Grandes Opções

dependência são exemplo, mas sobretudo continuidade de orientações e políticas, criando uma estranha coabitação entre o discurso de preocupação e mudança de alguns governantes e o discurso de continuidade e auto-satisfação que quem dirige superiormente o SPTT e o Projecto Vida.

Restam os dois anúncios. O primeiro, consiste na decisão anunciada pelo Ministro Adjunto de refundir os diplomas relativos ao Projecto Vida, o que nada nos diz quanto a medidas concretas e faz lembrar – e muito – as reformulações periódicas do Projecto Vida do tipo «baralhar e voltar a dar» em que os governos PSD tanto se especializaram. O segundo anúncio é o tão propagandeado aumento das penas para os crimes mais graves de tráfico de drogas, como se a eficácia no combate ao tráfico de drogas e à toxicod dependência dependesse da simples alterações da moldura penal de alguns tipos de crime. Claro que o tráfico de droga é um crime muito grave e deve ser tratado como tal.



do Plano recém-apresentadas, que não tiveram ainda qualquer consequência prática, o que de concreto aconteceu nestes cem dias em matéria de combate à droga traduz-se no reconhecimento de um facto e de dois anúncios:

Tudo na mesma

O facto é que ao nível de praticamente todos os serviços especialmente vocacionados para o combate à droga tudo se mantém numa linha de absoluta continuidade em relação ao que vinha sendo feito pelo Governo PSD e que os actuais membros do Governo tanto criticaram no passado recente. Continuidade de responsáveis ao mais alto nível de que o Projecto Vida e o Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicod

Claro está também que a «lei da droga» é alterável e deve mesmo em alguns aspectos ser alterada. Mas mais importante do que ficar pela proclamação de que ao crime mais grave deve corresponder 20 ou 25 anos de prisão, é fazer com que o tráfico que hoje se processa impunemente seja de facto combatido, que os traficantes sejam de facto punidos e que se criem condições para que os mecanismos existentes de combate ao tráfico possam funcionar melhor.

A um Governo como o actual, que criou tão legítimas expectativas de uma nova política no combate à droga, exige-se mais do que a repetição de proclamações mais ou menos óbvias. Exige-se medidas concretas, sob pena de as justas preocupações que fizeram eleger a droga como «inimigo público número um» venham afinal a redundar em menos justas preocupações de a transformar em «inimigo de estimação» para mero consumo da opinião pública.

Palavras

e Cromos

■ Urbano Tavares Rodrigues

O Carteiro
e as Metáforas

Raramente a inteligência, o humor, a sensibilidade se conjugaram tão harmoniosamente em cinema como neste delicioso filme de Michael Radford que está há mais de dois meses numa sala de Lisboa, **O Carteiro de Pablo Neruda**, cómico sem pieguice, tocado de graça, ideológico.

Mário Ruoppolo, o carteiro improvisado, que o malgrado Massimo Troisi caracteriza com tão fortes (e pitorescas) marcas da província e da pobreza, deixa-se deslumbrar pelo exilado Pablo Neruda, no qual ele vê o poeta do amor e das mulheres, que recebe cartas aos centos de todas as partes do mundo. O poeta que fascina as mulheres. O poeta do povo – corrige o chefe da estação, que é comunista.

Mário admira a poesia como arte de seduzir. E pergunta a Pablo Neruda o que é uma metáfora. É uma comparação – diz-lhe, atrapalhado, o autor de **Cante General**. E poderia ter acrescentado que através das comparações que as metáforas estabelecem se pressente a unidade do mundo.

Mário faz por acaso uma metáfora. E depois apaixonar-se pela filha de uma esta lajadeira. E faz outra metáfora, que lhe diz quase ao ouvido e em que os olhos dela são borboletas. Logo após pede apoio ao poeta, que fica embaraçado e lhe oferece um caderno para ele redigir, é claro, as suas metáforas e sempre lhe vai dando umas pistas e naturalmente... umas metáforas. E por fim escreve-lhe mesmo uns versos, que impressionam favoravelmente a morena e um pouco arisca beldade da ilha solar.

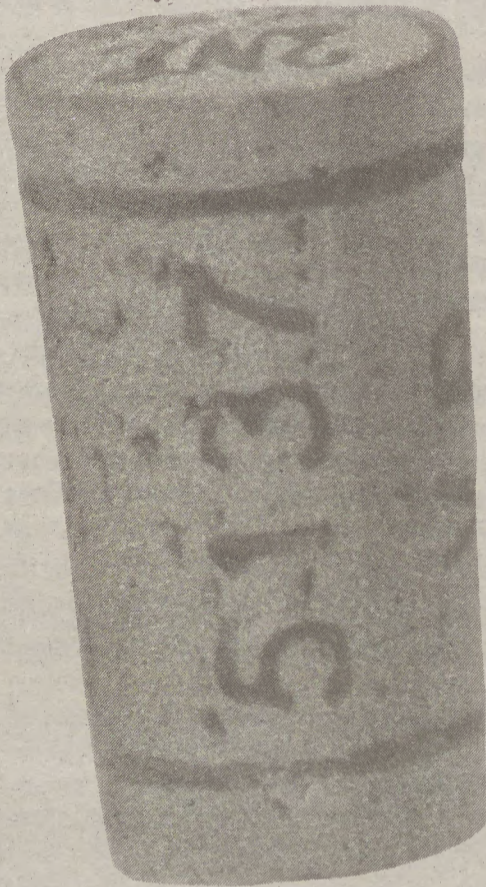
O tímido e tosco, mas terno, **postino** surripia, uma bela tarde, o poema erótico que Neruda havia feito para sua mulher, Matilde Urrutia. E esse poema, que fala de nudez bafejada pelas estrelas, da beleza e da intimidade de um corpo, vai causar escândalo, levar a mãe da rapariga até à sanção do padre e desfechar o casamento, com Neruda por padrinho.

O tempo rola, o poeta do amor vive dias mais felizes, regressa ao Chile, corre mundo, parece que esqueceu o seu amigo Mário. Este, porém, é que não o esquece. E quando um cacique da Democracia Cristã tenta aliciá-lo a votar nele, responde com orgulho: «Eu não, eu sou comunista.» E como comunista morre num comício do PCI, abatido pela polícia – sabê-lo-á Neruda ao tornar à ilha – no dia em que pela primeira vez ia ler em público um poema seu, que se perde naquela massa de gente. Que não chegamos a conhecer.



«A procura da rolha»

Desde as presidenciais anda o PSD «à procura da rolha». Perdidas quatro eleições consecutivas, despojado de parte muito significativa do poder, sangrado pela transferência de clientelas para o PS, expropriado do essencial do seu programa pelo actual Governo, duplamente órfão de «Chefe» e respectivo suplente, não lhe corre bem a vida. Mas a «desorientação» do baronato, de tão excessiva, dá que pensar.



Dá que pensar que num partido de tantos barões, onde a tradição de chefia unipessoal dita regras de permanente intriga e conspiração intestinas, onde mesmo nos finados tempos do omnisciente Cavaco, à socapa ou nem por isso, sempre se perfilaram «líderes alternativos», ninguém se assumia com nitidez em compita pelo cetro do laranjal.

Barroso, a quem ofereceram a «liderança numa bandeja», deu-lhe repentinamente para o recato; Loureiro, tantos anos perfilado, deu um passo à retaguarda; Marcelo, sempre tão «protagonista», sofreu um ataque de modéstia e chumbou no «exame»; Pacheco, inevitável mediático, disfarçou e foi concorrer aos «regionais»; os Amarais, que sim e mais que também, mas não se decidem; e o próprio Santana, para desgraça do Sporting, faz que anda mas não anda.

Dá que pensar tanta «hesitação» dos respectivos gurus: votar contra o Orçamento de Estado, ou «deixar o confronto para o ano que vem»; protagonizar a ideia da «reconstituição da AD», ou relançar o PSD como «projecto hegemónico»; «refundar ideologicamente» o partido, ou talvez não; «mergulhar» ou não na «realidade nacional desconhecida»; encerrar já ou mais logo o «ciclo de Cavaco»; promover ou recusar o próximo «Chefe» por ter a imagem mais ou menos comprometida com o «cavaquismo»; relevar o mediático e o «primado da política» no novo «líder», ou nem por isso.

Mas de sério, em toda esta catarse, não se verifica qualquer intenção efectiva de questionar os desgraçados efeitos das políticas e objectivos prosseguidos ou futuros, antes se privilegia a tendência para o superficial, para o «marketing político», para o «perfil da lide-

rança», a baixa política, a contra informação, a intriga e o manobrismo.

O PSD é assim mesmo. Foi inventado à pressa, entalado entre a social-democracia e a direita, sem quadro ideológico esclarecido, nem base social de apoio clarificada, um Partido de «recém-democratas», caciques e barões em busca do poder, ou da sua recuperação.

Tornou-se «partido instrumento» do grande capital, «partido aparelho de poder», «partido Estado», agente de políticas de classe bem determinadas, alimentado pelos Orçamentos, arregimentando e nutrindo as suas clientelas pelo nepotismo e a corrupção.

É assim o PSD. E hoje, perdido muito do seu poder, continua sem sentido ético da «coisa pública», armado com o critério único do «sucesso yuppie» ultraliberal, a liberdade total de especular em benefício pessoal contra a economia nacional e os interesses da sociedade, campeão da «competividade» desta «aldeia global» em que vivemos, e em que os mil e quinhentos milhões de seres humanos mais pobres possuem apenas um pouquinho menos que a centena (!) dos mais ricos.

Dá que pensar que os barões pré-candidatos se estudem e intimidem à beira do combate mortal nessa selva de «modernidade» em que esbracejam, mas temam dar o passo decisivo.

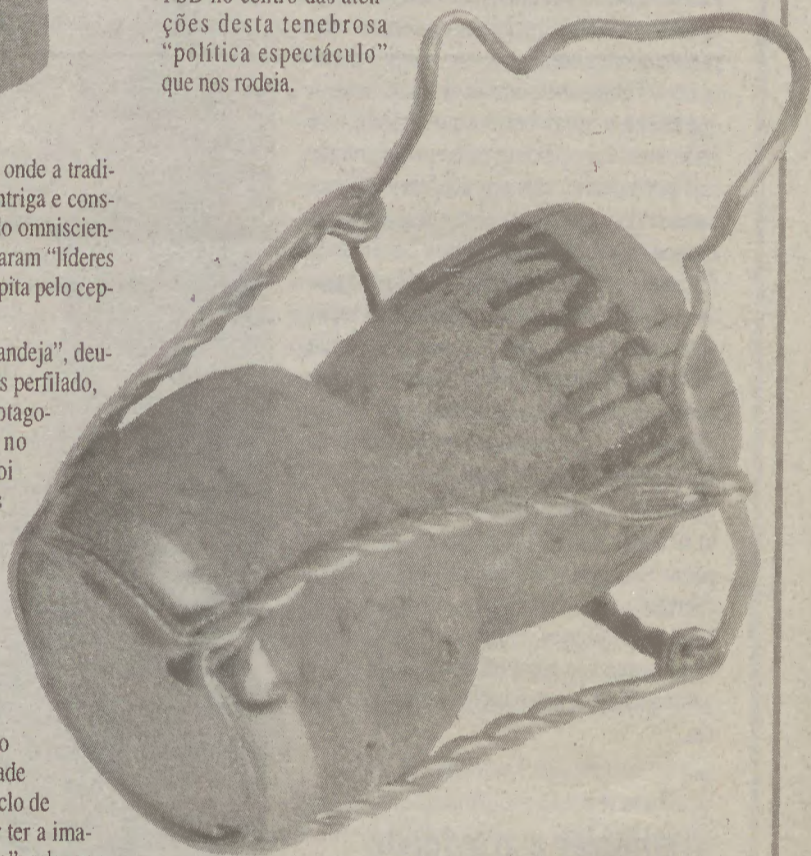
«É cedo de mais para um projecto ganhador». Quem avançar poderá bem ser liquidado aos pés dos «companheiros» e corre o risco de ser arrumado para sempre no «caixote do lixo da história», sacrificado na «travessia do deserto».

Não resta aos barões nem um assomo de solidariedade partidária, ou de sentido da «coisa pública». São tudo ambições pessoais e carreirismo. O poder e o sucesso são o único desígnio desta gente.

É isto que vale o PSD «à procura da rolha».

Mas dá que pensar.

Coincidências é coisa que não abunda em política. Este folhetim de candidatos que vão ser e depois não são e vice versa, traz o PSD no centro das atenções desta tenebrosa «política espectáculo» que nos rodeia.



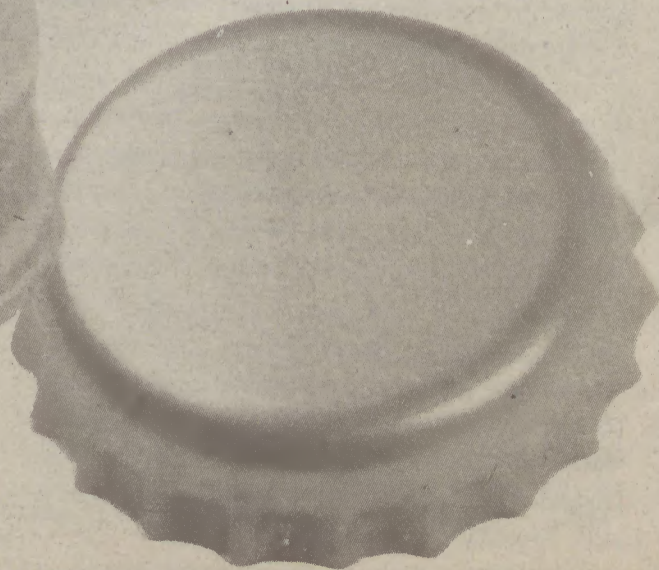
Será que um qualquer «gabinete sombra» está a encenar uma nova edição revista e aumentada do «congresso do entrudo» PSD/95, com gestão da expectativa em torno do «sexo dos anjos»?

Dá que pensar.

Esperemos que desta vez o PS não vá a correr imitar o PSD, como fez nessa altura, como o faz todos os dias relativamente a aspectos essenciais da sua política.

Não vá o PS, daqui a uns tempos, andar, também ele, «à procura da rolha».

■ Carlos Gonçalves



■ Carlos
Rabaçal

Governo PS sem dias para o desporto

A acção do Governo PS na área do desporto, cerca de cem dias após a sua tomada de posse, é no mínimo preocupante. O próprio secretário de Estado tem sido pouco visível e, quando apareceu, fê-lo no papel de mestre de cerimónias do Primeiro-Ministro em dois ou três actos públicos. Que se passa, então? Aparentemente nada de especial, para mal do desporto português.

Recorrendo a algumas declarações do secretário de Estado à comunicação social, em alguns casos sugerindo actividades e noutros fazendo o ponto da situação da sua não actividade, o que é que se pode retirar? Pouca coisa. Mas, designadamente, que a situação herdada não é boa, já toda a gente sabia. Que o ordenamento jurídico do desporto é uma prioridade complexa, pois claro. Que a Lei de Bases do Sistema Desportivo tem de ser revista, pois. Que as sociedades com fins desportivos têm de ser iguais a quaisquer outras (há que rever a lei), senão não vale a pena, porque não há lucros a dividir, e que é preciso criar condições para que "essa seja a opção correcta dos nossos clubes" para o desporto profissional, está-se mesmo a ver. Que esta situação de existência de organismos autónomos da Federação e da Liga de Futebol é um problema que tem de acabar (veja-se a lei). Que é preciso o Estatuto do Dirigente Desportivo (ele há um feito pelo PSD, de que o PS gosta, mas é mau), com certeza. Que aquela história dos 111 pavilhões desportivos do cavaquismo é um grande problema porque não há verbas para satisfazer os compromissos assumidos, já todos o sabíamos. Que não se sabe o que fazer ao grande elefante branco que é o INDESP, mais que uma inutilidade, uma grande bronca, atolado em processos de corrupção de alguns dos seus responsáveis em tempos recentes. Que a formação é muito importante e que é necessário fazer o possível para ajudar aqueles que a fazem no nosso país, não se entende como. Que o desporto escolar é fundamental, todos o dizem, que precisa de estabilidade e mais associativismo dos interessados (o anterior secretário de Estado disse o mesmo e sugeriu o retorno às soluções organizativas da Mocidade Portuguesa), cá estamos curiosíssimos aguardando as cenas dos próximos capítulos para esta área. Que há que contar com a ajuda do Conselho Superior do Desporto e não esquecendo, pois com certeza, o anunciado ao longo dos anos, e nunca concretizado, papel fundamental da Fundação do Desporto no apoio ao desporto de alta competição. E já agora, que é de bom tom, voltam a prometer-se as pistas de atletismo em cada distrito, a piscina olímpica do Jamor e mais logo se verá o quê no complexo do Jamor (onde há mais de 8 anos se "iniciaram" obras de vulto, nunca começadas). Que o ciclo olím-

(mais coisa menos coisa foi o que disseram todos os responsáveis do PSD até agora). Também muito interessante, uma preciosidade a exigir urgente esclarecimento político e ideológico e que transcrevemos: "A evolução dos tempos, o espaço único, o sentido da construção europeia têm implicações, logo temos (o sublinhado é nosso) que adequar as nossas estruturas a essa realidade exigente e competitiva sob pena de virmos a pagar pelo atraso."

O que impressiona nestas diferentes afirmações do secretário de Estado dos Desportos (lembre-se que depende directamente do Gabinete do Primeiro Ministro) é que as prioridades, a forma como as aborda, a falta de coerência do que se vai anunciando e a ausência de uma proposta clara para o desenvolvimento desportivo do País, faz lembrar, é no essencial igual, o que os sucessivos responsáveis do desporto dos sucessivos governos do PSD vieram anunciando e fazendo nos últimos 15 anos.

É de realçar ainda que, em caso algum, há o compromisso concreto com uma iniciativa, com uma acção, com um horizonte temporal definido, como se ainda se estivesse em campanha eleitoral e não em plena fase de concretização de um programa de governo, que não é bom mas existe.

Note-se também que não é aceitável como argumento justificativo para tanta inactividade o facto de se estarem a estudar meticulosamente os dossiers (o que é necessário, naturalmente), porque aquilo que está a tolher o Governo poderá ser a crónica dificuldade do PS em se entender com os complexos de interesses que se cruzam no seu seio através dos seus chamados homens do desporto, o que tem conduzido a um claro desmoronamento do Partido Socialista nesta matéria, ao longo dos tempos.

Não é feita qualquer referência ao Programa Integrado de Desenvolvimento Desportivo (PROIDD) e à respectiva Comissão, matéria prevista na Lei de Bases do Sistema Desportivo. Os trabalhos preparatórios, a definição e o

acompanhamento da execução e a avaliação do PROIDD serão em qualquer caso instrumentos fundamentais para uma política de desenvolvimento desportivo do nosso país.

acompanhamento da execução e a avaliação do PROIDD serão em qualquer caso instrumentos fundamentais para uma política de desenvolvimento desportivo do nosso país.

Para concluir esta breve apreciação, uma referência ao que parece mais grosso na acção dos governos do PSD para a área do desporto e que parece querer perpetuar-se pela mão do Governo do PS. É que o cidadão, o desporto do cidadão, não está no centro das prioridades governamentais (veja-se também o Programa do Governo e a breve passagem do actual secretário de Estado por esta pasta no governo do bloco central). O que está presente nas perspectivas visíveis do Governo não é assegurar o direito constitucional dos portugueses ao desporto, de todos os portugueses, mas sim manter uma gestão pontual dos conflitos do sistema desportivo, mantendo as prioridades que dificultaram o acesso dos portugueses à prática desportiva regular e o atraso de décadas no desenvolvimento desportivo do País.

A postura do Governo não é a de força aglutinadora de vontades, energias, meios e capacidades da Administração Central, do Poder Local, das escolas e universidades, dos clubes, associações, federações, Comité Olímpico e outros agentes que

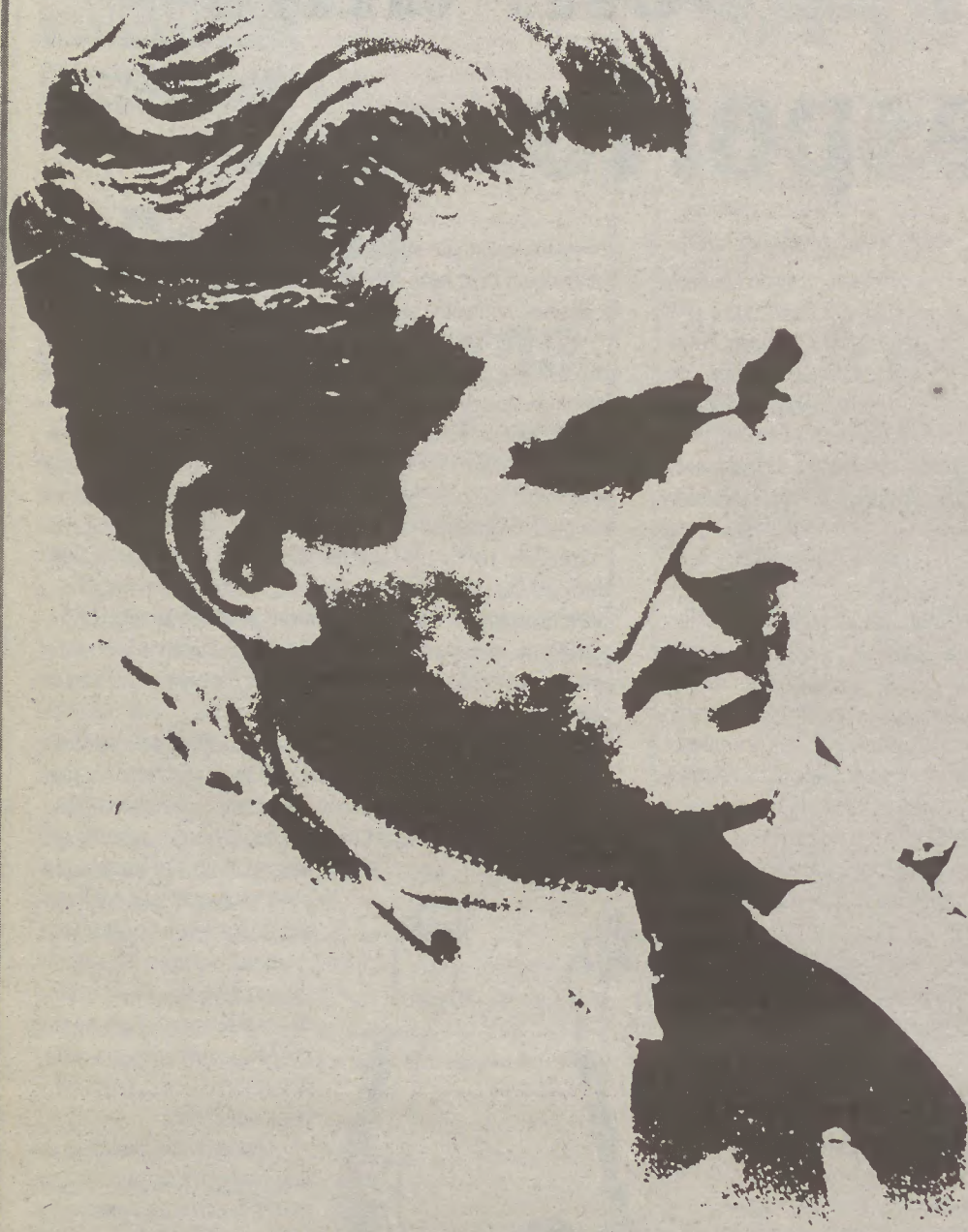
intervêm no fenómeno desportivo, dos atletas, treinadores, dirigentes, investigadores, médicos e outros, no sentido de gerar a tão badalada e necessária revolução para o desporto português (ou reforma profunda, para os ouvidos mais sensíveis).

Gostaríamos, para bem do desporto e dos portugueses, de poder fazer uma apreciação diferente, positiva, destes 100 dias de Governo PS na área do desporto. Mas, infelizmente, e por responsabilidade, tal não é possível nem corresponderia a uma atitude responsável.

Deixamos ainda mais uma questão. O que se passa com a paralisia da acção do Governo para esta área deve-se ao desmoronamento, à ausência de política ou à pouca confiança nas possibilidades de o próprio Governo apresentar um orçamento para o desporto susceptível de criar a base económica de uma nova política desportiva? Ou a todos estes factores juntos?

Voltaremos ao assunto, à abordagem, à análise do Orçamento do Estado para esta área e às propostas do PCP.





Bento de Jesus Caraça

A humaniza da ciência e da vida

Na sessão do passado dia 30 de Janeiro, que o "Avante!" noticiou oportunamente, a memória de Bento de Jesus Caraça foi homenageada, em iniciativa promovida pelo Pelouro da Educação e Juventude da Câmara Municipal de Lisboa e realizada no Instituto Superior de Economia e Gestão. O vereador responsável pelo Pelouro, Engenheiro António Abreu, abriu a sessão, falando sobre a vida e obra de Bento de Jesus Caraça e referindo a edição da Conferência "A Cultura Integral do Indivíduo - Problema Central do Nosso Tempo", lançada no âmbito do Programa Ciência, que o Pelouro tem vindo a desenvolver com Escolas de Lisboa. O Professor Doutor António Romão, Presidente do Conselho Directivo do ISEG, saudou os presentes, mais de cento e vinte pessoas que participaram na sessão, e recordou a ligação de Bento Caraça ao Instituto e as repercussões da sua obra na Universidade e no País.

Tomaram depois a palavra os Engenheiros Frederico de Carvalho e João Caraça (filho de Bento Caraça), e os Professores Jorge Resende e José Morgado. Destas intervenções então proferidas publicamos hoje significativos extractos.

Um homem excepcional

Bento de Jesus Caraça foi um homem excepcional, cuja acção é marcada pela permanente afirmação de valores em que há-de assentar, necessariamente, a construção de uma sociedade desenvolvida, justa e fraterna, sem explorados nem exploradores, sociedade em que o progresso científico e a aplicação da ciência se encontrem exclusivamente ao serviço do Homem.

Para lá do exemplo da sua própria vida, Bento de Jesus Caraça deixou-nos um legado extraordinário no plano da cultura. Mais do que a homenagem que lhe é devida, sem reservas ou qualquer sentimento de incomodidade, importa sobretudo promover a divulgação da sua obra, dando a conhecer, através dela, o pensamento de Bento de Jesus Caraça, cuja expressão se reveste de tal clareza e simplicidade que a leitura dos textos que nos deixou, profundamente didácticos, depressa se transforma em verdadeira revelação.

Promover a divulgação da obra de Bento de Jesus Caraça: é esse o sentido - e daí o mérito - da brochura agora editada pelo Pelouro da Educação da CML onde se reproduz o texto da Conferência "A Cultura Integral do Indivíduo - Problema Central do Nosso Tempo", realizada há cerca de 63 anos por Bento de Jesus Caraça, a convite da União Cultural "Mocidade Livre", no acto inaugural da actividade pública dessa associação de jovens, "espíritos moços" que, numa época conturbada, se "uniam(...) para pensar". Bento de Jesus Caraça, ele próprio, na altura, um jovem de 32 anos, era já professor catedrático do então ISCEF, escola em que mergulham as raízes desta casa.

Bento de Jesus Caraça foi um "mestre de cultura" num período sombrio da vida nacional em que a cultura era temida pelo poder estabelecido e a liberdade de pensamento violentamente coarctada. Em condições muito adversas, foi capaz de realizar uma obra que se projecta no tempo e mantém hoje uma grande actualidade. Bento de Jesus Caraça foi simultaneamente um homem sábio e um homem culto (condição esta de que nos dá a sua própria definição na conferência "A Cultura Integral do Indivíduo").

O que é o homem culto? Ser culto e ser sábio. A aquisição da cultura como conquista da liberdade. Cultura e civilização. A contradição entre o individual e o colectivo, no seio das sociedades humanas. As elites e a cultura. A necessidade do despertar da "alma colectiva das massas". Questões centrais de que Bento de Jesus Caraça nos fala na sua conferência.

Do seu talento de organizador dá-nos testemunho o formidável empreendimento que foi a Biblioteca Cosmos, fundada, com outros companheiros, por Bento de Jesus Caraça em 1941 e por ele dirigida até 1948, ano da sua morte. Com cerca de centena e meia de volumes publicados, na sua esmagadora maioria de autores portugueses, a Biblioteca

Cosmos tinha por intuito "dar ao maior número o máximo possível de cultura geral(...), uma visão geral do mundo, mundo físico e mundo social, da sua construção, da sua vida e dos seus problemas", através da síntese de duas exigências: "simplicidade máxima na forma de exprimir, rigor máximo na forma de expor". Obra de "vulgarização que não abaixa nem deturpa, que traz ao nível do homem comum o património cultural comum".

Na Biblioteca Cosmos publicou Bento de Jesus Caraça dois preciosos volumes: os "Conceitos Fundamentais da Matemática". O primeiro, em Junho de 1941, o segundo, um ano mais tarde. A ciência acompanhada no seu desenvolvimento progressivo, diz-nos Bento de Jesus Caraça, "aparece-nos como um *organismo vivo*, impregnado de *condição humana*, com as suas forças e as suas fraquezas e subordinado às grandes necessidades do homem na sua luta pelo *entendimento* e pela *libertação*; aparece-nos, enfim, como um grande capítulo da vida humana e social".

Trata-se de uma obra - estes "Conceitos Fundamentais da Matemática" - que se desejaria ver reeditada e amplamente divulgada para proveito, em primeiro lugar, dos jovens estudantes de qualquer ramo da ciência, e dos trabalhadores científicos em geral. Com efeito, não é tanto uma obra sobre matemática quanto uma obra sobre filosofia da ciência e o método científico, de interesse muito geral e de grande valor didáctico.

Um dos seus capítulos mais interessantes tem por título "Excursão histórica e filosófica" (vol. II, cap. IV). Aí Bento de Jesus Caraça explica por que razão a ciência e a filosofia gregas, tendo-se imposto, "a partir do dobrar do século V para o século IV a.C., duas limitações - rejeição do *dever* como base de uma explicação racional do mundo; rejeição do *manual* e do *mecânico* para fora do domínio da cultura", se mostraram incapazes de "construir o conceito de função e, por consequência, de abordar o estudo quantitativo dos fenómenos naturais".

Termino, afirmando a convicção de que o pensamento de BJC permanece vivo e actual, instrumento de desenvolvimento e propagação de cultura. Tomando as suas palavras:

"Cultura, sempre cultura e, se é necessário adjectivá-la, direi cultura revolucionária. Revolucionária em que sentido? No sentido de que ela deve tender a dar a cada homem a consciência integral da sua própria dignidade, o conhecimento completo de todos os seus direitos e de todos os seus deveres. Sejamos homens livres e criemos homens livres, dentro do mais belo e nóbre conceito de liberdade - o reconhecimento a cada um do direito ao completo e amplo desenvolvimento das suas capacidades intelectuais, morais e materiais."

■ Frederico Carvalho

A cultura integral

Quando nos conturbados dias de 1933 proferia a sua inesquecível conferência sobre "A Cultura Integral do Indivíduo - Problema Central do Nosso Tempo", um marco luminoso na cultura política e filosófica de Portugal, Bento de Jesus Caraça bem sabia o que era preciso fazer. "Viviam-se nessa altura horas inquietas e fecundas", explica-nos numa nota inserta na 2ª edição do texto da conferência.

E acaso não poderíamos descrever de modo semelhante o tempo que passa? Certamente que sim. Tal poderia não implicar necessariamente que a mensagem da Cultura Integral do Indivíduo se aplicasse hoje como no passado. No entanto, os valores essenciais, as percepções básicas que Bento Caraça pretendia que fossem partilhadas, e depois agidas, pelos membros da União Cultural "Mocidade Livre" - uma organização de novos, inaugurando a sua actividade - assumem hoje uma importância central para o mundo contemporâneo, na sua caminhada em direcção ao futuro. Tão central como há seis décadas atrás.

É nestes termos que temos que "redescobrir" a Cultura Integral do Indivíduo, interpretar o seu significado, difundir o seu espírito memorável. E que, quer a felicidade, quer a harmonia ou ainda a alegria de viver, não parecem mais fáceis de alcançar após anos e anos de perturbações e inquietações incessantes.

Porque é que a cultura integral do indivíduo continua a ser o problema central do nosso tempo?

Sabemos que o domínio da cultura é um dos quatro aspectos em que se convencionou, no século passado, decompor a análise da actividade das sociedades humanas desenvolvidas, industrializadas, a par dos domínios do económico, do político e do social. Este esquema mostrou-se capaz de suportar intelectualmente o esforço notável de crescimento das nações do Ocidente, criando um quadro operativo para as suas instituições.

O domínio cultural era então entendido como respeitando às grandes concepções da condução da sociedade, à pertinência das escolhas globais de cada comunidade, ou seja à robustez do modelo colectivo adoptado. Naturalmente, os contornos do domínio da cultura eram definidos através do desempenho dos poderes de natureza ideológica.

O século XX veio perturbar, complexificar, a ordem existente. Onde os domínios da actividade eram claros e as respectivas instituições podiam funcionar sem ambiguidades, o "progresso" associado à emergência e crescimento das europas da América (no dizer esclarecido de Fernand Braudel) veio injectar, por efeito do simples alargamento do espaço-tempo em que a economia-mundo passou a funcionar, a necessidade de considerar a existência de interfaces e interacções no quadro clássico aceite das actividades humanas, ou seja, não há actividade cultural no século XX que não se reclame simultaneamente de concepções e implicações nos campos económico, político e social. E reciprocamente.

ção



A sessão pública promovida pelo Pelouro da Educação da CML.

Bento Caraça e o MUD

No dia 7 do próximo mês de Outubro completam-se 50 anos após a demissão, pelo governo fascista de Salazar, dos Professores Bento de Jesus Caraça, catedrático do Instituto de Ciências Económicas e Financeiras, e Mário Azevedo Gomes, catedrático do Instituto Superior de Agronomia. O pretexto indicado para estas demissões foi o documento elaborado em Agosto de 1946, pela Comissão Central do Movimento de Unidade Democrática (MUD), intitulado "O MUD perante a admissão de Portugal na ONU", agravado naturalmente pelo facto de os Professores Bento de Jesus Caraça e Mário de Azevedo Gomes serem os membros mais prestigiados daquela Comissão Central.

Como se sabe, em 8 de Outubro de 1945, realizou-se uma reunião de democratas no Centro Republicano Almirante Reis, na Rua do Benfornoso, em Lisboa. Esta reunião foi presidida pelo antigo ministro da I República, Dr. José Maria Vilhena Barbosa de Magalhães, que havia sido Ministro da Justiça (em 1915), da Instrução Pública (em 1917) e dos Negócios Estrangeiros (em 1922). Foi Professor da Faculdade de Direito de Lisboa de 1914 a 1941, data em que foi demitido pelo governo fascista de Salazar, quando era ministro da Educação dita Nacional o Dr. Mário de Figueiredo.

A reunião foi autorizada pelo Governador Civil do distrito de Lisboa, a quem foi dirigido um requerimento assinado pelos democratas Teófilo Carvalho dos Santos, Mário de Lima Alves, Manuel Mendes, Gustavo Soromenho, José de Magalhães Godinho, Afonso Costa (filho), Armando Adão e Silva, Manuel Caetano Duarte, Câmara Reis, Alberto Candeias e Canas Pereira.

Nesse tempo, só com autorização do Governo Civil era possível fazer uma tal reunião. Como o fascismo tinha sido derrotado na Segunda Guerra Mundial e o regime vigente em Portugal tentava fazer-se passar por uma "democracia orgânica", a reunião foi autorizada.

Durante a reunião foi lido por Lima Alves um documento em que se reivindicavam a liberdade de imprensa, a liberdade de formação e actuação de partidos políticos, a amnistia para os presos políticos, a extinção do Campo de Concentração do Tarrafal e ainda condições mínimas de seriedade para se poderem realizar eleições que merecessem credibilidade.

Este documento foi aprovado por aclamação e assinado por todos os democratas presentes e, dentro de poucos dias, muitos milhares de cidadãos de todo o País solidarizaram-se com as reivindicações formuladas e assinaram também o documento.

Formou-se o Movimento de Unidade Democrática (MUD) para a luta, no plano legal, pelas liberdades fundamentais.

(...) Bento Caraça e Azevedo Gomes pertenciam à Comissão Central do MUD em 1946. Foram elaborados e difundidos vários documentos, não só pela Comissão Central, mas também por Comissões Distritais, Comissões Concelhias e Comissões de Trabalhadores que se formaram rapidamente em todo o País.

O documento do MUD (...), tem interesse histórico pelo assunto que trata, por ter servido de pretexto para a demissão dos dirigentes democratas de grande prestígio político e profissional, Professor Mário de Azevedo Gomes e Professor Bento de Jesus Caraça, e ainda porque estas demissões assinalam o início de mais uma infame ofensiva contra as universidades portuguesas.

Já antes, em 1935, quando Eusébio Tamagnini de Matos da Encarnação estava encarregado da pasta da Instrução Pública, o Conselho de Ministros publicou um decreto-lei datado de 13 de Maio de 1935, ao abrigo do qual foram demitidos os professores universitários Abel Salazar, Manuel Rodrigues Lapa, Sílvio Lima e Aurélio Quintanilha. Foram também demitidos outros professores não universitários e outros funcionários civis e militares, num total de 33 pessoas.

O decreto-lei continha os seguintes artigos:

"Artº 1º - Os funcionários ou empregados, civis ou militares, que tenham revelado ou revelem espírito de oposição aos princípios fundamentais da Constituição Política, ou não dêem garantia de cooperar na realização dos fins superiores do Estado, serão aposentados ou reformados, se a isso tiverem direito, ou demitidos em caso contrário.

"Artº 2º - Os indivíduos que se encontrem nas condições do artigo anterior não poderão ser nomeados ou contratados para quaisquer cargos públicos nem admitidos a concurso para o provimento neles."

A ofensiva antiuniversitária iniciada em 1946 com a demissão dos Professores Azevedo Gomes e Bento Caraça, quando era ministro da Educação dita Nacional José Caeiro da Mata, continuou em 1947 quando o ministro era Fernando Andrade Pires de Lima, com a demissão de Ruy Luís Gomes, a rescisão do contrato de Laureano Barros, a não renovação do contrato de Alfredo Pereira Gomes e com o afastamento da docência universitária por demissão, por não renovação do contrato ou pela recusa de proposta de contrato, tudo baseado simplesmente em informações da polícia política, entre outros, dos seguintes docentes: Mário Silva, Celestino da Costa, Cândido de Oliveira, Pulido Valente, Fernando Fonseca, Adelino da Costa, Cascão de Anciães, Torre de Assunção, Flávio Resende, Ferreira de Matos, Peres de Carvalho, Manuel Zaluar Nunes, Remy Freire, Crabée Rocha, Dias Amado, Manuel Valadares, Marques da Silva, Armando Gibert, Lopes Raimundo, Morbey Rodrigues, Hugo Ribeiro, Jorge Delgado, José Morgado, Fernando Soares David, António Santos Soares, António Aniceto Monteiro, Luís Neves Real, António Ricca Gonçalves, Virgílio Barroso, António Brotas, Ziller Peres, Lima de Faria, Henrique de Barros, Branquinho de Oliveira, Vasco de Magalhães Vilhena, António José Saraiva, Vitorino Magalhães Godinho, Oliveira Marques, João Lopes Raimundo, Augusto Sá da Costa, Cesina Bermudes.

Alguns dos docentes expulsos ou recusados pelo governo fascista de Salazar, viram-se forçados a mudar de profissão; outros, a viver de explicações particulares e outros a aceitar convites de universidades estrangeiras para poderem continuar a ensinar e a investigar (...)

■ João Caraça

■ José Morgado

Horas esperançosas e dramáticas

Bento de Jesus Caraça nasceu em 1901, filho e irmão de trabalhadores rurais do Alentejo. Devido à sua grande inteligência e à ajuda de quem acarinhou essa inteligência, fez estudos brilhantes e uma carreira fulgurante que o levou à cátedra de Matemáticas Superiores em 1929, no Instituto de Ciências Económicas e Financeiras. Entretanto, o mundo vivia horas esperançosas e também dramáticas. Em 1917, dá-se a Revolução Socialista de Outubro na Rússia; em 1925, os fascistas ascendem ao poder em Itália; em 1926, dá-se o golpe de Estado do 28 de Maio, em Portugal, que logo estabeleceu a censura e que viria a evoluir para um regime fascista; em 1930, os nazis ganham as eleições na Alemanha; em 1931, é proclamada a República em Espanha. Nas duas décadas que se seguem, até à data da sua morte, viveu Bento de Jesus Caraça a sua vida pública.

Nesses cerca de vinte anos assiste-se à subida de Salazar ao poder, à criação da Frente Popular e à guerra civil em Espanha que terminou com o triunfo de Franco. Assiste-se ainda à segunda guerra mundial que acabou com a derrota do nazi-fascismo na Alemanha e em Itália. E assiste-se, a partir de 1945, à consolidação do regime fascista português (tal como o espanhol) que é reconhecido internacionalmente por aquilo que se convencionou chamar de países ocidentais, particularmente os Estados Unidos da América do Norte e o Reino Unido.

Ao tomar a palavra no I Congresso Republicano de Aveiro em 1957 o grande escritor Ferreira de Castro fez a seguinte observação: "Até 1935, os censores, embora intervindo de quando em quando na literatura, faziam-no sobriamente. Daí por diante, porém, escrever um romance em Portugal era uma espécie de auto-suplício desde que não se tivesse a mentalidade da situação dominante."

De facto, até à guerra de Espanha, Salazar, que apenas ascendera ao poder em 1932, dava início à configuração do regime segundo o modelo fascista italiano. Data desta época o "plesbício" para a aprovação da nova Constituição, a criação do Secretariado da Propaganda Nacional, a proibição dos sindicatos livres e o encerramento das cooperativas. São criados os "sindicatos nacionais" controlados pelo regime, o que provoca a revolta dos operários da Marinha Grande contra a fascização dos sindicatos. Começa a demissão de professores democratas de todos os graus de ensino. Em 1936, são encerradas as Escolas Normais do Magistério Primário, num país que tanto carecia de professores do ensino primário visto que havia 50% de analfabetos.

É neste período que Bento de Jesus Caraça realiza a maioria, e as mais importantes, das suas conferências, que são a resposta ainda possível à investida repressiva do regime. É em 1933 que realiza aquela que é, porventura, a mais conhecida, a mais marcadamente ideológica, e que agora é editada pela Câmara Municipal de Lisboa: *A Cultura Integral do Indivíduo - Problema Central do Nosso Tempo*. Logo nestas intervenções, feitas a convite de associações populares, se torna clara a sua posição perante os conflitos sociais. Filho de trabalhadores rurais, teve como princípio absoluto da sua vida conservar-se sempre fiel à sua própria classe e aos seus ideais de emancipação humana e não desertar ingressando no campo contrário, posição esta que é sistematicamente reafirmada até aos seus últimos escritos. N'a *Cultura Integral do Indivíduo* afirma em determinado passo, referindo-se aos intelectuais: "O trabalho de submissão, de lambar de botas, da parte das chamadas camadas intelectuais, tem sido de uma perfeição dificilmente excedível. Digamos, para irmos até ao fim, que os mais excelsos nesse mister, são frequentemente aqueles que, partidos das camadas ditas inferiores, se guiaram, umas vezes a pulso, outras em acrobacia de palhaço, a posições que deveriam utilizar para defesa dos bens espirituais e que só usam para trair os seus antigos irmãos no sofrimento."

Bento de Jesus Caraça colocou sistematicamente as suas capacidades intelectuais, a sua grande cultura ao serviço daquilo a que ele chamou o despertar da alma colectiva das massas. Na citada conferência, referia ele, lapidarmente: "Se o desenvolvimento da civilização (...) pode conduzir ao automatismo e à conseqüente escravização do homem, o que nos é mostrado pela civilização capitalista actual, é isso devido não a um alto mas sim a um baixo grau de cultura que permite que os meios de progresso sejam utilizados num ambiente de completo abandono dos objectivos superiores da vida."

Em 1935, realizou Bento de Jesus Caraça a sua conferência *Escola Única*, de que é interessante, no actual contexto, destacar a seguinte passagem:

"Assim, à causa da divisão resultante dos sexos opor-se-á a co-educação; à causa da divisão resultante das crenças religiosas dos pais opor-se-á o laicismo; ao motivo de privilégio que representa a desigualdade de situação económica, contrapor-se-á a gratuidade do ensino em todos os graus.

"Outro aspecto do combate a este último privilégio é o da selecção das capacidades - os lugares de dirigentes da sociedade devem ser ocupados, não por aqueles que têm dinheiro para os comprar, mas pelos que, pelo seu desempenho, mostrarem reais aptidões: *freie Bahn den Tuchtigen!* (caminho livre para os capazes!) clamam os reformadores alemães."

Como não reconhecer a actualidade deste texto de Bento de Jesus Caraça, na nossa época em que a mentalidade dominante defende que se deve financiar o futebol e se regateia o dinheiro à educação, que a anticultura da nossa televisão deve ser gratuita mas o ensino não e em que as diferenças sociais continuam a barrar o caminho de muitos jovens talentosos e a atirar as crianças para as obras e para as fábricas? (...)

■ Jorge Resende

do indivíduo hoje

(...) As principais mutações do presente são quatro: uma mutação técnica, uma mutação moral, uma mutação estética e uma mutação política.

A mutação técnica, intimamente ligada ao desenvolvimento da ciência no nosso século e com profundas repercussões no domínio económico, corresponde ao alargamento a quase todo o território do globo do espaço de operação da economia do nosso sistema-mundo. É o resultado da transformação da natureza do trabalho e do emprego pela introdução de cada vez mais máquinas e, ultimamente, de computadores. É uma mutação que se designa igualmente por "aldeia da comunicação" ou por "encolhimento do planeta".

A mutação moral, que implica fortemente com questões no domínio da ética, ocorre devido ao controlo conseguido pelos humanos sobre a fecundidade, a partir de meados deste século, assumindo contornos nada fáceis de antever sem que um novo paradigma de classificação e articulação dos saberes seja aceite.

A mutação estética, que afecta profundamente o domínio da coesão social e o modo de estar em sociedade, resulta do assumir pelas mulheres de um papel cada vez mais independente, com conseqüências certamente poderosas no horizonte do longo prazo.

Por último, a mutação política está ligada à emergência de uma sociedade civil global e ao aparecimento das cidades como actores públicos preferenciais no que respeita à formulação de estratégias à escala mundial. Corresponde à necessidade de definir um carácter global para o bem público.

O nível de coesão das sociedades desenvolvidas de hoje é criado no quadro de uma elevada actividade de comunicação interna. É esta a sua complexidade, e é por isso que a democracia pode por vezes parecer tão frágil. Mas o nosso dever colectivo é reforçá-la sistematicamente, porque o seu reforço é, inclusivamente, a medida da sobrevivência da nossa identidade cultural, dos nossos valores e percepções.

Ou se aprofundam continuamente as bases científicas do conhecimento sobre a sociedade, sobre a natureza e sobre o próprio homem, e se promove o espírito crítico e participativo, ou em alternativa iremos assistir à destruição lenta (ao princípio) mas inexorável, da ciência, dos saberes argumentativos, e, com eles, da legitimidade da própria ordem em que a sociedade assenta. Não nos esqueçamos de que as oligarquias sempre favoreceram a combinação da ignorância política com a eficiência técnica.

A nossa ideia de um futuro justo e solidário, que permita que a diversidade local se articule no global, precisa de ciência. Mas também precisa de tempo para gerar e propor a aceitação colectiva de um projecto político multipolar para a governação do nosso planeta (...)

O regresso dos fascistas à Croácia

■ Miguel Urbano Rodrigues

A Croácia é agora a aliada dilecta nos Balcãs dos Estados Unidos (e da Alemanha). Os mais influentes jornais americanos e as grandes cadeias de televisão, sempre severos nas críticas à Sérvia, apresentam a Croácia como um Estado democrático e afirmam que as instituições funcionam bem no país onde o respeito pelos direitos humanos e o exercício das liberdades tendem a normalizar-se. O presidente Tudjman é elogiado como estadista exemplar.

Essa visão idílica da Croácia expressa uma consciente falsificação da história.

Nos últimos três anos a República da Croácia abriu as fronteiras a um elevado número de criminosos de guerra. Alguns, que desempenharam altos cargos no governo nazi de Ante Pavelich, foram recebidos com homenagens.

É o caso de Dinko Sakic, talvez o mais conhecido dos croatas que trabalharam em íntima ligação com a Gestapo e as SS do III Reich durante a vigência da República fantoche de Pavelich.

Ao regressar ao país, Sakic foi entrevistado pela revista *Magazin* de Zagreb que o apresentou como «um ser perdido neste mundo», mas «com muitos amigos».

Reproduzimos a seguir mais dúzia de breves excertos das declarações do famoso criminoso de guerra que foi comandante do campo de extermínio de Iasenovats, onde pereceram cerca de 600 000 prisioneiros, o que faz dele o mais mortífero depois de Aushwitz e Mathausen.

1 - «Lamento muito não termos feito tudo o que nos é atribuído. É uma pena não termos acabado com todos».

2 - «Iasenovats foi um estabelecimento legal criado pela lei, para o qual as autori-

dades enviavam todas as pessoas que tentaram destruir o Estado croata e que eram perigosos para a ordem pública e a segurança do Estado».

3 - «Quando fuzilávamos agíamos com base na lei. Asseguro-lhe que funcionou o Estado de Direito.»

4 - «O dr. Frano Tudjman está, por assim dizer, acima da catedral. A sua visão é mais ampla, ele vê mais longe».

5 - «Sinto-me orgulhoso do que fiz».

6 - «Se hoje me oferecessem aquele cargo, aceitá-lo-ia».

Toda a entrevista é um grito de saudosismo fascista de um criminoso responsável pela matança de Iasenovats. A revista coopera.

As confidências de Dinko Sakic não chocaram os meios oficiais de Zagreb.

Na Croácia, numerosas unidades militares e quartéis mudaram de nome nos últimos anos. Ostentam agora os nomes de antigos colaboradores de Ante Pavelich acusados da prática de crimes de guerra como Maks Luburic, Rafael Boban e Jure Franoetic. São enaltecidos como heróis nacionais.

O eminente pintor croata Edo Murtic, em artigo recente, manifesta a sua indignação pelo facto de tanques do exército croata desfilar por vezes exibindo na blindagem fotografias de Ante Pavelich. Recorda também que numa parada, perto de Mostar, o presidente da União Democrática da Herzegovina, Dario Kordic, fez em público a saudação nazi.

O panorama da «democracia croata» é, como se verifica, muito diferente do esboçado pelos *media* norte-americanos.



Viagens em Inglaterra

■ Manoel de Lencastre

A Inglaterra é uma espécie de universidade para o resto do mundo. Aprendem-se aqui todas as cadeiras da sociedade de classes e tiram-se cursos de capitalismo observando o sistema operando na sua máxima glória, mas à vista de calamidades gerais. Dá gosto estudar a vida deste país que arrancou a Europa às funduras do feudalismo para criar as bases da indústria moderna e desenvolver o capitalismo. E este transformou-se num monstro com dentes de ouro.



Em Whitehall, em Westminster, o governo conservador do funcionário Major luta, no mais instável dos equilíbrios, para aguentar-se no poder com uma maioria de quatro deputados apenas. Mas, na oposição, o Partido Trabalhista persiste na sua histórica hipocrisia. A respectiva porta-voz parlamentar para as questões da Saúde pública, Harriet Harman, desprezou totalmente os princípios da política partidária na área da Educação, o que leva todo este país a perguntar: como confiar nestes oportunistas? Na realidade, a bonita Harriet, futura ministra trabalhista mas perfeitamente

abandonada às doçuras da vida da classe média, levou o filho para uma escola distante da zona onde vive e onde os alunos (que pagam propinas bastante caras) só são admitidos após rigorosos exames. Harriet, cujas lágrimas de crocodilo, mais tarde, não convenceram a Inglaterra, mostrou o que pensa do ensino geral de massas que, obviamente, considera insuficiente. Ficou o exemplo da mais flagrante falsidade. Aliás, o condutor do partido, Tony Blair, fizera o mesmo. Os socialistas-capitalistas sempre assim foram: dizem uma coisa, mas praticam outra.

Lágrimas e música

Foi contra estas pérfidas posições dos chefes trabalhistas que o herói da classe trabalhadora britânica, Arthur Scargill, se insurgiu impacientemente e partiu para fundar um novo partido, o «Socialist Labour Party» (Partido Socialista do Trabalho). Mas, terá escolhido o melhor caminho ao separar-se daquela que ainda é a formação política fundamental dos trabalhadores britânicos? O Partido Comunista e o «Morning Star» não o pouparam a críticas.

Os dirigentes trabalhistas não trabalham para liquidar o capitalismo mas, sim, para administrá-lo e para permitir-lhe esca-

Duas nações

Sábados à tarde, neste país, são tempos de única tranquilidade. Os jardins parecem ganhar vida, mesmo em pleno Inverno, os desportos fornecem horas de emoção. Mas, a Inglaterra é mãe de duas nações. Não é difícil perceber isso. Trata-se da nação dos ricos e da nação dos pobres – um conceito que sobressai em «Sybil», a conhecida novela política de Benjamin Disraeli, publicada em 1845. Um conceito que ficou para sempre. Lênine, ao chegar a Londres, observou imediatamente a veracidade desta síntese. Vejamos, agora, alguns aspectos

Nicola para a da Pastelaria Suíça. A Hope Street é frequentada por bandos de prostitutas. Mas, «Hope» quer dizer esperança.

Em Birmingham, cidadãos formaram grupos de defesa das suas zonas residenciais, contra a invasão de prostitutas e de traficantes de estupefacientes. Em Bradford, o chefe da polícia do West Yorkshire, Mr. Keith Hellawell, declarou: «Há prostitutas com 11, 12 e 13 anos de idade nas ruas do centro. Surgem pelo dinheiro que lhes permita comprar cocaína».

Segundo a mesma autoridade policial, o consumo de álcool e de substâncias narcóticas atingirá 80% de todas as crianças com 10 anos de idade, por alturas do ano 2005.

Quem viaja nos autocarros que perfuram o ventre do país? Quase sempre a juventude. De saco às costas, instalam-se com poucos cuidados, estendem as pernas ou colocam os pés sobre o assento do lado. Adormecem. Comer nos transportes públicos tornou-se normal. Batatas assadas com feijões. Sandes de produtos pseudo-alimentares pré-fabricados. Bebe-se e fuma-se infinitamente. Todo este país parece caminhar para a exclusão. As lojas de penhores fazem bom negócio. Em Newcastle, filas de garotas inquietas usando vestidinhos leves apesar do frio atroz, amontoam-se à porta das discotecas. Garrafa sempre na mão. Procuram emigrar para o país irreal que lhes oferecem os pequenos bailaricos de «rock» e sonham com tudo o que não existe. Se lhes falamos em revolução, observam: «Not in this country!» (Não, neste país).

Recepcionistas de hotel, bonitinhas mas profundamente ignorantes, não conhecem a geografia da Grã-Bretanha. Estão ali porque são «low paid» (trabalham por salários). Pergunta-se-lhes: «Como posso deslocar-me de Londres para visitar as ilhas de Jura e Skype?» Resposta: «Never heard of» (Nunca ouvi falar desses lugares). A uma telefonista do serviço internacional da British Telecom (155) perguntámos: «Pode obter-me uma chamada para Lisboa, pagável no destino?» «Lisbon? Where is that?» (Onde é isso?) Repetimos: «Lisbon, young lady. Don't you

know where it is? Lisbon is a European capital». (Lisboa, menina, não sabe onde é? É uma capital europeia). Resposta: «Sorry, sir, can you tell me in which country is that place?» (Desculpe, senhor, mas pode dizer-me em que país fica isso?) Perante a nossa justificada fúria, desligou.

Basta ler os jornais. São constantes os raptos de raparigas cujos corpos aparecem mortos e sexualmente violados, deitados fora em ravinas, em rios, em sítios distantes. Ataques sexuais a crianças são já coisas monótonas. Um «gang» de jovens assassinou à navalhada um corajoso professor que procurava defender um dos seus alunos. As dívidas

da duquesa de York não fazem rir. Fazem revolta, no país. A instituição da família recua constantemente. Conflitos entre pais e filhos são frequentíssimos. Mil pessoas, por mês, perdem as suas casas por não terem podido pagar as prestações correspondentes aos empréstimos hipotecários. Surgem novas religiões cujos «iluminados» dirigentes pensam que o tempo de desesperados em que vivemos lhes oferece boas possibilidades de recrutamento. Em Liverpool, «gangs» armados dominam o mercado das drogas, da protecção e da prostituição nos bairros de Toxteth e Anfield, principalmente. Entre os que trabalham, o medo de perder o emprego paralisa e despersonaliza. Mas a nova mania da lotaria contribui para que tanta gente acredite que pode vir a ser milionária. O encerramento de hospitais, contínuo, coisa insípida já, aterroriza o povo britânico. Existe, nos ares, uma atmosfera de guerra social. Para onde caminha esta nação?

... E a outra ...

Na outra nação, a dos ricos, o conglomerado industrial de Lord Hanson vai dividir-se em três. Trata-se de um poderoso grupo de 21 empresas que operam nos ramos das indústrias químicas, dos tabacos, da energia e da construção. O valor respectivo, em termos bolsistas, situa-se na esfera dos muitos biliões de dólares. Dividir em três tudo isto, pode significar a intenção de simplificar o exercício das operações mas, mais que certo, representa uma espantosa manobra de valorização das acções de cada uma das empresas do grupo.

Também a «Thorn-EMI» (música) prepara a fragmentação das suas operações. O valor do conjunto ascende a 8 biliões de libras e, evidentemente, o que se pretende com a mencionada fragmentação é maximizar o valor das acções. O negócio da música da «Thorn-EMI» inclui toda a rede de distribuição e fabrico de discos, cassetes e CDs da famosa marca HMV (His Master's Voice - A Voz do Dono) e um vastíssimo catálogo de artistas exclusivos e de canções de todos os géneros. O grupo possui os direitos sobre as criações do conhecido cantor de «rock» Rod Stewart, e ganhou, recentemente, uma verdadeira fortuna com o lançamento da «Antologia dos Beatles». Adquiriu, por 600 milhões de libras, há três anos, a etiqueta «Virgin» e acaba de contratar a cançonetista Janet Jackson (85 milhões de libras). A «Thorn-EMI» é a quarta empresa internacional do sector da música, depois da «Polygram», da «Warner» e da «Sony».

A exposição de Cezanne, com 150 quadros (aguarelas e desenhos a lápis) abre as portas hoje, quinta-feira, em Londres. Há mais de 50 anos que não se realizava uma exposição tão completa e grandiosa dos trabalhos de um grande artista. Não é de estranhar, portanto, que a venda de bilhetes de ingresso na «Tate Gallery» esteja a decorrer quase freneticamente. As bichas, à porta do famoso museu, mostram-se intermináveis. Não há bilhetes de favor para ninguém. E o debate à volta da figura de Paul Cezanne (1839-1906) que Pablo Picasso considerou «o pai de todos nós», e da sua obra, conhecerá, certamente, importantes contribuições dos críticos, dos especialistas, dos mestres, dos agnósticos.



par, provisoriamente, ao inevitável destino. Não fogem, conseqüentemente, a exibirem-se publicamente como salvadores do sistema. Dizem que não existem alternativas. Há dias, o seu porta-voz para os Negócios Estrangeiros e possível futuro secretário de Estado do Foreign Office, Jack Cunningham, gargalhava entre a atmosfera de fumo dos charutos de capitalistas a sério. E era a esposa de um desses magnatas que, solitamente, lhe estendia o isqueiro. Então, voltando-se para os multimilionários, Mr. Cunningham segredou: «Podemos conversar, sir, na tranquilidade de um qualquer sábado à tarde.»

das duas nações em pleno mês de Fevereiro de 1996.

No centro das grandes cidades, o vazio instala-se, às sete horas da tarde. Vagueiam transeuntes isolados. Os táxis procuram clientes que não aparecem. Notam-se manifestações de racismo, fogos, vandalismo em cidades outrora tranquilas e prósperas, como a rural Yeovil. Em Manchester, diz-nos alguém que adora a sua cidade, mas sofre perante o respectivo declínio: «Não atravesse para o jardim de Piccadilly. É perigoso.» Mas, não atravessar os «Piccadilly Gardens» é como se estivéssemos em Lisboa e não pudéssemos passar da zona do Café

PONTOS CARTEAIS

O jovem sombrio

Manuel Monteiro, o novel estratega da extrema-direita em água de colónia, parece ter mergulhado numa irreversível confusão. Primeiro, foi aquela anedota de pedir perdão aos seus eleitores por não ter sabido o que fazer com as presidenciais, ao que acrescentava o obséquio de uma segunda oportunidade para se redimir. A resposta veio-lhe, fulminante, do patrão Champalimaud que, com a delicadeza dum tubarão, lhe exigiu a devolução pura e simples dum batelada de massa que havia «oferecido» ao CDS/PP. Agora, o remexido Monteiro

já se baralha e contradiz no curto espaço de um discurso. Há dias, falando no Minho para um grupo de amigos, enquanto desbobinava a sua velha cassete de que «os outros partidos só pensam em si e não nos interesses do País» contrapunha a si mesmo que o PP «tem por objectivo ganhar as eleições de 1999», delírio que fundamentava no seguinte pressuposto: «um partido que quer ser poder e que tem que ter a ambição de ser poder, prepara-se com tempo e a horas». Daí mais uma «novidade»: o PP vai, em 1998, «apresentar ao País um governo-sombra». Entretanto são os outros partidos que «só pensam em si e não nos interesses do País».

Quanto à contradição, era inevitável: após anos a galope pelos terrenos da ficção, a demagogia de Manuel Monteiro tinha de chegar ao ponto de não dizer coisa com coisa. Agora até vê sombras...

Analista à lista

Na rubrica «O Exame» onde Marcelo Rebelo de Sousa mantém semanalmente no «Diário de Notícias» uma lista de pontuações classificando os outros (deve ser um trauma pelas estopinhas que suou para obter o doutoramento), surgiu

esta semana uma interessante transcrição do diálogo entre a TSF e o professor, nomeadamente quando este é colocado perante a questão de que «não deu nota a si próprio pela recusa de entrar na corrida à liderança do PSD». Responde o professor: «É difícil. Eu fiz aquele esforço de me distanciar num exame a mim mesmo. Tenho alguma dificuldade. Penso que foi uma - agora fala o analista - decisão sensata, racional, numa matéria em que a fé bruta não impunha o afastamento da razão. Vamos dar, sem quantificar, um juízo razoavelmente positivo a esta sensatez».

Esta personalidade não é um analista, mas uma lista de personalidades. Veja-se só a quantidade delas numa tão curta fala: a primeira diz que «é difícil» responder, a segunda confessa que fez um esforço para «se distanciar de si mesma», a terceira também tem dificuldades, a quarta pensa através da «fala de um analista», a quinta filosofa sobre matérias tão inextricáveis como «a fé bruta» e o «afastamento da razão» e uma sexta «dá juízos sem quantificar». Quem, definitivamente, não é quantificável é o professor. Quer dizer o Rebelo. Ou será Marcelo?!... É verdade que também há o Sousa... Bom, o melhor é chamarmos o analista.

FRASES da SEMANA

«Estamos a gerir as promessas para não defraudar os portugueses.»

*(Jorge Coelho, Ministro-Adjunto do Primeiro-Ministro - «Semanário», 03.02.96)

«Há promessas do Governo que não estão a ser cumpridas.»

*(Luís Sá - «Semanário», 03.02.96)

«Nós não queremos que este Governo seja a Comissão Executiva da CIP»

*(Carvalho da Silva, Coordenador da CGTP - «RTP / 24 Horas», 01.02.96)

«As presidenciais traduziram para o eleitorado actual e potencial do PP alguma confusão. Porque se a posição tomada não foi contra um determinado pensamento foi certamente contra um sentir de direita.»

*(Maria José Nogueira Pinto, deputada independente do CDS/PP - «Diário de Notícias», 05.02.96)

«(...) um objectivo e um desafio claramente assumidos (pelo PP): superar o pragmatismo, ganhar as eleições em 1999.»

*(Manuel Monteiro, presidente do CDS/PP, citado em «Público», 04.02.96)

«Dos actuais 32 elementos (da direcção nacional), eventualmente alguns sairão de livre vontade, outros sairão a meu pedido e outros entrarão também a meu pedido.»

*(Idem)

«O PSD tem duas opções possíveis: ou se afirma como líder do bloco socio-eleitoral que deu 46% a Cavaco Silva ou escolhe ser a mula envergoadada dos socialistas, numa postura de pilar invisível de um bloco central informal.»

*(Luís Filipe Menezes - «Semanário», 03.02.96)

«O PSD deve liderar a direita»

*(Carlos Encarnação - «O Diabo», 06.02.96)

«Marcelo aceita ser líder por um ano»

*(título - «Expresso», 03.02.96)

«Não tendo os sucessores naturais de Cavaco querido (ou podido) avançar, a hora é dos aventureiros.»

*(José António Saraiva, «Política à Portuguesa» - «Expresso», 03.02.96)

«Há hoje uma estimulante realidade no PSD: as suas notáveis figuras são todas iguais sob o mesmo céu cinzento.»

*(José Freire Antunes, candidato a líder do PSD - «Diário de Notícias», 02.02.96)

«Se se entende a política por fazer coisas, eu sempre fiz muitas coisas e tive sempre uma intervenção política regular.»

*(Manuel Maria Carrilho, Ministro da Cultura - «Público», 06.02.96)

PONTOS NATURAIS

Jogos florais

Ser dono, escravo ou parceiro quem sabe o que é! Sei de alguém que pensa que tem dinheiro e o dinheiro é que o tem.

Vendo bem, ao fim e ao cabo, não morreu em vão Jesus. Vejam só como o diabo roge com o sinal da cruz...

A um batoteiro sem alma vejam o que aconteceu: sem mais ter, jogou a alma e teve sorte - perdeu.

Se alguém do pouco que tem quiser um pouco ensinar muito, muito haverá quem a muitos tenha para dar.

Senhores, o que aí vai! Voai baixo, sobre o asfalto. Olhai que aquele que cai cai mais, se cai de mais alto.

Ideologia? Nem vê-la! (ouço-o na TV dizer)

Ele é tanto feito dela que nem precisa de a ter.

Julga que pode o Poder tudo fazer aos pequenos mas Poder que tal fazer é sempre o que pode menos.

É bem fácil na proposta de uma boa ratoeira ficar com a careca à mostra tendo farta cabeleira.

Pobres das mãos que sem mágoa são feitos daquela rede por onde se escoa a água que matasse tanta sede.

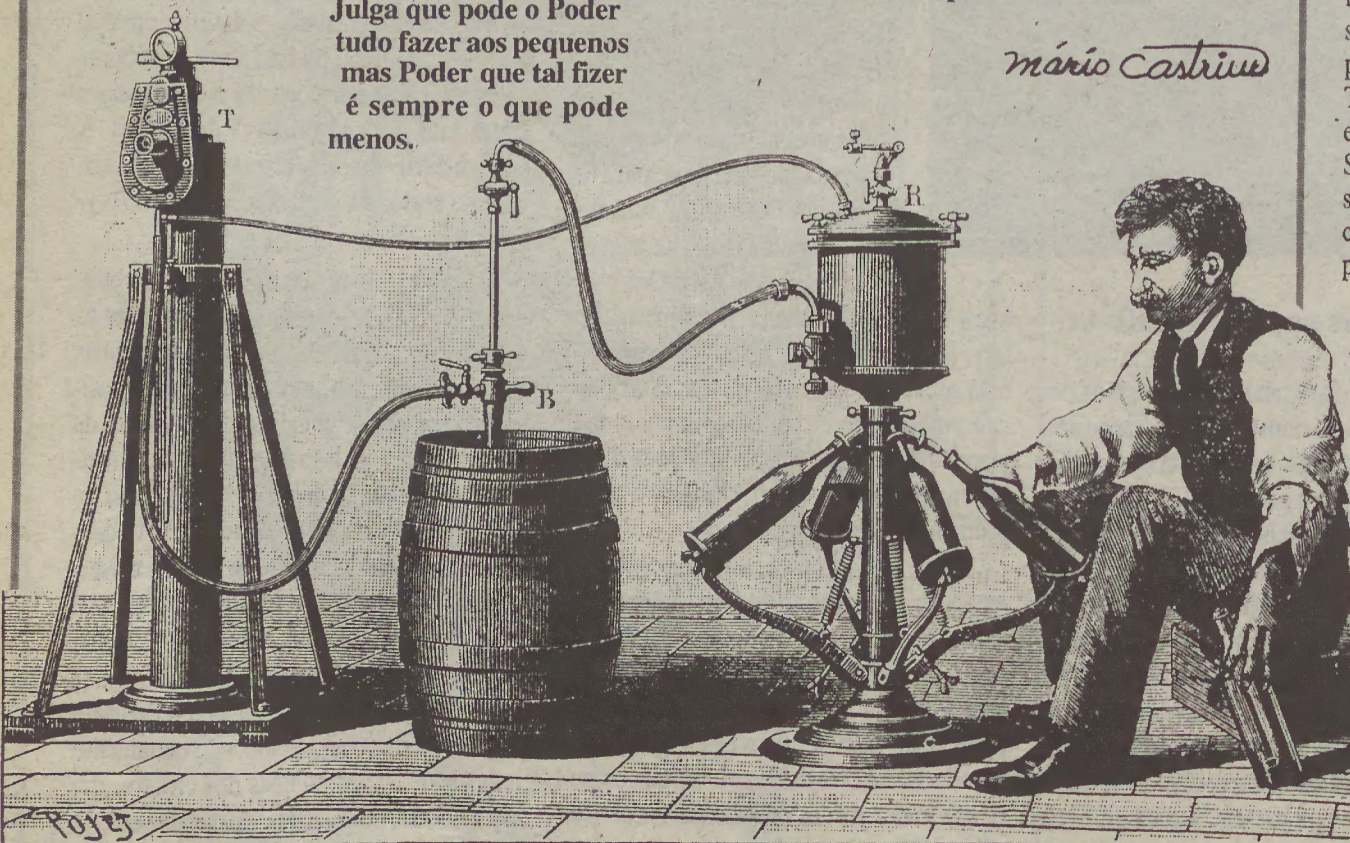
Eu vos digo o preço exacto que a balança mostra à gente: mil pobres estão num prato no outro, um rico somente.

Às vezes, quando acontece, acontece uma semente. Se é real, o linho tece se o linho não tece, mente.

Vento à vida dá sustento deixa-o ir, onde tu fores. A flor que foge do vento morre, e já não há mais flores.

À promessa sempre adoça mas tem cuidado, rapaz. Olha para a cara da moça se tu não fores capaz...

Mário Castrius



Plenários e sessões de esclarecimento

ALPIARÇA

Encontro concelhio da CDU para balanço do trabalho autárquico realizado e programação de objectivos a concretizar até final do mandato e ainda para discussão da situação política local e nacional: sábado, 10, às 15h, no CT do PCP.

CASCAIS

Plenário de militantes da freguesia de Cascais: sábado, 10, às 15h30, no CT de Cascais.
 Plenário de militantes da freguesia de Alcabideche: sábado, 10, às 15h, no CT de Alcabideche, com a presença de **Júlio Filipe**.

LISBOA

Plenário de militantes da freguesia de Olivais para discussão da situação política e entrega dos novos cartões do Partido, com convívio no final: sábado, 10, a partir das 16h no CT dos Olivais.

MATOSINHOS

Encontro CDU, aberto a todos os activistas, para debate da actual política municipal e das propostas e actividade da CDU: sábado, 10, às 15h, na JF de Matosinhos, com a participação do camarada **Emídio Ribeiro**.

MORA

Plenário concelhio de militantes para discussão da situação política e de questões da organização, com a participação dos camaradas **António Gervásio** e **Diamantino Dias**: sexta-feira, 9, às 20h30, no Centro de Trabalho de Mora.

PAÇO D'ARCOS

Plenário de militantes da freguesia: sábado, 10, às 15h, no CT de Algés.

PESO DA RÉGUA

Sessão de esclarecimento sobre o Projecto de Lei do PCP sobre as 40 horas e o Acordo de Concertação Social e suas consequências: sábado, 17 de Fevereiro, às 15h, na sede da Junta de Freguesia de Peso da Régua, com a participação de **Vítor Ranita**, dirigente da CGTP.

SINTRA

S. João das Lampas - Plenário de militantes da freguesia, com a participação de **Jaime da Mata**: sexta-feira, 9, às 21h30, no CT local.

Sintra - Plenário da célula dos trabalhadores da CM e SMAS, com a participação de **Clarinda Nogueira**: quinta-feira, dia 15, às 18h, no CT de Rio de Mouro.

VILA FRANCA DE XIRA

Plenário concelhio de militantes sobre o Centro de Trabalho - perspectivas futuras: sábado, 10, a partir das 16h, no CT de Vila Franca.

O PCP E A SITUAÇÃO INTERNACIONAL

Debates em Faro e Coimbra

Em Faro realiza-se no próximo sábado às 16h o segundo dos debates sobre a actualidade nacional e internacional projectados pela Comissão Concelhia do PCP para o novo Centro de Trabalho. O tema proposto - «A situação internacional - evolução, acontecimentos mais recentes, situação e perspectivas de futuro» terá como moderador o camarada **Domingos Lopes**.

Domingos Lopes estará também presente no debate que sobre o mesmo tema terá hoje lugar em Coimbra - no Centro de Trabalho da R. da Sofia, a partir das 21h30.

BEIRA INTERIOR

A regionalização em reunião conjunta DORCB-DORG

Discutir os Projectos do PCP sobre a Regionalização e os contornos da Região da Beira Interior é objectivo da reunião conjunta que as Direcções Regionais de Castelo Branco e da Guarda do PCP vão realizar no próximo sábado no Centro de Trabalho da Covilhã. A reunião começa às 10h30 e nela participará também o camarada **Luís Sá**.

CDU CASTELO BRANCO

Eleitos e activistas da CDU de Castelo Branco reúnem-se no sábado à tarde, também com a presença de **Luís Sá**, para discutir os problemas actuais das autarquias do distrito, a gestão alternativa da CDU e as eleições de 1997. A partir das 15h30 na sala da Assembleia Municipal da Covilhã.



A Festa do "Avante!" já começou!

Aqui se anota com especial saudação a primeira reunião de uma organização do PCP de que foi dado conhecimento público, preparatória da Festa do "Avante!" 1996. A honra pertence a **BEJA**, a iniciativa é da **DORBE**, vai ter lugar na manhã do próximo sábado no Centro de Trabalho local e começará por fazer, no 1º ponto da Ordem de Trabalho, uma apreciação da Festa de 1995.

Em remate, à hora do almoço, um convívio.

ALMADA

Encontro Distrital de Quadros da ORS com Álvaro Cunhal

Sábado, 10, às 14h30, no Feijó
 (Complexo Municipal dos Desportos de Almada)

AVEIRO

Reunião distrital de militantes do PCP, dirigentes e delegados sindicais e membros de Comissões de Trabalhadores

1. A organização e a actividade do Movimento Sindical no momento actual e no futuro
2. A reestruturação e o reforço do movimento sindical - problemas e perspectivas
3. O desenvolvimento da luta reivindicativa
4. O Congresso da CGTP-IN

Sábado, 10, às 15h, no CT, com a participação de **Domingos Abrantes**

COIMBRA

Hoje, dia 8, às 18h, no CT do PCP

Reunião de militantes do Partido, dirigentes e delegados sindicais, membros de células de empresa e de sectores profissionais com a participação de Domingos Abrantes

Encontro de comunistas eleitos

em estruturas dos trabalhadores nas empresas da cidade de LISBOA
 Sexta-feira, 9, às 19h, CT da Av. Duque Loulé
 com a participação de **Arménio Carlos**

CACÉM

Ciclo de colóquios integrado no 75º aniversário do PCP

II.

MOVIMENTO OPERÁRIO E SINDICAL Sexta-feira, 9, às 21h30, no CT do Cacém, com Domingos Abrantes

JCP

Guimarães

Reunião concelhia da JCP
 Sábado, 10, às 15h,
 na sede do PCP



Algueirão-Mem Martins

Convívio Jovem e debate
 sobre a intervenção da JCP na freguesia
 Domingo, 11, às 22h, no CT de Algueirão

65.º Aniversário do «Avante!»

15 de Fevereiro de 1996

Porto de Honra na Voz do Operário

Quarta-feira, 14, às 18h
 com a participação de **Henrique Custódio**
 redactor do «Avante!»

PT do Brasil faz festa

O décimo aniversário do Partido dos Trabalhadores do Brasil (PT) também é assinado em Portugal. Sábado, dia 10, em Lisboa, no Chapitô, vai haver festa, com música brasileira. E ainda, a passagem de um vídeo, de cerca de uma hora, com informação sobre o programa do PT, seguindo-se um debate com jornalistas brasileiros, a trabalhar como correspondentes em Portugal.

Contra o bloqueio! Solidariedade com o povo de Cuba

37.º aniversário da Revolução
Sessão pública organizada pela Assoc. de Amizade Portugal-Cuba
(Tel. 3857305)
na Junta de Freguesia de ALCÂNTARA
Salão Nobre, dia 10 de Fevereiro, às 17h30
com intervenções de
Embaixador de Cuba, German Blanco
José Cardoso Pires
Representantes da A.A.P.C
e a participação do
Grupo musical cubano «Viviane y las Muchachas del Son»

ENTRADA (com direito a espectáculo e jantar)
- 1.600\$00

PALAVRAS CRUZADAS

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
1															
2															
3															
4															
5															
6															
7															
8															
9															
10															
11															
12															
13															

HORIZONTAIS: 1 - Épocas (fig.); cenas. 2 - Tratamento dado aos homens de idade (pop.); instrumento para traçar linhas rectas; cont. prep. e art. 3 - Mistrável; ligue; termo. 4 - Amarras; de pouca gordura; batráquio. 5 - Enguia; punhado; agora. 6 - Sem companhia; acólá; furor; prep. 7 - Peixeira; acaricias. 8 - Sinal; armário para bebidas alcoólicas; grande quantidade. 9 - O primeiro homem; fúria; juntar. 10 - A gente (pop.); prejudicamos; governanta. 11 - Cromo; letra grega; agora; a mesma quantidade (farm.); de dois dois. 12 - Inusual; manca. 13 - Despejara; costurara.

VERTICAIS: 1 - Arremetes; alejado. 2 - Antiga nota musical; poeta lírico da Idade Média. 3 - Espécie de andorinha; lavras; aqui. 4 - Numeral; instrumento para atirar setas; breu. 5 - Elefante fêmea; aliança. 6 - Brisa; pref. neg.; devoção (pop.); estão na nora. 7 - Estampilham; uso excessivo. 8 - Canastras; grande ave trepadora. 9 - Ambicioso; perfume. 10 - Forma arcaica de uma; ilha do Mediterrâneo-próxima a Marselha; letra grega; Cobalto (s.q.); 11 - Discursam; de boa saúde. 12 - Ofertais; tanto pôde ser salgada como doce; ferimento nas crianças. 13 - Nome de homem; ópera de Verdi; aspecto. 14 - Ósmio; utilidade. 15 - Filtram; de viva voz.

SOLUÇÃO DO N.º ANTERIOR

HORIZONTAIS: 1 - Herói; amável. 2 - Aire; notou; maré. 3 - Naval; Rur; fadas. 4 - Itália; rás; sí. 5 - Vós; bisaram; aa. 6 - Es; tesa; aliá; Ru. 7 - Sir; lo; gritos. 8 - Sá; adir; caro; mó. 9 - Ana; acatava; Ga. 10 - Regada; ria; ar. 11 - Imole; ser; brasa. 12 - Oira; dizem; éter. 13 - Aarão; elogiara.

VERTICAIS: 1 - Aniversário. 2 - Hiatos; anemia. 3 - Ervas; agora. 4 - Real; tia; alar. 5 - Liberdade. 6 - In; ais; iça; dó. 7 - Or; saia; si. 8 - Atura; treze. 9 - Morara; cairel. 10 - Ou; salgava; mó. 11 - Mirra. 12 - Amas; aio; arei. 13 - Vadia; grata. 14 - Era; aroma; ser. 15 - Leso; uso; tara.

Esteiros

Soeiro Pereira Gomes

ESTEIROIS

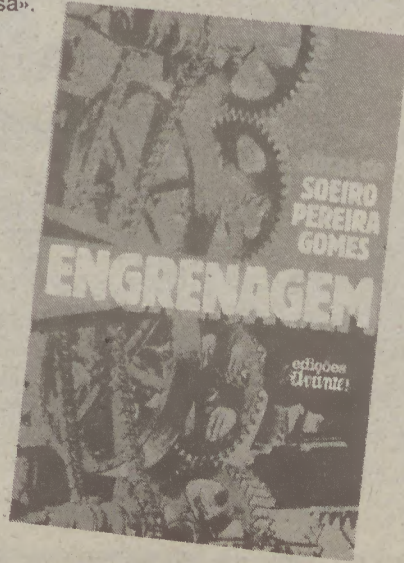
Soeiro Pereira Gomes

Há 50 anos publicava Soeiro Pereira Gomes este romance que é uma das primeiras manifestações romanescas do neo-realismo e um dos seus maiores êxitos. «Grito de denúncia. Esteiros é também um grito de esperança, esperança na libertação, no fim de uma sociedade desumana e exploradora.»

ENGRENAGEM

Soeiro Pereira Gomes

«É em Engrenagem que o estudo da evolução da consciência social dentro de condições determinadas de trabalho, de relações de produção e de luta de classes, adquire proporções e uma profundidade nunca atingidas na literatura portuguesa.»



QUINTA, 8

Vem Dançar

«Strictly Ballroom» (Austrália/1992). Real.: Baz Luhrmann. Int.: Paul Mercurio, Tara Morice, Bill Hunter, Barry Otto, Pat Thompson. Cor, 90 min. *Musical*. (22.00, TVI)

Onde Quer que Estejas

«Wherever You Are» (Gr.Br./Pol./RFA/1988). Real.: Krzysztof Zanussi. Int.: Julian Sands, Renée Soutendijk, Maciej Robakiewicz, Tadeusz Bradecki. Cor, 105 min. *Ver Destaque*. (22.50, TV2)

Dez Passos Mortais

«Sunrise at Campobello» (EUA/1960). Real.: Vicente J. Donehue. Int.: Ralph Bellamy, Greer Garson, Hume Cronyn, Alan Bunce. Cor, 140 min. *Ver Destaque*. (00.35, Canal 1)

Uma Abelha na Chuva

(Port/1971). Real.: Fernando Lopes. Int.: Laura Soveral, Rui Guedes, Zita Duarte. P/B, 85 min. *Ver Destaque*. (00.50, SIC)

SEXTA, 9

Amante Mortal

«Deadbolt» (Can/1992). Real.: Douglas Jackson. Int.: Justine Bateman, Adam Baldwin, Michele Scarabelli, Chris Mulkey. Cor, 89 min. *Drama*. (22.00, TVI)

O Malvado Zaroff

«The Most Dangerous Game» (EUA/1932). Real.: Ernest B. Schoedsack e Irving Pichel. Int.: Leslie Banks, Joel McCrea, Fat Wray, Robert Armstrong. P/B, 60 min. *Ver Destaque*. (23.50, TV 2)

Loucuras de uma Recruta

«Private Benjamin» (EUA/1980). Real.: Howard Zieff. Int.: Goldie Hawn, Eileen Brennan, Armand Assante, Robert Webber. Cor, 106 min. *Ver Destaque*. (00.15, Canal 1)

A Boneca

«Billy» (Fr.). Real.: Marcel Bluwal. Int.: Roger Mirmont, Anna Miasedova, Jean-Michel Dupuis, Marcel Bluwal, Victor Garrivier. Cor, 87 min. *Drama*. (00.40, TVI)

SÁBADO, 10

Pugilista à Força

«The Prize Fighter» (EUA/1979). Real.: Michael Preece. Int.: Tim Conway, Don Knotts, David Wayne, Robin Clarke, Cisse Cameron. Cor, 95 min. *Comédia / Desporto*. (17.00, Canal 1)

A Conquista de Oregon

«Oregon Passage» (EUA/1957). Real.: Paul Landres. Int.: John Ericson, Lola Albright, Toni Gerry, Edward Platt, Judith Ames. Cor, 77 min. *Drama*. (18.05, TVI)

Inocentes em San Quentin

«Police Story: Gladiator School» (EUA/1983). Real.: James Darren. Int.: Robert Conrad, O'Neill, Anthony M. LaPaglia. Cor, 95 min. *Telefilme*. (21.15, TVI)

Mr. e Mrs. Bridge

«Mr. & Mrs. Bridge» (EUA/1990). Real.: James Ivory. Int.: Paul Newman, Joanne Woodward, Blythe Danner, Simon Callow, Kyra Sedgwick. Cor, 124 min. *Ver Destaque*. (23.55, TV 2)

A Sombra do Justiceiro

«Death Wish V: The Face of Death» (Can/1993). Real.: Alan A. Goldstein. Int.: Charles Bronson, Michael Parks, Lesley Anne Down. Cor, 92 min. *Policial*. (00.25, Canal 1)

Inferno em Directo

«Cut and Run» (EUA/1985). Real.: Ruggero Deodato. Int.: Fran Hudson, Mark Ludman, Tommy Allo, Karen Black. Cor, 90 min. *Ação*. (00.50, SIC)

Tótó Fidalgo

«Toto-Signore si Nasce» (It/1960). Real.: Mario Mattoli. Int.: Tótó, Peppino

FILMES

de Filippo, Delia Scala. P/B, 91 min. *Ver Destaque*. (01.15, TVI)

DOMINGO, 11

A Todo o Vapor

«Life on the Mississippi» (EUA/1980). Real.: Peter H. Hunt. Int.: Robert Danning, David Knell, James Keane, Donald Madden. Cor, 110 min. *Autobiográfico*. (17.20, TVI)

Cocoon, A Aventura dos Corais Perdidos

«Cocoon» (EUA/1985). Real.: Ron Howard. Int.: Don Ameche, Wilford Brimley, Hume Cronyn, Brian Dennehy, Jack Gilford. Cor, 112 min. *Ver Destaque*. (18.00, SIC)

Quando o Mundo Nasceu

«One Million Years B.C.» (Gr.Br./1966). Real.: Don Chaffey. Int.: John Richardson, Raquel Welch, Percy Herbert, Robert Brown. Cor, 88 min. *Aventuras*. (19.30, TV 2)

Antes Só Que Mal Acompanhado

«Planes, Trains and Automobiles» (EUA/1987). Real.: John Candy. Int.: Steve Martin, Laila Robins, Michael McKean, Kevin Bacon. Cor, 87 min. *Comédia*. (22.50, SIC)

Escravos do Vício

«Days of Wine and Roses» (EUA/1962). Real.: Blake Edwards. Int.: Jack Lemmon, Lee Remick, Charles Brickford, Jack Klugman. P/B, 112 min. *Ver Destaque*. (00.40, TV 2)

A Mulher Serpente

«Cobra Woman» (EUA/1944). Real.: Robert Siodmack. Int.: Maria Montez, John Hall, Sabu, Edgar Barrier, Lois Collier, Lon Chaney, Jr. Cor, 67 min. *Aventuras*. (01.00, SIC)

SEGUNDA, 12

O Anfitrião Misterioso

«Deadly Game» (EUA/1991). Real.: Thomas J. Wright. Int.: Roddy McDowell, Mark Singer, Frederic Lehne, Michael Beck. Cor, 94 min. *Drama*. (22.00, TVI)

007, Os Diamantes São Eternos

«Diamonds Are Forever» (Gr.Br./1971). Real.: Guy Hamilton. Int.: Sean Connery, Jill St. John, Lana Wood, Charles Gray. Cor, 115 min. *Ver Destaque*. (22.50, SIC)

Menina Rica

(EUA/1991). Real.: Joel Bender. Int.: Jill Schoellen, Don Michael Paul, Cherie Curry. Cor, 120 min. *Drama / Musical*. (00.35, Canal 1)

TERÇA, 13

O Roubo dos Bebés

«Stolen Babies» (EUA/1993). Real.: Eric Laneville. Int.: Lea Thompson, Kathleen Quinlan, Mary Nell Santacroce, Mary Tyler Moore. Cor, 91 min. *Telefilme / Drama*. (22.00, TVI)

«Tina: What's Love Got to do With It»

(EUA/1993). Real.: Brian Gibson. Int.: Angela Bassett, Laurence Fishburn, Jennifer Lewis, Vanessa Bell Calloway, RaeVen Kelley. Cor, 118 min. *Ver Destaque*. (22.15, Canal 1)

Vítima da Fúria

(EUA/1993). Real.: Armand Mastroianni. Int.: Bred Johanson, Jacklin Smith. Cor, 90 min. *Drama*. (01.00, Canal 1)

QUARTA, 14

À Procura de Noiva

«Soup for One» (EUA/1982). Real.: Jonathan Kaufer. Int.: Saul Rubinek, Marcia Strassman, Gerrit Graham, Teddy Pendergrass. Cor, 87 min. *Drama*. (00.05, Canal 1)

Nota: a Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

COMUNA

Lisboa, Pç. de Espanha. Tel. 7271818. De 5ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00: **AQUI**, de Michael Frayn, encenação de Alfredo Brissos. *Sala Estúdio* - De 4ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.30: **COMO SE FOSSE ESSE AMOR**, adaptado de uma obra de Marguerite Duras, encenação de Sofia Ferrão e David Dias, pela Comp. de Teatro Praga.

ESTRELA 60

Lisboa, R. Sto. António à Estrela, 60. Tel. 3953289. 6ª e sáb. às 22.00, dom. às 17.00. **MÃO CHEIA DE NADA**, de Irene Lisboa, encenação de João Brites (*até fim de Fev*).

TEATRO ABC

Lisboa, Pç. Mayer. Tel. 3462001. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **AMAR LISBOA** (Revista à Portuguesa)

TEATRO ABERTO

Lisboa, Pç. de Espanha. Tel. 7970669. De 4ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **O ENSAIO**, de Jean Anouilh, encenação de João Lourenço.

TEATRO DO BAIRRO ALTO

Lisboa, R. Ten. Raúl Cascais, 1-A. Tel. 3961515. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **SPLENDID'S**, de Jean Genet, encenação de Luís Miguel Cintra.

TEATRO CINEARTE

Lisboa, Lg. de Santos. Tel. 3965360. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17h. **PARABENS A VOCÊ**, texto e encenação de Helder Costa, por A Barraca.

TEATRO ESTÚDIO DE MASSARELOS

Porto. De 3ª a sáb. às 21.30. **NÃO MATEM O MANDARIM**, adaptação do texto de Eça de Queiroz, encenação de José Leitão, pelo Teatro Art'Imagem.

TEATRO DA MALAPOSTA

Odivelas, R. de Angola (Olival Basto). Tel. 9388407. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **UMA LIÇÃO DOS ALOËS**, de Athol Fugard, encenação de José Peixoto, pelo elenco do Teatro da Malaposta.

TEATRO MARIA MATOS

Lisboa, Av. Frei Miguel Contreiras. Tel. 8497007. De 5ª a dom. às 22.00: **SALAZAR - DEUS, PÁTRIA, MARIA**, de Maria do Céu Ricardo, encenação de Miguel Abreu (*até fins de Fev*). - Sábados, domingos e feriados, às 16.00: **ALI-BABÁ E OS QUARENTA LADRÕES**, encenação de Fernando Gomes, pelo TIL.

TEATRO MIRITA CASIMIRO

Monte Estoril. Tel. 4670320. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. **INVENTÁRIOS**, de Philippe Minyana, encenação de Carlos Avilez.

TEATRO MUNICIPAL DE ALMADA

Almada, R. Conde Ferreira. Tel. 2752175. De 5ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **MOZART E SALIERI**, de Pushkin, encenação de Joaquim Benite, pela Companhia de teatro de Almada (*até 11.Fev*).

TEATRO MUNICIPAL SÁ DE MIRANDA

Viana do Castelo, R. Sá de Miranda. Tel. 823259. De 3ª a sáb. às 21.30. **A ILUSTRE CASA**, de António Torrado, inspirado no romance de Eça de Queiroz, encenação de Jorge Castro Guedes, pelo Teatro do Nordeste (*até 17.Fev*).

TEATRO MUNICIPAL S. LUIZ

Lisboa, R. Ant. Maria Cardoso. Tel. 3471279. A 6ª, sáb. e 2ª às 21.45, dom. às 17.00. **UMA COMÉDIA ÀS ESCURAS**, de Peter Shaffer, encenação de Mário Viegas, pela Companhia Teatral do Chiado.

TEATRO NACIONAL D. MARIA II

Lisboa, Rossio. Tel. 3422210. *Sala Estúdio* - De 3ª a sáb. às 21.45, dom. às 16.30. **SHIRLEY VALENTINE**, de Willy Russell, encenação de Joaquim Benite.

TEATRO DA TRINDADE

Lisboa, Largo da Trindade. Tel. 3423200. De 3ª a sáb. às 21.45, dom. às 16.00. **WOYSECK**, de George Büchner, encenação de Rodolfo Garcia Vasquez, pelo grupo Os Satyros.

PROGRAMAÇÃO

Quinta, 8

CANAL 1

- 08.00 Notícias
08.15 Remate
08.30 Rua Sésamo
08.55 Notícias
09.05 Blossom
09.35 Um Rapaz e o Mundo
10.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
11.45 Império de Cristal
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Caminhos Cruzados

Sexta, 9

CANAL 1

- 08.00 Notícias
08.15 Remate
08.30 Rua Sésamo
08.55 Notícias
09.05 Blossom
09.35 Um Rapaz e o Mundo
10.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
11.45 Império de Cristal
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Caminhos Cruzados

Sábado, 10

CANAL 1

- 08.00 Programa Infantil/Juvenil
10.55 Clube Disney
12.25 Cybermaster
13.00 Jornal da Tarde
13.15 Top +
14.25 Jornal Jovem
14.55 Polícias do Futuro
15.40 Reencontros
16.35 Paul McKenna
17.00 Pugilista à Força
19.00 Clube dos Totalistas
20.00 Telejornal
20.40 Margens de Erro
21.30 Parabéns
23.50 24 Horas
00.25 A Sombra do Justiciero

TV 2

- 09.00 Universidade Aberta
12.00 Forum Musical
13.00 Parlamento
14.00 Euronews
15.00 Jornada Desportiva
18.00 Para Além do Ano 2000
18.45 Futebol: Guimarães-Marítimo
20.50 Trio de Quatro
22.00 TV2 Jornal
22.35 Tribunal de Polícia
23.00 Remate
23.15 Jogo Falado
23.45 Mr. e Mrs. Bridge

SIC

- 09.00 Buêrére
12.30 Portugal Radical
13.00 National Geographic
14.00 O Juiz Decide
15.00 Top Sic
16.30 Luna Parque
18.00 Futebol: Sporting-Farense
20.00 Jornal da Noite
20.45 História de Amor
22.00 Big Show Sic
23.55 Último Jornal
00.50 Inferno em Directo

TVI

- 10.00 Animação
11.30 As Histórias mais Bonitas

Domingo, 11

CANAL 1

- 08.00 Programa Infantil / Juvenil
12.30 Sem Limites
13.00 Jornal da Tarde
13.15 Made in Portugal
14.10 86-60-86
14.50 A Lei de Burke
15.35 O Jogador
16.30 Os Jacksons - Um Sonho Americano
17.20 Emoções Fortes
17.55 Robocop
18.35 Mr. Bean
19.05 Casa Cheia
20.00 Telejornal
20.45 Futebol: Belenenses-Benfica
22.45 Quem É o Quê
00.05 24 Horas
00.35 Paixões
01.30 No Calor da Noite

TV 2

- 09.00 Caminhos
09.30 Novos Horizontes
10.00 70 x 7
10.30 Missa
11.25 Histórias de Cá e Lá
11.50 Regiões
12.55 Euronews
14.00 Golo Europa
14.30 Jornada Desportiva
19.00 O Homem e a Cidade - «Almada»
19.30 Quando o Mundo Nasceu
21.10 Os Mistérios da Bíblia
22.00 TV2 Jornal
22.30 Os Malucos do Ar
23.05 Domingo Desportivo
00.40 Escravos do Vício

SIC

- 09.00 Buêrére
13.00 Vida Selvagem
14.00 Internacional Sic
14.30 Dupla Traição
15.30 As Aventuras de Bruce Lee
16.00 O Guarda-Costas
17.00 Walker, o Ranger do Texas
18.00 Cocoon - A Aventura dos Corais Perdidos
20.00 Jornal da Noite
20.45 História de Amor

Segunda, 12

CANAL 1

- 08.00 Notícias
08.15 Remate
08.30 Rua Sésamo
08.55 Notícias
09.05 Blossom
09.35 Um Rapaz e o Mundo
10.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
11.45 Império de Cristal
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Caminhos Cruzados
14.20 Malha de Intrigas
15.05 Vizinhos
15.55 Infantil/Juvenil
16.45 Dias Úteis
17.50 Pedra sobre Pedra
19.30 Golo!
20.00 Telejornal
20.45 Roseira Brava
21.40 Marco Paulo com Música no Coração
22.45 The Hanging Gale
23.45 24 Horas
00.15 Remate
00.30 Menina Rica

TV 2

- 16.30 A Casa do Caçador
17.30 Rua Sésamo
18.00 Um, Dó, Lí, Tá
19.35 As Grandes Batalhas da 2ª Guerra Mundial
20.35 Condoret
21.15 À Roda do Mundo
21.45 Remate
22.00 TV2 Jornal
22.35 Acontece
22.50 Segunda Parte
00.25 Musical - «The White Room» - 2

SIC

- 11.00 Dias Felizes
11.40 As Receitas do Dia
12.10 Felicidade
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Imigrantes
15.10 Os Donos do Jogo
15.40 Buêrére
17.30 Notícias
17.30 Praça Pública
17.45 Renascer



Um documentário sobre o trabalho em Portugal, ano passado, do grupo dinamarquês Odin Teatret, notável no «teatro de rua», na habitual rubrica de teatro de terça-feira na TV2



«Os Jacksons - Um Sonho Americano» (domingo à tarde no Canal 1) é «a maravilhosa história» dos Jacksons Five. Segundo a série, Michael Jackson seria assim, quando menino...

- 14.15 Malha de Intrigas
15.10 Vizinhos
16.00 Infantil/Juvenil
16.45 Os Dias Úteis
17.50 Pedra sobre Pedra
19.30 Golo!
20.00 Telejornal
20.40 Roseira Brava
21.30 Tudo pelos Outros
22.15 No Trilho do Nuclear
23.15 Murphy Brown
23.45 24 Horas
00.15 Remate
00.35 Dez Passos Imortais

- 14.15 Malha de Intrigas
15.10 Vizinhos
16.00 Infantil/Juvenil
16.45 Dias Úteis
17.50 Pedra sobre Pedra
19.30 Golo!
20.00 Telejornal
20.50 Roseira Brava
21.30 Isto É o Agildo
22.20 Roberta Miranda no Coliseu
23.25 24 Horas
23.55 Remate
00.15 Loucuras de Uma Recruta

TV 2

- 16.30 Terra X
17.25 Rua Sésamo
17.50 Um, Dó, Lí, Tá
18.55 Andebol: ABC-Fotex
20.30 Noite da Raposa
21.20 Dinheiro em Caixa
21.45 Remate
22.00 TV2 Jornal
22.35 Acontece
22.50 Onde Quer que Estejas
00.30 Ver Artes
01.00 Musical: «Anita O'Day»

TV 2

- 16.30 Motociclismo
17.35 Rua Sésamo
18.00 Um, Dó, Lí, Tá
18.55 Arte em Imagens
19.25 Artes e Letras - «Monsieur Hergé»
20.25 Irmãs
21.15 Máquinas
21.45 Remate
22.00 TV2 Jornal
22.35 Acontece
22.50 Actual - Reportagem
23.50 O Malvado Zaroff

SIC

- 11.00 Dias Felizes
11.40 As Receitas do Dia
12.10 Felicidade
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Imigrantes
15.10 Os Donos do Jogo
15.40 Buêrére
17.10 Notícias
17.20 Praça Pública
17.55 Renascer
19.00 Cara e Coroa
20.00 Jornal da Noite
20.45 Os Trapalhões
21.20 Explode Coração
22.20 Táxi
23.20 A Noite da Má Língua
00.35 Último Jornal
00.50 Uma Abelha na Chuva

SIC

- 11.00 Dias Felizes
11.40 As Receitas do Dia
12.10 Felicidade
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Imigrantes
15.10 Os Donos do Jogo
15.40 Buêrére
17.10 Notícias
17.20 Praça Pública
17.55 Renascer
19.00 Cara e Coroa
20.00 Jornal da Noite
20.55 Os Malucos do Riso
21.35 Explode Coração
22.35 Marina Dona Revista
24.00 Os Donos da Bola
01.20 Último Jornal
01.35 Playboy

TVI

- 10.00 Jornal do Mundo
10.30 Morena Clara
11.30 Clube da Manhã
13.00 Quem Sai aos Seus...
13.30 Jornal da Uma
14.15 Primeira Mão
14.35 África Nossa
15.00 A Escolha É Sua
16.30 A Hora do Recreio
17.25 Notícias
17.50 A Fúria do Destino
19.00 O Jogo da Vida
19.30 Novo Jornal
20.30 Negócios em Dia
20.50 O Justiciero
21.45 Fora de Jogo
22.00 Vem Dançar
23.50 TVI Jornal
00.20 Rua Jump, 21

TVI

- 10.00 Caixa de Perguntas
10.30 Morena Clara
11.30 Clube da Manhã
13.00 Quem Sai aos Seus...
13.30 Jornal da Uma
14.20 Primeira Mão
14.35 Um Anjo na Terra
15.35 A Escolha É Sua
16.30 A Hora do Recreio
17.25 Jornal Nacional
17.50 A Fúria do Destino
19.00 O Jogo da Vida
19.30 Novo Jornal
20.30 Negócios em Dia
20.50 O Justiciero
21.45 Fora de Jogo
22.00 Amante Imoral
23.40 Grande Plano
00.10 TVI Jornal
00.40 A Boneca



«Pour D. Carlos» é Carlos Paredes e a sua música - um documentário a não perder, produzido em 1990 para televisão e nunca exibido entre nós. No «Actual Reportagem» de amanhã, sexta-feira, às 22.50

- 12.00 Visto Isto
12.30 Novos Ventos
13.00 Jornal da Uma
13.25 Contra-Ataque
15.00 Tênis - Torneios ATP
15.30 A Hora do Recreio
16.30 Doutores e Engenheiros
18.05 A Conquista de Oregon
19.30 Telejornal
20.10 Diagnóstico: Crime
21.15 Inocentes em San Quentin
23.00 Campeonato Espanhol de Futebol
00.45 Últimas Notícias
01.05 Tó6 Fidalgo

- 21.45 Chuva de Estrelas
22.50 Antes Só Que Mal Acompanhado
00.45 Último Jornal
01.00 A Mulher Serpente

TVI

- 10.00 Clube da Manhã
11.00 O 8º Dia
12.30 Missa
13.30 Portugal Português
15.00 Jornal do País
15.40 Olhó Popular
17.40 A Todo o Vapor
19.30 Telejornal
20.15 Menina Prodígio
20.45 Jogo do Ganso
22.50 Bolsa Imobiliária
23.20 Últimas Notícias
23.35 Irmãos de Sangue

- 18.55 Cara e Coroa
20.00 Jornal da Noite
20.50 Explode Coração
22.00 Ponto de Encontro
22.50 007 - Os Diamantes São Eternos
01.10 Último Jornal
01.30 Flash Back

TVI

- 10.00 Novos Ventos
10.30 Morena Clara
11.30 Clube da Manhã
13.00 Quem Sai aos Seus...
13.30 Jornal da Uma
14.20 Primeira Mão
14.35 África Nossa
15.35 A Escolha É Sua
16.30 A Hora do Recreio
17.25 Notícias
17.50 A Fúria do Destino
19.00 O Jogo da Vida
19.30 Novo Jornal
20.30 Negócios em Dia
20.50 O Justiciero
21.45 Fora de Jogo
22.00 O Anfitrião Misterioso
23.50 TVI Jornal + Primeira Filá
00.50 Portugal Português

Terça, 13

CANAL 1

- 08.00 Notícias
08.15 Remate
08.30 Rua Sésamo
08.55 Notícias
09.05 Blossom
09.35 Um Rapaz e o Mundo
10.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
11.45 Império de Cristal
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Caminhos Cruzados
14.20 Malha de Intrigas
15.05 Vizinhos
15.55 Infantil/Juvenil
16.45 Dias Úteis
18.00 Pantanal
19.30 Golo!
20.00 Telejornal
20.45 Roseira Brava
21.30 A Mulher do Sr. Ministro
22.15 Tina: What's Love Got to Do With It
24.00 24 Horas
00.30 Remate
01.00 Vítima da Fúria

TV 2

- 16.40 Golo Europa
17.40 Rua Sésamo
18.00 Um, Dó, Lí, Tá
19.20 Rotações
20.15 Objectivo: Descoberta
21.15 Lendas e Narrativas
21.45 Remate
22.00 TV2 Jornal
22.35 Acontece
22.50 Teatro
00.45 A Par e Passo

SIC

- 11.00 Dias Felizes
11.40 As Receitas do Dia
12.10 Felicidade
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Imigrantes
15.10 Os Donos do Jogo
15.40 Buêrére
17.30 Notícias
17.45 Renascer
19.00 Cara e Coroa
20.00 Jornal da Noite
20.45 Explode Coração
21.50 Ai, os Homens!
23.30 Cross Fire
00.35 Último Jornal
00.50 No Fim do Mundo

TVI

- 10.00 Animais em Acção
10.30 Morena Clara
11.30 Clube da Manhã
13.00 Quem Sai aos Seus...
13.30 Jornal da Uma
14.20 Primeira Mão
14.35 África Nossa
15.35 A Escolha É Sua
16.30 A Hora do Recreio
17.25 Notícias
17.50 A Fúria do Destino
19.00 O Jogo da Vida
19.30 Novo Jornal
20.30 Negócios em Dia
20.50 O Justiciero
21.45 Fora de Jogo
22.00 O Roubo dos Bebés
23.50 TVI Jornal
00.20 Jornal de Negócios
00.50 Rua Jump, 21

Quarta, 14

CANAL 1

- 08.00 Notícias
08.15 Remate
08.30 Rua Sésamo
08.55 Notícias
09.05 Blossom
09.35 Um Rapaz e o Mundo
10.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
11.45 Império de Cristal
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Caminhos Cruzados
14.20 Malha de Intrigas
15.05 Vizinhos
15.55 Infantil/Juvenil
16.45 Dias Úteis
18.00 Pantanal
19.30 Golo!
20.00 Telejornal
20.50 Roseira Brava
21.45 Humor de Perdição
22.15 Prova Oral
23.15 24 Horas
00.05 À Procura de Noiva

TV 2

- 17.30 Rua Sésamo
18.00 Um, Dó, Lí, Tá
18.55 Andebol
20.35 Uma Cidade, Dois Mundos
21.05 Planeta Terra
21.45 Remate
22.00 TV2 Jornal
22.35 Acontece
22.50 O Mundo de Audubon
23.50 Musical - «Jack Sheldon in New Orleans»

SIC

- 11.00 Dias Felizes
11.40 As Receitas do Dia
12.10 Felicidade
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Imigrantes
15.10 Os Donos do Jogo
15.40 Buêrére
17.10 Notícias
17.20 Praça Pública
17.55 Renascer
19.00 Cara e Coroa
20.00 Jornal da Noite
20.55 Barba e Cabelo
21.25 Explode Coração
22.15 Casos de Polícia
23.20 Minas e Armadilhas
00.35 Último Jornal
00.50 Toda a Verdade

TVI

- 10.00 O 8º Dia
10.30 Morena Clara
11.30 Clube da Manhã
13.00 Quem Sai aos Seus...
13.30 Jornal da Uma
14.15 Primeira Mão
14.35 Um Anjo na Terra
15.35 A Escolha É Sua
16.30 A Hora do Recreio
17.25 Notícias
17.50 A Fúria do Destino
19.00 O Jogo da Vida
19.30 Novo Jornal
20.30 Negócios em Dia
20.50 O Justiciero
21.45 Fora de Jogo
22.00 Picket Fences
23.00 Os Novos Intocáveis
24.00 TVI Jornal
00.30 Jornal do Mundo
01.00 Rua Jump, 21

Por isto e por aquilo...

Onde Quer que Estejas

(Quinta, 22.50, TV2)

Co-produzido pela Polónia, a Inglaterra e a Alemanha Federal, Onde Quer Que Estejas é um filme do realizador polaco Krzysztof Zanussi cujo argumento se situa no pós-II Guerra Mundial, numa Polónia completamente destruída, e em que, num longo flash-back, um homem recorda o seu passado recente e o período social e familiar imediatamente anterior à barbárie nazi. Um filme de intenso dramatismo, com excelentes interpretações de Julian Sands e Renée Soudendijk.

Dez Passos Mortais

(Quinta, 00.35, Canal 1)

Debruçando-se principalmente sobre o lado pessoal da vida de Franklin Delano Roosevelt - e, em particular, acompanhando a sua luta persistente contra a paralisia que o atacou no início dos anos 20 - este filme é considerado uma visão profundamente afectiva daquele que foi o Presidente dos EUA num período conturbado deste país. Ralph Bellamy, que conquistara um Tony pela sua interpretação em palco, é aqui acompanhado por Greer Garson.

Uma Abelha na Chuva

(Quinta, 00.50, SIC)

Adaptação do romance homónimo de Carlos de Oliveira, este filme constitui, ainda e sempre, a melhor obra do cineasta português Fernando Lopes e um dos melhores filmes da época do chamado cinema novo português. Com uma admirável fotografia a preto-e-branco e interpretações sóbrias por parte de Rui Guedes e Laura Soveral, o filme foca, através dos conflitos vividos por um casal, a paragem no tempo da sociedade rural portuguesa. Como um dos mais engenhosos achados do filme, é de destacar o curioso tratamento que, por um lado, ao nível da imagem e do texto, e, por outro lado, ao nível da banda sonora, é dado à introdução no filme de uma simbiose entre a representação em palco (por uma companhia de teatro amador) de Amor de Perdição, de Camilo, e a música da ópera A Força do Destino, de Verdi. A projecção do filme é antecedida pelo documentário Fado, Lisboa 68, do realizador António Macedo, com Alfredo Marceneiro, Herminia Silva e Carlos Paredes.

O Malvado Zaroff

(Sexta, 23.50, TV2)

Considerado uma obra-prima dos filmes de aventuras, esta obra realizada por Ernest B. Schoedsack e Irving Pichel conta-nos a história incrível de um conde sádico que, vivendo no seu castelo erguido numa ilha rodeada de corais, se entretém a empreender o salvamento de naufragos que se aventuram junto à costa para depois os ameaçar de morte caso não consigam escapar à verdadeira «caça ao homem» que constitui o seu desafio maior. Leslie Banks, Joel McCrea e Fay Wray são alguns dos intérpretes em destaque.



Joanne Woodward e Paul Newman são Mr. e Mrs. Bridge no filme homónimo de James Ivory

Loucuras de uma Recruta

(Sexta, 00.15, Canal 1)

Filme de intenções claramente «feministas», Loucuras de uma Recruta apresenta-nos a evolução de uma «menina pateta» de Filadélfia para a personagem de uma mulher de corpo inteiro - ao servir como recruta no Exército. Embora inspirado em anteriores comédias de tom semelhante em que os protagonistas principais são do sexo masculino, o realizador Howard Zieff consegue com pequenos toques reformular os clichés habituais de tais comédias e, apoiando-se no excelente desempenho de Goldie Hawn, dar corpo a um filme que as referências sublinham



Um fotograma de «Loucuras de Uma Recruta», de Howard Zieff, com Goldie Hawn no principal papel

como extremamente interessante e em que as habituais piadas soam como novas ou diferentes, embora por vezes a imagem do macho surja tão fortemente caricatural que o resultado final arrisca-se a fazer atenuar, no espectador masculino, a eventual simpatia pelo «feminismo» do tema. Um filme que, recentemente, já esteve pelo menos uma vez anunciado para o mesmo canal.

Mr. e Mrs. Bridge

(Sábado, 23.55, TV 2)

À parte as (esperadas) magníficas interpretações de Paul Newman e de sua mulher Joanne Woodward e da impecável reconstrução de época a que o realizador James Ivory sempre nos habituou, diz-se que este filme que nos conta a his-

tom de deliciosa comédia, Cocoon é a história de uma comunidade de idosos reformados, em St. Peterburgh, na Flórida, que descobrem uma fonte de rejuvenescimento que os transporta ao planeta Antares... Para além da magia da atmosfera do filme, cujos efeitos especiais por vezes evocam Encontros Imediatos de Terceiro Grau, muito do que é «maravilhoso» neste filme é-nos transmitido pelas prestações admiráveis de alguns consagrados intérpretes de Hollywood, entre os quais Jessica Tandy e, sobretudo, Don Ameche, que alcançou com este filme o Oscar para o Melhor Actor Secundário. Um filme já passado várias vezes nos outros canais nacionais.

Escravos do Vício

(Sábado, 00.40, TV 2)

Um dos melhores filmes da semana, curiosamente saído da obra de um cineasta irregular na sua longa carreira. Mas, funcionando como uma espécie de intermezzo na primeira parte da filmografia de Blake Edwards, Escravos do Vício destaca-se pelo arrojado tratamento dado a um tema que impressionou um dos seus intérpretes principais, Jack Lemmon, a ponto de ser ele um dos principais impulsionadores da sua produção. É a história de um homem que, incapaz de enfrentar os problemas da vida, se entrega ao vício do álcool e, com ele, arrasta a mulher com quem casara. Uma obra que, baseada na adaptação de um telefilme realizado em 58 por John Frankenheimer, constitui, a par de The Lost Weekend, de Billy Wilder, uma das mais frontais abordagens sobre o alcoolismo que o cinema jamais nos deu.

007, Os Diamantes São Eternos

(Segunda, 22.50, SIC)

Confrontado com o súbito desaparecimento de diamantes no mercado internacional, o agente secreto James Bond é encarregado de desenvolver investigações em França e na Holanda até que descobre um gang que pretende dominar o mundo através do envio para o espaço de uma arma munida de raios laser. Cada vez mais espectacular, esta série continua a ser abrilhantada por Sean Connery.

Tina:

What's Love Got to do With It

(Terça, 22.15, Canal 1)

Outro filme que, desde Outubro do ano passado, já esteve pelo menos duas vezes programado para o mesmo Canal 1 - e, desde então, ainda não conseguiram arranjar-lhe um título em português! Trata-se de um filme biográfico que traça o percurso acidentado de uma das maiores estrelas da música pop negra: Tina Turner. Mas não só. Como filme também musical, dois aspectos sobressaem sobre todos os outros: em primeiro lugar, a excelente e adequada encenação de Brian Gibson, um realizador britânico, desenvolve q.b. nos números de palco, e depois a brilhante actuação (distinguida, aliás, com duas nomeações para os Oscars) dos dois intérpretes que desempenham as personagens de Ike e Tina Turner - Laurence Fishburne e Angela Bassett, esta dobrada pela própria Tina. Quanto ao resto, sem dúvida que êxitos musicais como Make Me Over, Think It's Gonna Work Out Fine, A Fool in Love ou Proud Mary, entre tantos outros, nos são devolvidos com a maior das intensidades e verosimilhança.



Jack Lemmon e Lee Remick, numa cena de «Escravos do Vício»; um filme de Blake Edwards



Angela Bassett, interpretando a cantora Tina Turner em «What's Love Got to do With It», de Brian Gibson

■ Francisco Costa

As coisas já não são o que eram?

Tempos houve, na RTP, em que os reflexos de quaisquer mudanças ao nível do Poder constituíam, em termos exteriores, para o espectador, sinais de um autêntico reboiço. Que digo eu? Nem era preciso tanto! Bastava que a hora oficial mudasse, que o Inverno cedesse o passo à Primavera ou que as primeiras folhas caídas do Outono anunciassem o fim do Verão. E era ver como os seus responsáveis, aparentemente animados de novas ideias e energias, se desunhavam para nos fazer crer que agora é que era: agora é que haveria novos programas, novas caras, novos comentadores, novos analistas, novas telenovelas, novos concursos, novos apresentadores, novas vedetas. E tudo devidamente apoiado nas ligações e extensões de influência em relação à imprensa - as chamadas revistas «da especialidade» - que se alimenta e nos alimenta destas periódicas excitações, espicaçando-nos o interesse pelo que se diz ser novidade ou sempre atenta à vida matrimonial, aos gostos culinários, à sorte ditada pelos signos ou aos hábitos de vestir e passar as férias das mais célebres personalidades do nosso pequeno *écran*.

Mas não só: conscientes de que o «papel de embrulho» era absolutamente decisivo para melhor «vender» esses novos produtos tele-

As promessas da «Nova Maioria»

Desta vez, tudo parece ser diferente e, apesar de tudo, já apetece perguntar quando é que, afinal, há algo de novo. Como justificadamente assinalaram os cronistas da especialidade, a vitória da «Nova Maioria» em 1 de Outubro fazia alimentar as expectativas quanto aos novos caminhos a percorrer pela RTP, sobretudo no que se referia à defesa do seu importante papel de zelador pelo «serviço público» de televisão no nosso país. Paralelamente, a opinião pública dava-se conta das chorudas negociatas e das vigarices sem conta que alguns dos seus mais destacados e anteriores responsáveis haviam praticado - sempre favorecendo a habitual meia dúzia de produtores e colaboradores externos - e que haviam contribuído para o estado ruinoso da empresa, para a estagnação e destruição da sua própria capacidade produtiva, para o subaproveitamento dos seus melhores profissionais.

E prometia-se que tudo haveria de ser feito no sentido de rever estas situações e para reconduzir a RTP a um estatuto de dignidade, correspondente e exigível.

endo cortar. Não há proliferação de entrevistas cheias de novidades mais ou menos sensacionalistas, escasseiam as declarações públicas de carácter triunfalista em relação à superioridade sobre a concorrência, fica sempre implícita a ideia de que se continua a estudar afinadamente um novo e exigente projecto de televisão que permita corresponder ao muito que foi prometido. Ótimo!

O problema maior é que, do ponto de vista dos «sinais exteriores» que as emissões da RTP nestes últimos dois meses permitem detectar - e descontando o desaparecimento de abundantes «chutos» nas veias em «grande plano» nos telejornais e as chamadas de atenção no Canal 1 para a programação da TV2 - na aparência nada de particularmente inovador e diferente até agora foi levado a cabo para minimamente reformar ou tornar, do ponto de vista da *imagem externa*, o que era já insuportável na anterior orientação. Pelo contrário, no âmbito do primeiro canal, foram até estreados programas com um *design* e um teor mais do que lamentáveis - como é o caso de «Tudo pelos Outros», em tudo se identificando com a estética (já amplamente divulgada pela SIC) dessa fábrica holandesa de açambarcamento de produtos televisivos que dá pelo sugestivo nome de Endemol, mais próprio aliás da marca de um qualquer laxante...

No campo das telenovelas, parece manter-se inalterável o número das que atafulham horas e horas de emissão - e, para cúmulo, a telenovela portuguesa «Roseira Brava» é das coisas mais retrógradas e desajustadas da realidade portuguesa que nos foi dado ver em 20 anos de TV democrática no nosso país, o que diz bem dos propósitos ideológicos daquela produção externa. Jamais será assim que o «serviço público de televisão» irá promover a criação ficcional de origem portuguesa ou defenderá a dignidade e oportunidade de trabalho para actores, artistas e técnicos portugueses. E, a este propósito, é de estranhar o tom de autocontentamento expresso, por exemplo, num dos *spots* transmitidos pelo Canal 1 e no qual, bem ao jeito do antigamente, com indistigável entusiasmo se promoviam alguns dos chamados «serões portugueses na sua televisão» - 2ª-feira: «Noite de Reis»; 3ª-feira: «A Mulher do Sr. Ministro»; 4ª. feira: «Nico d'Obra»; 5ª-feira: «Tudo Pelos Outros»; 6ª-feira: «Isto é o Agildo»; Sábado: «Parabéns»; Domingo: «Quem é o Quê?» - como se, afinal, a herança e o forçado respeito por contratos anteriormente firmados nem sequer permitissem quaisquer arranjos, ajustamentos ou transferências no preenchimento da programação (e em particular na do chamado «horário nobre») de forma a que outro tipo de programas e rubricas desde já pudessem constituir um qualquer sinal de arejamento mínimo e de paulatina e controlada renovação de conteúdos e de propostas.

E que dizer do continuado desrespeito pelos horários e do incumprimento da programação anunciada, das constantes e reiteradas ilegalidades em matéria de respeito pelo Código de Publicidade e outras directivas europeias, da completa incoerência e desregra-

mento do conteúdo da programação cinematográfica no Canal 1, em particular nas «Últimas Sessões» - matérias em que a nova direcção de programas a nada está obrigada por compromissos contratuais anteriores? E como aceitar a manutenção, nos moldes até agora seguidos, de concursos aberrantes e estupidificantes como «Golo! Golo!» ou «Clube dos Totalistas» ou a desmesurada duração do programa «Segunda Parte» na TV2, revisitando e remoendo longamente à segunda-feira (já com inevitável falta de dinamismo e actualidade) o fim-de-semana desportivo? Será que, sempre à espera de melhores dias, não é entretanto possível um mínimo de esforço para reformular o que de pior nos foi legado pelos anteriores responsáveis da RTP?

O anúncio de uma reorganização no organigrama interno da empresa (acarretando, por um lado, o aumento de lugares de chefia e direcção e, por outro, o despedimento de trabalhadores), a notícia de processos disciplinares instaurados a quem denuncia situações de gravíssima irregularidade pertencentes à anterior gestão e alguns aspectos fundamentais da recente entrevista dada ao «Diário de Notícias» por Manuela Morgado, Presidente do Conselho de Administração da RTP - na qual uma perspectiva quase em exclusivo «economicista» se sobrepunha a outras preocupações de natureza qualitativa ou cultural -, são, para já, sinais pouco tranquilizadores do sentido que se pretende dar ao «serviço público» de televisão no nosso país.

Na realidade, da mesma forma que António Vitorino se parece cada vez mais com Marques Mendes, também não há meio de a RTP da «Nova Maioria» se distanciar da RTP do «cavaquismo».

Oxalá nos enganemos.



visivos, os iluminados estrategos da RTP tratavam de arranjar novos *spots* de autopromoção, novos separadores, novos indicativos e mesmo novos genéricos (quantas vezes encomendando-os no estrangeiro por milhares de contos) que se destinavam a artificialmente embelezar aspectos essenciais da nova programação - por exemplo, os programas de informação. Neste campo, as coisas não se ficavam só por aí: arranjavam-se novos cenários, se possível povoados de fileiras de televisores com as imagens de inúmeros outros canais (nesse tempo, uma originalidade!), de amplas e confortáveis cadeiras de napa onde os «novos» líderes de opinião iriam refastelar-se a discorrer sobre o nosso presente e o nosso futuro, tudo entremeadado de globos terrestres ou mapas-mundi mais ou menos coloridos e de mesas e outros apliques em plástico transparente que não só reluziam abundantemente sob os projectores como deixavam entrever, por vezes, tal ou tal joelho de contornos mais assinaláveis...

Mas o cume de tão propagandeada renovação costumava ser, sem dúvida, o lançamento público da «nova grelha de programas», essa mundanice tão lusitana - aquilo que, finalmente, iria materializar a «chave do sucesso»! Para tal, arranjava-se um *cocktail* na sala X do hotel Y, convidava-se a imprensa, os autores dos novos programas e das novas séries, as caras mais conhecidas das produtoras externas que haviam sacado o negócio e outra gente tresmalhada do cada vez mais promiscuo *jet set*, amigos dos novos directores, administradores e respectivas esposas. Todos procurando afanosamente os lugares das primeiras filas para nos poderem deliciar e reconfortar com os seus largos e alarves sorrisos, cheios de felicidade e de contentamento pelo dever que se dizia iriam cumprir.

Por exemplo, ainda em Novembro, numa entrevista publicada no jornal «Tal & Qual», o Secretário de Estado da Comunicação Social, Arons de Carvalho, referia-se à nova situação em termos que ajudavam a acalantar as mais justificadas esperanças e as melhores garantias de que se pretendia arripiar caminho, comentando entre outros aspectos que «a RTP tem de abandonar esta competição absurda que tem mantido com os dois canais comerciais privados (...) tem uma vocação de sentido público e a ela deve regressar (...) a RTP-1 será uma televisão de referência, popular mas digna e de sentido público. E a TV-2 será uma estação vocacionada para a emissão de programas de alta qualidade e para a prestação do serviço público».

Comemorados, há pouco, os primeiros 100 dias de Governo do Partido Socialista, contados mais de dois meses de nomeação e actividade dos novos responsáveis pela Administração e Direcção da RTP - em relação aos quais, na altura, foram traçados os mais rasgados elogios que as suas exaltadas qualidades profissionais justificariam - o espectador continua a interroga-se, com razão, sobre a tão esperada concretização dessas promessas.

O que parece é?

Deste ponto de vista, é positivamente assinalável que a nova mentalidade que preside a sectores decisivos da RTP - como são as áreas da programação e da informação - pareça fazer pautar a sua actividade por aquilo a que agora se chama *low profile* fazendo a diferença em relação ao passado recente e com ele na aparência preten-

ATALE de FOICE

A angústia dos boys

Chegou-nos às mãos uma lista extraordinária elaborada pela Secção de Lamego do PS, assinada pelas «cordiais saudações socialistas» do presidente da respectiva comissão política e remetida aos órgãos superiores do Partido Socialista.

A lista é explicada por uma nota introdutória que diz assim, preto no branco: «Junto envio um conjunto de nomes de personalidades deste concelho, que deveriam ocupar alguns cargos de nomeação política existentes neste concelho, em substituição dos actuais».

A introdução acrescenta algumas considerações ornamentais género «aqueles que em nós confiaram em 1 de Outubro esperam angustiados que isto aconteça» e depois apresenta, sem qualquer angústia, uma minuciosa lista de 12 reivindicações.

Logo à cabeça, são avançados os nomes concretos das personalidades que «deverão» dirigir o Hospital Distrital de Lamego, o Centro da Área Educativa Douro-Sul e a Zona Agrária.

Para o Centro de Saúde, a EDP, o IIEFP, o Instituto Flórestal e o Complexo Desportivo recomenda-se, entre parêntesis, um taxativo «manter», acrescentando-se para este último a sugestão de «nomear director adjunto».

Quanto ao Museu de Lamego lança-se, com generosidade, uma alternativa: «manter e aguardar formação de quadros», «a não ser que seja possível a nomeação do dr. Aurélio Paulo Barradas».

No que toca ao Instituto Politécnico de Viseu - Pólo de Lamego e o Instituto da Juventude de Lamego, a Secção do Partido Socialista não está com meias medidas e determina a sua criação.

Finalmente, para o Centro Regional de Segurança Social (CRSS) o mistério de um ponto de interrogação à frente deste organismo estatal, que ocupa o 9º lugar no ranking das nomeações socialistas em Lamego. Estamos todavia em crer que a hesitação há-de ser ultrapassada com sucesso.

Não se julgue, entretanto, que este entendimento de «serviço à lista» para a nomeação de cargos governamentais é um exclusivo da Secção de Lamego do PS.

Só mais dois exemplos.

Em carta enviada ao Secretário de Estado da Energia, a Comissão Coordenadora dos Núcleos Socialistas da EDP recorda que na reestruturação da empresa feita pelo PSD «de um total de cerca de 40 administradores apenas três eram afectos ao PS», critica as recentes nomeações do Governo Guterres que «reduziram de três para dois» o número desses «administradores socialistas» e adverte que «os núcleos socialistas não podem aceitar tal estado de coisas».

Um «estado de coisas» que se resume a 40 lugares na administração da EDP. Quanto ao estado de coisas - esse sim, dramático - que o desmembramento da EDP impôs a milhares dos seus trabalhadores, isso não incomoda os «núcleos socialistas da EDP»...

Um último exemplo, agora da FAUL - Secção das Telecomunicações. Depois de florear durante meia página sobre a grandeza das «vitórias consecutivas do PS», vai ao que interessa e avisa que «não se pode exigir ao Partido Socialista a manutenção da rede clientelar que o governo PPD instalou» no sector, pelo que «os trabalhadores das Telecomunicações têm por isso todo o direito e legitimidade para exigirem MUDANÇA nas empresas». Está-se mesmo a ver com que «trabalhadores» pensa esta Secção da FAUL fazer a MUDANÇA da «rede clientelar» nas telecomunicações. Uma pista: nenhum desses trabalhadores precisa de outras redes, como a do metropolitano ou a de autocarros, para fazer a comunicação de casa ao trabalho.

Entretanto, por este caminho a corrida ao tacho dentro do Partido Socialista ameaça tornar-se em maratona nacional.

Quanto à promessa feita por António Guterres na campanha eleitoral garantindo «no jobs for boys», parece que ninguém a ouviu.

Ou então António Guterres é o único que sabe inglês dentro do PS.

■ HC

Orçamento suscita ao PCP discordâncias e críticas

“O Orçamento do Estado que acabou de nos ser apresentado suscita ao PCP, desde já, grandes apreensões e algumas profundas discordâncias”, disse ontem ao “Avante!” Octávio Teixeira.

O presidente do Grupo Parlamentar Comunista adiantou: “Desde logo porque o Governo insistiu em elaborar um Orçamento à partida e prioritariamente condicionado pelos indesejados critérios de Maastricht, em detrimento da análise e satisfação realista das necessidades da economia e sociedade portuguesas.

“Por outro lado, porque o Governo do PS prevê um volume de receitas das privatizações que mostra estar o Governo apostado em privatizar mais e ainda mais depressa que os Governos do PSD, fundamentalmente com o objectivo de obter receita orçamental. Este Governo parece querer privatizar tudo

o que resta, e já.

“Ainda porque as transferências orçamentais para a Segurança Social se ficam aquém do que foi transferido em 1995, suscitando-se as maiores dúvidas sobre a cobertura efectiva das despesas com a Segurança Social. Tal como, ao menos aparentemente, são reduzidos os investimentos na Agricultura e na Educação.

“Finalmente porque em matéria fiscal o Governo não prevê qualquer redução nos chorudos benefícios fiscais concedidos,

particularmente, ao sector financeiro e às operações financeiras.

“Em suma, e numa primeira análise, o Orçamento de Estado para 1996 parece seguir, nas suas linhas essenciais, as orientações que têm presidido aos orçamentos dos Governos do PSD”.



Transportes admitem recorrer à greve

No plenário nacional de representantes dos trabalhadores dos transportes, realizado anteontem em Lisboa, foi manifestada a disposição de travar uma forte luta para impedir que se torne lei o conteúdo do «acordo de concertação social de curto prazo», sobretudo no que se refere à tentativa de imposição por via legal dos princípios da polivalência profissional e da flexibilização dos horários de trabalho.

Denunciando as graves consequências que teria para os trabalhadores dos transportes a consagração legal daquelas regras (e referindo exemplos já conhecidos da sua aplicação

abusiva após processos de privatização, nomeadamente nas empresas que resultaram da Rodoviária Nacional), houve mesmo quem apontasse o recurso à greve como forma de luta a adoptar.

Amável Alves, da Comissão Executiva da CGTP-IN, ao apresentar uma proposta de resolução no início dos trabalhos, sublinhou a necessidade de alargar o esclarecimento e a mobilização dos trabalhadores e apelou a que ficasse definido que já em Março deverá ter lugar uma acção no sector.

O documento que serviu de base à discussão - num plenário que trouxe à Casa do Alentejo membros de estruturas

representativas dos trabalhadores dos transportes terrestres, aéreos e marítimos de todo o País - considera que o acordo assinado pelo Governo, as confederações patronais e a UGT «deve ser entendido como a satisfação plena das principais reivindicações do patronato», uma vez que «adia a entrada em vigor da redução horária, avança com a flexibilização do horário de trabalho por via legal, e avança com a polivalência com carácter habitual e obrigatório».

Na proposta exige-se a aplicação imediata do horário máximo de 40 horas semanais, sem quaisquer contrapartidas, reafirma-se a necessidade de recuperar o poder de compra dos salários, denuncia-se «a contradição flagrante de quem, ainda há alguns meses, combatia a política do Governo cavaquista e agora, sendo poder, adopta medidas semelhantes, nomeadamente na afronta aos interesses dos trabalhadores», e reivindica-se o início de negociações entre o Governo e os representantes dos trabalhadores.

Função Pública não aceita

A Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública

reafirmou na semana passada o seu desacordo relativamente ao documento subscrito na Concertação, sublinhando que este «nada tem a ver» com o que os sindicatos representativos dos trabalhadores do Estado aceitaram «por consagrar compromissos governamentais que significam ganhos importantes nos direitos profissionais e sindicais».

A FNSFP refere que o acordo da Administração Pública «vem coroar 5 anos de luta pela revogação da lei dos disponíveis, reduz o horário máximo semanal para 39 horas já este ano e para 35 horas até ao ano 2000, prevê a adopção de medidas que combatam a precariedade de emprego, consagra compromissos relativos à reestruturação das carreiras, à formação profissional, ao reforço do direito de negociação colectiva e a várias outras matérias».

«Não se compreende, por isso, nem se pode aceitar, que o mesmo Governo proponha na Concertação Social um outro acordo que prevê o aumento da precariedade e da exploração dos trabalhadores e o aumento do poder dos patrões», afirma a federação.

Peniche reclama excepção para a pesca de cerco

A Câmara Municipal de Peniche aprovou segunda-feira, por unanimidade, uma proposta da vereadora da CDU reivindicando do Governo que «considere o estado de excepção para a pesca do cerco em Peniche e para as indústrias de conservas dela dependentes». Margarida Taveira avançou com uma moção sobre este problema tendo em conta os «dias angustiantes» que vivem os pescadores e suas famílias, há mais de

três meses privados de rendimentos do trabalho (devido ao mau tempo e à escassez de sardinha), depois de mais de 40 meses em que os salários vieram a ser «drasticamente reduzidos».

A moção aprovada pela Câmara alerta para as graves consequências que a falta de respostas urgentes terá, a curto prazo, no concelho: «desactivação da frota pesqueira do cerco, desemprego para os pescadores

e operários conserveiros, elevados custos de imobilização para as empresas da pesca e da indústria conserveira».

A CM de Peniche reclama do Governo medidas de apoio excepcionais para os pescadores e empresas da pesca do cerco, com efeitos retroactivos a Novembro, e apoios para os operários e industriais conserveiros, impedidos de laborar por falta de stocks de sardinha.